

Demonstrações Financeiras Consolidadas

de acordo com as Normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board IASB”

2022



MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhoras e senhores acionistas,

2022 foi um ano de retomada e busca de estabilidade após período de insegurança na saúde mundial, que apresentou reflexos na economia.

Para nós, 2023 é um ano especial, ao completarmos 80 anos, vemos que nos mantemos em viva convivência e determinação em sermos contemporâneos em todas as épocas. A constante evolução da estrutura tecnológica, associada ao aprimoramento das nossas equipes, qualidade no atendimento e produtos e serviços voltados às reais necessidades dos clientes, reafirmam nosso posicionamento no mercado financeiro.

Com o otimismo renovado frente aos desafios futuros, reiteramos a visão positiva em relação ao Brasil, sabendo da capacidade de seu povo e seguimos firmes na nossa maior vocação: servir.

Agradecemos os nossos acionistas e clientes pelo apoio e confiança, bem como nossos funcionários e colaboradores, todos são essenciais para chegarmos até aqui.

Abaixo, apresentamos de maneira detalhada os principais resultados alcançados no exercício 2022.

Uma boa leitura!

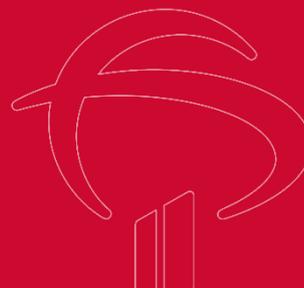
Cidade de Deus, 09 de fevereiro de 2023

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Presidente do Conselho de Administração

Senhoras e Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao ano de 2022. Seguimos todas as práticas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



COMENTÁRIO ECONÔMICO

A atividade econômica mostrou sinais incipientes de perda de tração ao longo do quarto trimestre. O mercado de trabalho segue apresentando crescimento das contratações, com recuperação da renda. Estimamos crescimento de 3% do PIB em 2022 e projetamos crescimento de 1,5% em 2023. O desempenho positivo do mercado de trabalho continuará sustentando o consumo das famílias em 2023, em um contexto em que a demanda doméstica tem se mostrado resiliente. O desempenho da agropecuária também deve ser positivo. A política monetária restritiva e o ambiente global, porém, contribuirão para a desaceleração da atividade.

A inflação vem apresentando comportamento gradualmente mais benigno, inclusive em serviços. Como resultado, o IPCA encerrou 2022 em 5,8%. Em 2023, projetamos que a inflação permaneça relativamente estável, em 2,7%. Diante disso, o Banco Central deve manter a taxa Selic estável em 13,75% por um período prolongado, com cortes apenas no final do ano, para 12,25%.

Os riscos relacionados à economia global se mantêm. O aperto monetário de maior magnitude e duração nas economias desenvolvidas, o conflito no Leste Europeu e a expectativa de recessão à frente mantêm o grau de incerteza e a volatilidade dos ativos. Em adição, a atividade econômica mostra sinais de desaceleração. O controle da inflação continuará demandando uma política monetária restritiva neste e no próximo ano. A atuação dos bancos centrais continuará sendo o fator determinante para os preços de ativos e expectativas.

DESTAQUES DO PERÍODO

Em dezembro de 2022, comunicamos que fomos selecionados para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Valores de Nova Iorque no ciclo 2022/2023, pela 17ª vez consecutiva. Nesse ciclo, apenas 25 bancos foram selecionados para compor a carteira mundo e o Bradesco foi considerado benchmark mundial nos temas inclusão financeira, estratégia climática, direitos humanos, reporte ambiental e social, entre outros. Além disso, também fomos selecionados para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo 18º ano consecutivo. No ISE, o Bradesco recebeu nota B, que representa nível de Gestão, classificação superior à média regional da América do Sul e à média do setor de serviços financeiros. A performance do Bradesco nesses índices reforça o propósito da Organização e o protagonismo em gerar valor de longo prazo a todos os seus stakeholders.

Em janeiro de 2023 concluímos nossa primeira operação piloto de tokenização de um ativo financeiro, com a emissão de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor de R\$ 10 milhões em conjunto com a Bolsa OTC Brasil, plataforma eletrônica que atua como registradora e liquidante de transações de compra e venda de ativos tokenizados. Foi a primeira transação de tokenização do mercado financeiro dentro do ambiente regulatório do Banco Central, com operação de caráter inovador no mercado de ativos digitais, ao transformar ativos físicos tradicionais em ativos digitais.

FOCO ESTRATÉGICO

Nossa estratégia de negócio tem como foco principal atender às expectativas dos clientes, conhecendo suas necessidades e aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com o Banco. Com base nessa reflexão, fundamentamos nossa estratégia em quatro grandes pilares que sustentam o propósito corporativo de criar oportunidades para a realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável de empresas e sociedade.

Clientes - nossa inspiração: Nosso objetivo é contribuir com as conquistas de nossos clientes, por meio de um atendimento de excelência focado em suas necessidades e objetivos, promovendo a melhor experiência e um relacionamento de confiança e respeito. Tendo o cliente como centro da nossa estratégia, desenvolvemos diversas ações para aprimorar nossos conhecimentos de comportamento, necessidades e objetivos, agregando valor para cada momento e interação. Por meio do uso de inteligência de dados, de soluções completas de negócio, dispomos de ofertas contextualizadas de acordo com o perfil e o momento de vida do cliente. Tudo em uma experiência agradável e completa, integrando jornadas e processos suportados por novas tecnologias de decisão em tempo real.

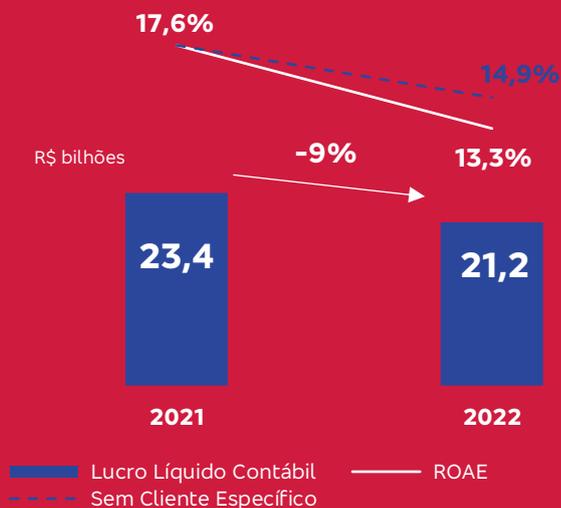
Transformação Digital - como fazemos: Temos mentalidade e comportamento digital para sermos simples, eficientes, ágeis, conectados e inovadores. Em um contexto de forte transformação digital, queremos tornar a experiência de nossos clientes ainda mais fluida, prática e segura. Nossa gestão de despesas tem destaque na estratégia, contribuindo com ações e projetos voltados à otimização do uso dos canais, redução do custo de servir e busca constante por eficiência. Buscamos maximizar valor sob a perspectiva do cliente, por meio de uma cultura focada em melhoria contínua, excelência e uso de dados para tomadas de decisões.

Pessoas - nosso time: Queremos ser a empresa desejada por profissionais de alta performance para viverem seu presente e construir seu futuro, pois acreditamos que as pessoas são a base de nossa estratégia. Buscamos aprimorar as competências essenciais e transformadoras dos nossos profissionais para tornar viável nossa estratégia corporativa. Possuímos uma cultura organizacional pautada na ética, na transparência e no respeito às pessoas e investimos para ter um ambiente inovador, desafiador e plural.

Sustentabilidade - feitos para durar: Nosso foco é sermos agentes de transformação positiva, gerando valor compartilhado com sociedade, clientes, funcionários, investidores e parceiros. Assim, para crescer de forma diversificada e sustentável, buscamos o melhor equilíbrio entre risco e retorno por meio de estruturas de capital e liquidez robustas. Estamos comprometidos com o gerenciamento dos riscos socioambientais e climáticos relacionados ao nosso negócio e com o apoio a setores, atividades, projetos e ativos que tenham impactos socioambientais positivos. Os compromissos assumidos e os resultados de nossa atuação pela diversidade e inclusão reforçam nossa crença no potencial transformador das pessoas, respeitando a individualidade e a pluralidade. Inclusão e educação financeira são direcionadores importantes para nós, pois por meio deles impactamos e transformamos a vida de milhares de brasileiros. A atuação ética e transparente permeia nossos valores. Faz parte do nosso propósito contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, e trabalhamos para garantir que a nossa Organização esteja preparada para os desafios que serão impostos por uma economia de baixo carbono e inclusiva.

INFORMAÇÕES SELECIONADAS

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL E ROAE



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



JCP/DIVIDENDOS **R\$ 10,2 bi** (bruto)

R\$ 7,9 bi complementares

R\$ 2,3 bi mensais

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 1,87 ON

R\$ 2,06 PN

ÍNDICE DE BASILEIA

14,8%

VALOR DE MERCADO

R\$ 152,5 bi

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

R\$ 891,9 bi (+10% em 12M)

GRANDES EMPRESAS: **R\$ 354,6 bi** (+10% em 12M)

PESSOA FÍSICA: **R\$ 361,1 bi** (+13% em 12M)

MICRO, PEQ. E MÉDIAS EMPRESAS: **R\$ 176,2 bi** (+5% em 12M)

PROVISÃO PARA CRÉDITO

R\$ 59,7 bi (+29% em 12M)

DEPÓSITOS TOTAIS

R\$ 593,4 bi
(+3% em 12M)

A Prazo – R\$ 399,2 bi (+7% em 12M)

Poupança – R\$ 134,6 bi (-3% em 12M)

À Vista – R\$ 58,1 bi (-0,1% em 12M)

Interfinanceiros – R\$ 1,5 bi (-67% em 12M)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

R\$ 712,8 bi
(+4% em 12M)

VJORA – R\$ 215,6 bi (+11% em 12M)

VJR – R\$ 285,6 bi (-9% em 12M)

Custo amortizado – R\$ 211,6 bi (+18% em 12M)

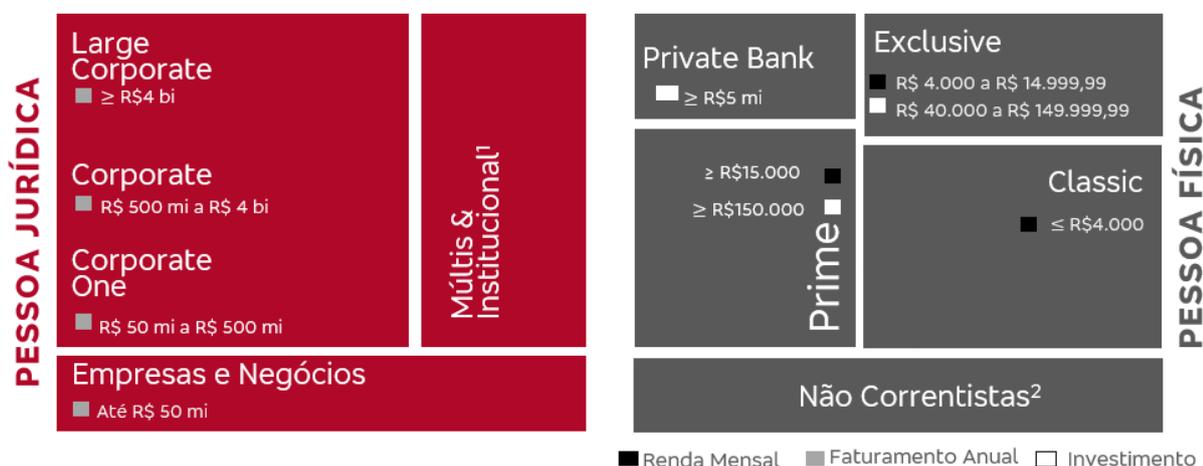
100% CLIENTE

Estamos cada vez mais próximos dos clientes, por isso, nosso foco seguirá sendo o de atender os objetivos, desejos e necessidades deles. Para alcançar esse objetivo, unimos a voz do cliente ao uso de métricas como NPS e de inteligência de dados durante o desenvolvimento de soluções, produtos e serviços financeiros e não financeiros.

Dessa forma, conhecemos ainda melhor cada cliente, podendo levar soluções que sejam condizentes às suas metas e facilitem seu dia a dia. Um movimento que vai ao encontro do nosso lema “entre nós, você vem primeiro” e que usufrui da expertise da nossa área de *Customer Experience* (CX), responsável por gerar *insights* a partir das múltiplas fontes de dados, incluindo pesquisas quantitativas e qualitativas, além de construir e otimizar as jornadas dos clientes em todos os canais Bradesco.

Um trabalho constante realizado pelo Bradesco Experience, responsável por promover a melhor experiência para todos os clientes e em todos os canais de interação. Trata-se de um time composto por profissionais especializados que trabalham com visão *end-to-end* na criação de jornadas completas, intuitivas e personalizadas. Além disso, aprimoramos parcerias que possibilitam experiências mais fluidas entre diferentes canais, inclusive para serviços não financeiros. Para garantir resiliência aos nossos canais e agilidade na construção de jornadas, também reforçamos nossa estrutura *cloud*.

Em 2022, nossa base era composta por 77,1 milhões de clientes.



¹Gestoras de recursos, fundos de pensão e corretoras de valores; e

²Clientes pessoa física ou jurídica consumidores de produtos da Organização Bradesco e que não possuem conta corrente.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

Oferecendo praticidade e segurança nos serviços prestados aos segmentos que atuamos, mantemos uma ampla e moderna Rede de Atendimento, que é atualizada constantemente, em todo o território nacional e em localidades estratégicas no exterior. Em 2022, a Rede era composta por 85.609 pontos, dentre eles 2.864 de Agências e 46.562 máquinas de autoatendimento.

CANAIS DIGITAIS

Com clientes cada vez mais digitais e autônomos, seguiremos ampliando nossa atuação em soluções digitais. Em 2022, 98% das transações foram realizadas por meio dos nossos Canais Digitais, com destaque para o App Bradesco (pessoa física e jurídica), que apresentou aumento de 57% nas transações financeiras em relação ao ano anterior. Nossos Canais Digitais contemplam atendimento, produtos e serviços que podem ser acessados a qualquer horário e de qualquer local, garantindo mobilidade, praticidade, autonomia e segurança aos clientes.

ACESSIBILIDADE

Em quase 80 anos de história, nosso propósito de facilitar a vida dos clientes só se intensifica. Há 24 anos, demos início a um movimento de transformação com a implantação de diversas soluções como o lançamento de caixas de autoatendimento acessíveis, SAC exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e o desenvolvimento de campanhas de marketing acessíveis. Cada vez mais abordado e apoiado por novas tecnologias, o tema segue recebendo a dedicação merecida por meio de projetos e ações focadas na conexão com comunidades, no empoderamento e minimização de barreiras para o acesso à informação, bancarização e inclusão digital. Para nós, acessibilidade é sinônimo de respeito e inclusão.

PLATAFORMAS DIGITAIS

Atualmente, temos 16 grandes Plataformas Digitais, que atendem clientes dos segmentos Exclusive e Prime e que em função do seu perfil de relacionamento podem migrar para o atendimento gerenciado remoto, via Telefone/WhatsApp Corporativo/E-mail ou Vídeo atendimento. Ao final do período, totalizou 1.052 mil clientes, sendo 776 mil Exclusive, 57 mil Pessoa Jurídica e 219 mil Prime. Contamos, ainda, com a Agência Digital Bradesco *Private Bank*, que atende mais de 19 mil clientes do segmento.

NEXT

O ecossistema do next oferece serviços financeiros e não financeiros, dentre eles conta-corrente, cartões, investimentos, empréstimos, seguros, conta para crianças e adolescentes (nextJoy), mais de 900 mil ofertas no *marketplace* nextShop, benefícios exclusivos no *hub* de Mimos e integração com as carteiras digitais Apple Pay, Google Pay, Samsung Pay e WhatsApp Pay, entre outros.

Em *Open Finance*, o next conta com o agregador de contas "Minhas Finanças", que permite ao cliente visualizar, de forma consolidada, suas informações de conta-corrente, cartões de crédito e empréstimos de diversas instituições participantes do sistema, além de recomendações e dicas personalizadas para o cliente gerir melhor suas finanças.

Em 2022, atingiu a marca de 14,5 milhões de clientes, crescimento de 47% nos últimos doze meses, e processou 636 milhões de transações.

BITZ

O Bitz é uma conta digital gratuita do grupo Bradesco, com mais de 10 milhões de clientes. Com o Bitz é possível fazer PIX, pagar contas, boletos, fazer recargas de celular, ter remuneração diária de 100% do CDI do saldo da conta, obter o cartão de crédito da bandeira Elo Flex sem anuidade e com inúmeros benefícios, realizar compras na Internet utilizando o cartão virtual gerado no próprio App e ainda ganhar *cashback* na própria conta digital. Além disso, o Bitz está integrado ao maior *player* de transferência eletrônica de fundos do varejo brasileiro, o que o habilita como um meio de pagamento para mais de 150 mil estabelecimentos e mais de 400 mil pontos de venda. Recentemente o Bitz firmou uma parceria com a Gerando Falcões com o propósito de ampliar a inclusão financeira dos brasileiros que vivem nas favelas por meio das 320 ONGs assistidas por ela.

DIGIO

O Digio é um banco digital múltiplo, focado em pessoas físicas. O portfólio de produtos do Banco contempla cartão de crédito, crédito pessoal desenvolvido para ser distribuído em canal próprio e de terceiros, crédito consignado INSS, antecipação do Saque-Aniversário FGTS e conta de pagamento 100% digital. Além dos produtos financeiros, é possível contratar no App: recarga de celular, seguros, plano odontológico, *cashback*, *e-gift*, descontos etc.

O Digio encerrou 2022 com 5,1 milhões de contas totais, registrando um crescimento de 45% em relação ao mesmo período de 2021.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Contamos com um time de especialistas no Brasil e no exterior para atuar no mercado de câmbio, exportação, importação, transferências financeiras e financiamento ao comércio exterior (*trade finance*).

No exterior, contamos com 2 Agências, 11 Subsidiárias e 2 Escritórios de Representação, além de uma extensa rede de bancos correspondentes.

O Bradesco Bank está posicionado para atender a demanda dos clientes brasileiros e latino-americanos, sejam eles pessoa física ou jurídica, que desejam ter acesso ao mercado americano por meio da oferta completa de soluções de investimentos, bancárias e de financiamento.

AGÊNCIAS		ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	
Nova York	Banco Bradesco S.A.	Hong Kong	Banco Bradesco S.A.
Grand Cayman		Guatemala	Representaciones Administrativas Internacionales

SUBSIDIÁRIAS

Luxemburgo	Banco Bradesco Europa S.A.
Nova York	Bradesco North America LLC
	Bradesco Securities, Inc.
Londres	Bradesco Securities UK Limited
Hong Kong	Bradesco Securities Hong Kong Limited
	Bradesco Trade Services Limited
Grand Cayman	Cidade Capital Markets Ltd.
Jalisco	Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada
Flórida	Bradesco Bank
	Bradesco Investments
	Bradesco Global Advisors



PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS



	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Títulos e Valores Mobiliários	Receita de Prêmios de Seguros, Contribuição de Previdência e Receita de Capitalização
Dez22	7.413	35.606	345.148	95.403
(R\$ milhões)	ROAE	Ativos Totais	Indenizações, Sorteios e Resgastes Pagos	Provisões Técnicas de Seguros, Previdências e Capitalização
	18,9%	373.202	78.425	325.289

O Grupo Bradesco Seguros trabalha para oferecer o melhor atendimento e amplo leque de produtos e serviços aos segurados, o que lhe fez alcançar a liderança de mercado no Brasil e na América Latina.

Essa sólida trajetória vem contribuindo de forma consistente para os resultados consolidados da Organização Bradesco e nos representa na oferta de múltiplos produtos para proteção pessoal, familiar e empresarial, em várias circunstâncias e em diversos segmentos, como Seguro Auto.

Temos Seguros de Vida, Plano de Saúde, Dental, Capitalização, Planos de Previdência Privada e Ramos Elementares, que incluem Seguro Residencial e Patrimonial para pessoa física e jurídica.

Também, mantem presença no segmento segurador de grandes riscos, P&C – *Property and Casualty* e transportes, voltado ao cliente corporativo de médio e grande portes, dos mais diversos nichos de mercado, por meio da associação entre a Bradesco Seguros e a *Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S. A.*

Para os segurados e clientes, está disponível uma moderna estrutura de atendimento, formada por canais *web* e *mobile*, centrais de atendimento telefônico, dependências próprias com equipes comerciais, agências do Bradesco e uma rede de corretores ativos, garantindo presença em todas as regiões do País.

CARTÕES

Temos a mais completa linha de soluções em meios de pagamentos do Brasil, incluindo as principais bandeiras, como Elo, Visa, Mastercard e American Express. Contamos ainda com cartões *Private Label* em parcerias com importantes empresas. Por meio de nossa subsidiária Bradescard México, uma das principais empresas de crédito ao consumo, atendemos o mercado mexicano operando como uma das maiores emissoras de crédito com exclusividade em cadeias de lojas líderes naquele País. Em agosto de 2022, anunciamos a aquisição da Ictineo Plataforma, instituição financeira voltada a pessoas físicas, e a conclusão da transação está sujeita à aprovação das autoridades mexicanas (CNBV – *Comisión Nacional Bancária y de Valores*) e brasileiras (Banco Central).

Estamos bem posicionados com relevantes participações acionárias na Cielo e, por meio da Elopap – *holding* de investimentos que engloba Alelo (cartões de benefício e pré-pagos), Livelu (programa de fidelidade por coalizão), Elo Serviços (bandeira) e Veloe (empresa de mobilidade e pedágios).

R\$ 298,1 bilhões em transações de cartões no período.

R\$ 9,1 bilhões de Receita de Prestação de Serviços.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ampliamos e diversificamos as ofertas nos canais de distribuição, especialmente os meios digitais, complementados pela Rede de Agências e Correspondentes Bancários. A nossa capilaridade permite a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com diversas cadeias de negócios, mantendo o foco na melhoria da experiência e no atendimento aos clientes em suas reais necessidades.

Estamos em plena capacidade operacional e a política que possuímos guia nossas ações de gerenciamento, constantemente atualizada, e condizente com a realidade econômica.

Entre as linhas, destacamos:

- **Agronegócio:** figuramos entre os maiores financiadores do setor agropecuário, com ofertas e soluções para o desenvolvimento da produção. Participamos das 8 maiores feiras do agronegócio e mantemos acordos com vários parceiros da Cadeia Produtiva e principais fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas do País. Dispomos de 14 Plataformas de Agronegócio distribuídas pelo Brasil, que contam com especialistas e engenheiros agrônomos, prestando assessoria para a Rede de Atendimento e produtores rurais;
- **Negócios Especiais:** soluções em operações estruturadas para clientes de atacado, entre os maiores financiadores em Programas Emergenciais, líder em repasse de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), líder no mercado de *leasing*, maior carteira de fiança do mercado e líder no mercado de antecipação a fornecedores;
- **Imobiliário:** somos um dos mais relevantes neste mercado, mantendo compromisso em atender a demanda do setor, financiando tanto a indústria da construção quanto a aquisição de imóvel pelos mutuários finais, que dispõem da contratação 100% digital para imóveis residenciais e digitalização dos processos efetuados através dos parceiros imobiliários por meio de APIs. Contamos com plataformas imobiliárias com cobertura em todo território nacional;
- **Para empresas:** linhas de capital de giro, de antecipação de recebíveis e de financiamentos de bens voltados para pequenas e médias empresas. Já com o Bradesco Corporate, líder em ativos do mercado brasileiro para grandes e médias empresas, oferecemos soluções completas para diferentes necessidades e setores empresariais; e
- **Pessoa Física (massificado):** todas as linhas de crédito pessoal, consignado, veículos e rotativos, onde seguimos transformando a experiência dos nossos clientes através da modernização das jornadas de comercialização e pós-venda. Destaque para o uso massivo de algoritmos e *advanced analytics*, mapeando as necessidades dos clientes em tempo real, para responder com o melhor produto e as melhores condições de negócio considerando o momento de vida para cada perfil, com uma abordagem fluída e multicanal.

Saldo das principais carteiras no período:

R\$ bilhões	Dez22	Dez21	Varição %
Financiamento ao Consumo	252,1	221,2	14%
Crédito Consignado	89,2	84,1	6%
Cartão de Crédito	70,0	54,9	28%
Crédito Pessoal	57,2	49,4	16%
CDC / Leasing de Veículos	35,8	32,8	9%
Financiamento Imobiliário	105,3	95,9	10%
Crédito Rural	39,3	31,4	25%
Repasses BNDES/Finame	15,9	15,7	1%
Capital de Giro	156,6	151,3	3%
Financiamento ao Comércio Exterior	48,6	60,2	-19%
Avais, Fianças e TVMs	195,0	171,1	14%
Outros	79,0	65,8	20%
\\ Total da Carteira de Crédito Expandida	891,9	812,7	10%

CONSÓRCIOS

Correntistas ou não, nossos clientes contam com o portfólio completo de produtos e serviços. Temos uma base integrada para comercialização de soluções em sinergia com as Agências, Plataformas Digitais e Parceiros, reafirmando nossa presença atuante nos segmentos de bens móveis e imóveis.

R\$ 32,5 bilhões de faturamento no exercício, resultando em uma carteira total de **R\$ 99,4 bilhões**.



R\$ 2,3 bilhões de Receitas de Prestação de Serviços.



1,6 milhão de cotas ativas, totalizando **622,8 mil** novas cotas comercializadas no período.

BANCO DE INVESTIMENTO

Assessoramos clientes em ofertas primárias e secundárias de ações; transações de fusão, aquisição e venda de ativos e empresas; e estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, operações estruturadas de financiamento de empresas e projetos na modalidade *Project Finance*.

Nossa área de *Global Markets*, é responsável por *securities* e pelo relacionamento com clientes institucionais, cobrindo diversos setores e companhias abertas em São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México, Nova Iorque, Londres e Hong Kong.

ASSET MANAGEMENT – GESTÃO DE RECURSOS

Nos representando no mercado de gestão de fundos e carteiras administradas, temos a Bradesco Asset Management, uma das empresas líderes da indústria, com atuação em diversos produtos e soluções de investimento para todos os perfis de cliente. Atende múltiplos segmentos de clientes pessoa física e jurídica, incluindo Investidores Institucionais, no Brasil e no exterior, e *Family Offices*, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

R\$ 650,4 bilhões em fundos de investimentos e carteiras administradas sob gestão no período.

ÁGORA INVESTIMENTOS

A Ágora, Casa de Investimentos do Bradesco é uma plataforma aberta e independente, dedicada a pessoas físicas e jurídicas, sejam clientes Bradesco ou não, possibilitando o acesso de todos ao mercado financeiro. Na casa, o cliente encontra um moderno *Home Broker* e um seleto portfólio de investimentos, oferecidos a partir de curadoria: uma criteriosa seleção entre as mais relevantes instituições do mercado para disponibilizar as melhores oportunidades para investir. São mais de 1.200 produtos em um único lugar, 24 horas por dia, via site ou App.

Para gerir sua carteira, o cliente tem uma visão 360° do portfólio, acompanhamento diário da valorização de seus ativos, mais de 600 opções em títulos de renda fixa pública e privada, Tesouro Direto, fundos de investimentos de renomados gestores, COEs, LIGs, ofertas públicas diversas, além da previdência privada. Seja qual for o perfil do investidor, na Ágora o cliente conta com assessoria especializada e serviços exclusivos para sua jornada de investimento, como: custódia remunerada com adesão on-line, acesso às melhores taxas na remuneração de aluguel de ações do mercado; calculadora de imposto de renda, que facilita a apuração de ganhos e emissão de DARF nas operações de renda variável; terminais avançados de negociação, para investidores que buscam mais ferramentas para potencializar suas operações em bolsa. Além disso, disponibiliza o Investa Fácil Ágora, que consiste em 5 fundos espelhos das carteiras recomendadas de ações (Carteira Arrojada, Top 10, *Small Caps*, Dividendos e Top *Green*), classificados pela S&P-Standard & Poor's, e com aplicação a partir de R\$ 1,00. É a única corretora do país a disponibilizar essa solução ao investidor.

Cliente Ágora conta também com o cartão de crédito Ágora Visa Infinite, que concede 1% de *Investback* sobre as compras realizadas e desconto de 50% na taxa de corretagem para operações realizadas via *home broker*, além de benefícios exclusivos da Bradesco Cartões e da bandeira Visa. Também tem à sua disposição a parceria com a Veloe, com condições especiais para a contratação, como isenção de mensalidades, sendo a primeira corretora do país a disponibilizar tais benefícios. No terceiro trimestre deste ano lançou o Ágora Plus, espaço exclusivo que oferece desconto e *cashback* em dezenas de lojas parceiras. No mesmo período, também estabeleceu parceria com o Bradesco Invest US, permitindo acesso à investimentos diretamente no exterior.

Com o novo Ágora Insights, um espaço dedicado à informação e conteúdos de mercado, o cliente acessa todos os relatórios, recomendações e análises elaboradas pela equipe de renomados economistas e analistas em um único lugar: uma plataforma moderna e intuitiva, abrangendo ainda a maior cobertura de análise de empresas listadas em bolsa, reunindo a análise de mais de 160 empresas, além de fundos de investimento imobiliário e renda fixa. Para conferir os conteúdos em vídeos e *podcasts*, o cliente também conta com os canais exclusivos Ágora Play e Ágora Cast que disponibilizam lives durante todo o pregão e *podcasts* diários.

O compromisso de democratizar o acesso à educação financeira segue prioritário, seja pelo Ágora Insights, ou pela Ágora Academy, plataforma que reúne as melhores escolas de negócios do país com mais de 90 cursos, sendo 50 deles gratuitos e todos certificados. São cursos profissionalizantes, de especialização, pós-graduação e MBA.

Na Ágora, o cliente tem à sua disposição uma plataforma completa de investimentos, assessoria personalizada, conteúdos, produtos e serviços exclusivos reunidos em um único lugar. Com o Hub Ágora, a experiência fica ainda mais completa: todos os produtos, serviços, conteúdos e soluções são oferecidos via App 24 horas por dia, garantindo uma jornada diferenciada, com comodidade, segurança e a solidez de uma das maiores instituições financeiras do mercado.

CORRETORA

Pela Bradesco Corretora, atendemos exclusivamente o segmento institucional, cobrindo investidores domiciliados no Brasil, EUA, Europa e Ásia.

A Bradesco Corretora tem como objetivo intermediar a compra e venda de ações, contratos futuros de *commodities*, ativos financeiros, índices, opções, aluguel de ações, *swaps*, contratos a termo nos mercados primário e secundário, negociações na B3 e no mercado de balcão organizado.

Oferece um serviço completo de análise de investimentos, com cobertura dos principais setores e empresas do mercado latino-americano, por meio de uma equipe composta por 29 analistas setoriais. Também possui equipes próprias de economistas e analistas de renda fixa.

INVESTIMENTOS

Possuímos uma plataforma completa de gestão de patrimônio que tem como finalidade prover aos clientes uma assessoria de investimentos diferenciada e personalizada, de forma presencial e remota, contemplando toda a grade de produtos do Banco Bradesco, de maneira acessível e sofisticada, incluindo soluções de investimentos na Bradesco *Asset Management* (BRAM), Ágora Investimentos, Tesouraria e Bradesco Previdência, sempre considerando o momento de vida, as necessidades, os objetivos e perfis dos clientes.

A assessoria de investimentos, conta com uma equipe de especialistas de investimentos, além do atendimento dos gerentes na rede de agências, que se complementam. Os clientes se beneficiam, ainda, das carteiras recomendadas, que combinam uma diversidade de ativos financeiros, sendo elaborada mensalmente com base nos perfis de risco e perspectivas de cenário econômico em ambiente local e internacional.



SOLUÇÕES DIVERSAS

MERCADO DE CAPITAIS

Por meio de moderna infraestrutura e profissionais especializados, disponibilizamos um amplo leque de soluções e serviços para o mercado de capitais, com ênfase em Administração Fiduciária para Fundos, Clubes de Investimento e Carteiras Administradas; Custódia Qualificada de Valores Mobiliários para Investidores e Emissores; e Escrituração de Valores Mobiliários e Depositário – *Escrow Account*. Dentre os serviços prestados, destacamos a nossa representatividade na prestação de serviços de Custódia Qualificada – Global.

Alguns resultados:

CUSTÓDIA QUALIFICADA DE VALORES

MOBILIÁRIOS PARA INVESTIDORES E EMISSORES:

- R\$ 2,1 trilhões em ativos custodiados de clientes;
- R\$ 3,2 trilhões em ativos sob controladoria; e
- R\$ 237,8 bilhões em valor de mercado, referente a 49 programas de ADR (*American Depositary Receipts*) e 4 programas de GDR (*Global Depositary Receipts*).

ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA PARA FUNDOS, CLUBES DE INVESTIMENTOS E CARTEIRAS ADMINISTRADAS:

- R\$ 1,1 trilhão em patrimônio líquido administrados pelo Banco Bradesco e BEM DTVM.

ESCRITURAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- 262 empresas integrantes do Sistema Bradesco de Ações Escriturais, com 11,1 milhões de acionistas;
- 476 empresas com 813 emissões integrantes do Sistema Bradesco de Debêntures Escriturais, com valor de mercado de R\$ 761,1 bilhões;
- 1.166 fundos de investimento integrantes do Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor de R\$ 98,8 bilhões; e
- 43 Programas de BDR, com valor de mercado de R\$ 5,9 bilhões.

DEPOSITÁRIO (*ESCROW ACCOUNT- TRUSTEE*):

- 28.575 contratos, com volume financeiro de R\$ 17,9 bilhões.

CASH MANAGEMENT

A nossa área de *Global Cash Management* estrutura soluções para empresas internacionais que atuam no mercado brasileiro e empresas nacionais que atuam no exterior, mantendo parceria com 55 bancos internacionais e acesso à Rede Swift, apoiando a abertura de contas de empresas indicadas pelos parceiros bancários.

Oferecemos um amplo portfólio de produtos e serviços com solidez, segurança, soluções sob medida e integração das plataformas sistêmicas, com o objetivo de facilitar a gestão financeira de Empresas, Concessionárias de Serviços e Órgãos Públicos para a administração de contas a receber e a pagar e arrecadação de tributos e taxas.

1,1 bilhão de recebimentos processados por meio da Cobrança Bradesco, Custódia de Cheques, Depósito Identificado e OCT-Ordem de Crédito por Teleprocessamento.

1,1 bilhão de operações realizadas por pessoas jurídicas nos sistemas de pagamentos. Compromissos que envolvem o contas a pagar (fornecedores, salário, tributos e contas de consumo).

167,5 milhões de documentos arrecadados em tributos federais, estaduais, municipais e demais contribuições.

326,5 milhões de documentos recebidos provenientes de contas de luz, água, gás e telefone, sendo 96,6 milhões deles quitados pelo Débito Automático em Conta-Corrente e Poupança, sistema que oferece ampla comodidade ao cliente.

138,0 milhões de pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas do INSS.

107,5 milhões de processamentos de Folha de Pagamento dos setores público e privado.

PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O PODER PÚBLICO

Para atender o Setor Público, possuímos plataformas exclusivas em todo o território nacional, com Gerentes de Negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, estaduais e municipais, além de Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista e as Forças Armadas e Auxiliares. Mensalmente, mais de 11,6 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no País.

Disponemos de 9 Plataformas Especializadas no atendimento aos Governos, Capitais, Tribunais, Assembleias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, de 34 Plataformas que atendem as demais Prefeituras e Órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.



TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A inovação e a tecnologia vêm agregando valor à marca Bradesco, contribuindo para nosso objetivo de encantar nossos clientes para merecer sua admiração, confiança e relacionamento. A última pesquisa Febraban de tecnologia Bancária 2022 apontou um crescimento de 75% nas transações financeiras via *mobile* e revelou que o perfil atual de nossos clientes busca conveniência, comodidade, segurança e rapidez em suas experiências digitais com os bancos, o que exige de nós constante evolução e busca de um atendimento cada dia mais personalizado e exclusivo a cada um deles.

Oferecer uma melhor experiência aos nossos clientes é prioridade para nós, por isso foram inúmeras as inovações nesse período. O app Bradesco Pessoa Física, desde outubro de 2022, expandiu os serviços de cartão de débito, e passou a disponibilizar a opção de cancelamento e reemissão automática, facilitando a vida do cliente com o autosserviço. Para os cartões que contam com a tecnologia *contactless*, a função de pagamento por aproximação pode ser ativada ou desativada de acordo com sua preferência. Já os clientes que utilizam carteiras digitais em seus *smartphones* e *smartwatches* com a tecnologia NFC, podem cadastrar os cartões nestes dispositivos.

O Cliente Pessoa Física de qualquer segmento passou a ter a opção de aceite digital para transferência de agência, melhorando a experiência tanto do gerente como do cliente, além da eficiência operacional, já que a validação da alteração de agência é feita pelo app, desobrigando o cliente a se deslocar até a agência para atestar a mudança.

Também está disponível no app, a oferta contextual para adesão ou majoração do cheque especial ao detectar saldo insuficiente nas transações via PIX, a possibilidade de renegociação de dívidas e a antecipação do saque-aniversário do FGTS aos clientes optantes dessa modalidade.

Desde dezembro de 2022, o cliente investidor pessoa física pode consultar os dados disponíveis de seu especialista financeiro no app sempre que receber um contato, aumentando a confiança e credibilidade no banco. E, no app Bradesco, os clientes podem optar pela opção de "Declaração de investidor qualificado e/ou profissional", caso se enquadrem nessa categoria, ganhando mais autonomia e contribuindo para receberem um melhor atendimento pelos seus Gerentes.

A fase 3 do *Open Finance* reforça a nova realidade do cliente em meio a transformação digital. Entre as suas iniciativas, o iniciador de pagamentos é a porta de entrada para que o cliente escolha o Bradesco como seu intermediador oficial de pagamentos via PIX utilizando o saldo de outras instituições para realizar a operação. O Bradesco foi o primeiro banco no mercado a oferecer uma jornada no app para escolha do débito direto em outra instituição financeira, disponível desde novembro de 2022.

Outra novidade é o acesso a jornada do *Prime Travel*. Desde novembro de 2022, os clientes do segmento *Prime* contam com uma assessoria exclusiva em seus planejamentos de viagens, usufruindo dos serviços e produtos disponíveis em sua conta e cartão. Com isso, o cliente será acompanhado do início ao fim de suas viagens, tendo acesso a serviços e benefícios como: reserva de hotéis e passagens, sala VIP, seguro viagem, compra de moeda estrangeira, entre outros.

Pela Corretora Ágora, o investidor também ganhou novas funcionalidades e facilidades no app. Voltado para o amplo acesso de informações financeiras a sociedade e a prospecção de novos clientes, o novo *Hub* traz na área não logada conteúdos gratuitos como notícias e cotações, além do acesso rápido aos perfis nas

redes sociais. Para os clientes, a área logada conta com novo *layout* e seus principais produtos distribuídos na prateleira de maneira mais *clean* e moderna. O extrato também recebeu melhorias, permitindo pesquisa por períodos maiores ou por lançamento. E para completar a experiência dentro do app, foi disponibilizada a atualização cadastral 100% online.

O aplicativo Bradesco Cartões também recebeu novidades para seus clientes que gostam de se manter em dia com as novas tecnologias, mas ao mesmo tempo com segurança. Assim, o cliente poderá bloquear temporariamente o seu cartão para compras e saques diretamente do app Bradesco Cartões. Além disso, caso haja alguma tentativa de compra ou saque durante esse período, o cliente é notificado imediatamente via SMS. Além disso, em suas compras, além do serviço já existente de notificação de transações por SMS, dentro do app, agora o cliente poderá gerenciar essa opção optando também pelas notificações por *push*, o que facilita sua visualização de transações. Desde outubro de 2022, o cliente conta também com a integração do cartão virtual nas bandeiras Visa e Elo na tela principal do app Bradesco, serviço que fica disponível instantaneamente após a aquisição e aprovação.

Mais digital, os clientes usam cada vez mais tecnologias de relacionamento, como a BIA, a Inteligência Artificial do Bradesco lançada de forma pioneira em 2016. Entendendo essa proximidade, o Bradesco desenvolveu soluções que buscam facilitar a vida do cliente, como o aviso de suspeita de fraude em cartão de crédito. Com ele, ao identificar um uso suspeito do cartão, a BIA envia uma mensagem via WhatsApp para o cliente. Uma solução que leva ainda mais segurança aos clientes Bradesco e que totalizou 325 mil mensagens enviadas desde sua implantação, em outubro de 2022, até o final deste ano.

Essa relação mais próxima do cliente com a BIA também impulsionou outras entregas importantes, como a nova jornada de consulta de fatura de cartão de crédito, que em três meses já acumula 63 mil requisições de fatura, e o extrato de conta em PDF, que em dezembro de 2022 alcançou 68 mil extratos gerados. A atuação da BIA com essas soluções resultou em reduções de ligações para consulta de extrato e de despesas com fatura e postagem.

No *Internet Banking a homepage* recebeu melhorias e traz para o cliente uma visualização dos serviços por meio de *cards*, facilitando a navegação de forma muito mais intuitiva. No *card* de investimentos, por exemplo, por meio da aba Serviços/Consulta e Cancelamento de Operações agendadas e do dia, o cliente poderá solicitar resgates e cancelamento nos investimentos em fundos de gestores renomados. A área de cartões também ganhou novo *layout* e atalhos facilitadores para uma experiência mais fluida e ágil na navegação. Com eles, o cliente acessa as principais funcionalidades como desbloqueio de cartão, resumo de fatura, além de um gráfico de consumo exclusivo para melhor acompanhamento das suas operações.

A Bradesco Financiamentos vem também fazendo parcerias externas utilizando modelo de negócio BaaS, onde disponibiliza crédito em outros *players* como Mercado Pago, utilizando APIs para integração. Este modelo está permitindo uma expansão de negócios, aumentando a capilaridade e presença em novos canais.

Já o cliente Pessoa Jurídica conta com as jornadas de capital de Giro e microcrédito no *mobile*, sendo possível escolher condições de pagamento pré-aprovadas de acordo com seu histórico por meio de *cards* disponibilizados na tela, ou preenchendo manualmente de forma personalizada sua proposta encaminhando para avaliação.

A cultura da inovação permeou nosso 2022, selando um ano de muitas entregas e conquistas. Em meio a premiações e reconhecimentos para o Bradesco, a TI foi destaque no *Banking Transformation 2022* - tradicional prêmio do setor financeiro promovido pela Cantarino Brasileiro, reconhecido com os *cases*: Consolidador de Investimentos Invest+; Gerenciador Financeiro e ofertas de valor ao cliente usando dados do ecossistema financeiro, Transformação dos Canais de Atendimento da Bradesco Seguros; Bitz e Gerando Falcões: propósito na prática, inclusão na veia. Além do next, reconhecido "Banco do Ano".

O Bradesco também foi destaque no *Ranking 100 Open Startups*, conquistando o TOP 1 na categoria bancos, e TOP 10 em *Open Corps* no *ranking* geral. O inovabra também ficou no TOP 10 no *ranking* de ecossistemas, além de ter um prêmio com seu próprio nome no evento: "Reconhecimento inovabra ESG".

Tudo isso só ratifica o nosso total comprometimento com a inovação e a certeza de que estamos no caminho certo, buscando conhecimento de forma incessante e a constante superação da nossa própria evolução, proporcionando assim, uma relação cada vez mais próxima de confiança e fidelidade de nossos clientes.



SUSTENTABILIDADE PARA O BRADESCO

O compromisso com o desenvolvimento sustentável é um dos direcionadores estratégicos de nossos negócios, e está expresso na Declaração de Propósito do Bradesco. Entendemos que a gestão, diretrizes e engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são essenciais para o crescimento e perenidade da nossa Organização, além de nos permitir compartilhar valor com acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e a sociedade.

Nossa Estratégia de Sustentabilidade está pautada na promoção de uma agenda de mudança com foco em 3 principais temas: Negócios Sustentáveis, Agenda Climática e Cidadania Financeira, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Destacamos que:

- Até dezembro de 2022, atingimos 69,1% da Meta de Negócios Sustentáveis (seguindo as diretrizes estabelecidas pela taxonomia verde da Febraban, através de operações estruturadas com rotulagem ASG e do portfólio socioambiental do Bradesco). Já foram alocados R\$ 172,7 bilhões para ativos, setores e atividades com benefícios socioambientais por meio de crédito corporativo, assessoria no mercado de capitais e soluções financeiras sustentáveis.
- Em dezembro de 2022, já havíamos alocado 100% dos US\$500 milhões do nosso primeiro *Sustainable Bond* no mercado internacional, emitido em janeiro de 2022. A alocação dos recursos seguiu os requisitos do *Framework* de Finanças sustentáveis do Bradesco com verificação e parecer da *Sustainalytics*, com critérios de elegibilidade focados em energia renovável, gestão de recursos hídricos e finanças inclusivas.

Nossa atuação ASG tem sido reconhecida pelo mercado e apresentamos uma performance majoritariamente acima da média do setor nos índices e ratings nacionais e internacionais, como Dow Jones, ISE, CDP, MSCI, entre outros. Pela 18ª vez consecutiva, fomos selecionados na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, ficando entre as 10 empresas mais sustentáveis do País. Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável do Brasil e continuamos nossa jornada reforçando nosso propósito como Instituição Financeira.

Acompanhe nossas iniciativas e performance pelos sites banco.bradesco/sustentabilidade e bradescori.com.br.



RECURSOS HUMANOS

Um dos mais importantes pilares de sustentação e motivo do nosso êxito, que fazemos questão de reconhecer, são as pessoas que aqui trabalham. Assim, o modelo de Gestão de Capital Humano é pautado pela excelência, no respeito, na transparência e no contínuo investimento em desenvolvimento e aprimoramento dos funcionários. Proporcionamos a eles e aos demais colaboradores, um ambiente ético, saudável e seguro, procurando inspirar, apoiar e colaborar na construção e no reconhecimento de suas crenças e valores pessoais, no compartilhamento do conhecimento e na valorização do ser humano, sem qualquer tipo de discriminação.

Mantemos nossas equipes motivadas e em permanente sintonia com o mercado, com pessoas aptas e dispostas a oferecer a todos os nossos públicos um atendimento altamente qualificado por meio de oportunidades de crescimento na carreira, desafios e reconhecimentos constantes, capacitação e desenvolvimento, remuneração e benefícios diferenciados, valorização da diversidade e equilíbrio entre a vida profissional e familiar. A saúde é como vetor de transformação na vida das pessoas. Por isso, prevalece na Organização uma cultura baseada na prevenção e na promoção de hábitos e comportamentos saudáveis. O Programa de Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida Bradesco - Viva Bem, estruturado em três grandes pilares - equilíbrio, saudável e movimento, proporciona suporte necessário para que os funcionários contem com o nosso cuidado em todas as etapas de sua jornada. Os familiares também têm acesso a essa rede de cuidados, assegurando a tranquilidade, afinal, o respeito às pessoas é parte indissociável da nossa cultura corporativa.

Essa cultura de saúde e bem-estar, aliada ao apoio tecnológico e medidas de segurança, contribuiu para estruturarmos e mantermos práticas no enfrentamento da Covid-19. Entre os destaques voltados à promoção da saúde dos funcionários, destacamos: **Telemedicina:** videoconsulta, por meio do aplicativo Saúde Digital - Bradesco Saúde, com atendimento de médico especialista, 24h por dia, 7 dias por semana; **Lig Viva Bem:** Serviço de orientação e aconselhamento, para nossos funcionários e seu grupo familiar. Disponível 24h por dia, 7 dias por semana, o atendimento é realizado por profissionais especializados, que fornecem suporte emocional, social, jurídico, orientação financeira, entre outros; e **Trilha Saúde Mental:** trilha de palestras com temas focados em prevenção e cuidado com a saúde mental, por meio de orientações gerais sobre comportamentos, sinais e sintomas de adoecimento psíquico.

A educação também ganha destaque. A Unibrad (Universidade Corporativa Bradesco) dedica esforços para atender às estratégias organizacionais, promovendo a consciência de que a participação do funcionário é determinante para a sua carreira e para os resultados da Organização. Entre cursos *on-line* e presenciais, são mais de 2.900 soluções de aprendizagem, com temas voltados, por exemplo, à sustentabilidade, cidadania, liderança, tecnologia e saúde.

Para valorizar ainda mais o nosso quadro, estabelecemos uma robusta governança para diversidade, equidade e inclusão, formada pelo **Comitê de Sustentabilidade e Diversidade**, que conta com a participação do Presidente da Diretoria Executiva e do Presidente do Conselho de Administração, e pelo **Grupo de Trabalho de Diversidade, Equidade e Inclusão**, formado por funcionários de diversas áreas e de diferentes senioridades. Além disso, na estrutura de Recursos Humanos, a **área de Diversidade, Equidade e Inclusão** é responsável por catalisar transformações e gerenciar iniciativas que impulsionam a representatividade no quadro funcional, atuando principalmente, em 4 pilares: Pessoa com Deficiência, Gênero, LGBTI+ e Étnico-racial. E, por fim, todo funcionário, independentemente de nível hierárquico, também pode participar dos **Grupos de Afinidade**: o “Somar”, voltado à inclusão da pessoa com deficiência; o “AfroBra”, voltado à evolução das pautas étnico-raciais; o “DiversiBrad”, voltado à inclusão LGBTI+; e o “Mulheres Pra Frente”, voltado à equidade de gênero. Cada Grupo conta com um coordenador, que possui o marcador identitário da temática representada pelo GA, e que tem assento no Grupo de Trabalho de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Por fim, com muito orgulho, registramos que o nosso permanente compromisso de adotar práticas que apoiem e estimulem um ambiente saudável, equilibrado, diverso e inclusivo, continua sendo reconhecido interna e externamente. Nesse sentido, destacamos o GPTW Gestão Saudável, no qual o Banco Bradesco ficou em 1º lugar entre as empresas que promovem excelentes ambientes de trabalho, a Certificação Top Employers 2022, para empresas com excelência em gestão de pessoas e *employer branding* e a lista LinkedIn Top Companies Brasil 2022, além do 1º lugar entre as Melhores empresas em Prática e Ações de Diversidade na categoria Recrutamento e Seleção, de acordo com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. Fechando o ano de 2022, fomos reconhecidos como Um dos Lugares Incríveis Para Trabalhar, por meio da Pesquisa FIA FEE, ficando em 2º lugar na categoria Bancos. Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 88.381 funcionários, sendo 75.591 do Bradesco e 12.790 de Empresas Ligadas. Entre os contratados tínhamos 8.381 colaboradores e 1.915 estagiários.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, com mandato único de dois anos. Constituído por onze membros, dentre os quais quatro são independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme previsto no Estatuto Social, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 6 vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio possui, ainda, um Calendário Anual de Reuniões fixado pelo seu Presidente. Em 2022 foram realizadas 36 reuniões, sendo 6 ordinárias e 30 extraordinárias.

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 comitês, sendo estatutários os de Auditoria e de Remuneração e não estatutários os de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico. Diversos comitês executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos administradores e com atuação permanente desde 2015, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de um ano. É composto por cinco membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo dois eleitos por acionistas minoritários.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e sociedade. Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri – Seção Governança Corporativa).

AUDITORIA INTERNA

Compete ao Departamento de Auditoria e Inspeção Geral, que possui reporte funcional ao Conselho de Administração, e é responsável por avaliar os processos da Organização Bradesco, com independência, a fim de contribuir para a mitigação dos riscos e para a adequação dos Processos e a eficácia dos Controles Internos, em aderência às Políticas, Normas e Regulamentações Internas e Externas.

A atuação está pautada em padrões do *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e nas melhores práticas nacionais e internacionais, e abrange serviços de Auditoria/Inspeção (avaliações no contexto de produtos e serviços, projetos, tecnologia da Informação, rotinas e/ou negócios), Exames Específicos (fatos ou situações oriundas de demandas, ocorrências, denúncias etc.), Consultoria (aconselhamento e serviços relacionados) no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

OUVIDORIA

De modo contínuo, investimos e dedicamos esforços em processos internos e no capital humano para que os nossos propósitos sejam, de fato, praticados e reflitam diretamente no relacionamento com nossos clientes e usuários.

A Ouvidoria Bradesco, criada em 2005, dois anos antes da obrigatoriedade da Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, tem o propósito de transformar a voz do cliente em um instrumento capaz de direcionar a estratégia da Organização, aprimorando produtos e serviços para oferecermos a melhor experiência, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

A estratégia está fundamentada em manter uma governança forte e atuante na Organização, promovendo discussões em grupos multidepartamentais sobre as causas das reclamações e, assim, impulsionamos a implantação de projetos e melhorias com foco na experiência do cliente. Além disso, contamos com ferramentas de inteligência artificial e algoritmos capazes de prever e mapear perfis, possibilitando um processo preventivo em determinados casos.

Funcionários e colaboradores capacitados para representar o cliente, em todos os níveis da Organização, atuam na solução de inúmeras situações com engajamento, eficiência e diálogo transparente. A conclusão das demandas é oferecida de maneira ágil e com qualidade por meio de um modelo em constante evolução, onde a área recebe, trata e finaliza as solicitações com autonomia e isenção, utilizando alçadas de solução que viabilizam um processo muito mais eficaz, tendo como prioridade resolver a reivindicação recebida em menor tempo. Nossa pesquisa de satisfação revela que o cliente percebe essa entrega de valor como requisito essencial.

TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Todas as informações a respeito do desempenho financeiro do Banco, assim como sua estrutura de governança, políticas e práticas, estão disponíveis no site banco.bradesco/ri. Destacamos o Relatório de Análise Econômica e Financeira, que oferece uma análise completa do nosso desempenho e o Relatório Integrado, no qual tem-se uma visão mais abrangente da Organização, bem como suas estratégias, destaques do ano e demais informações relevantes.

Para ampliar o conhecimento dos públicos interessados sobre o Bradesco, no site também é possível assistir vídeos institucionais com mensagens de Executivos da Organização, apresentações da Companhia, calendário de eventos, formulários regulatórios, entre outros elementos corporativos.

Interagimos ao longo do ano com mais de 800 investidores nacionais e internacionais de 380 fundos. Participamos de 20 conferências e 2 NDRs (*Non-Deal Roadshow*).

MARKETING

Em 2022, lançamos uma nova campanha institucional reforçando nosso propósito e compartilhando novo posicionamento, que tem a centralidade no cliente como foco. Com a assinatura “Entre nós, você vem primeiro”, o filme trazia situações vivenciadas por milhões de brasileiros, anônimos e celebridades, refletindo sobre suas dúvidas e incertezas, mostrando que ninguém está alheio a esses sentimentos. Paralelamente, a peça reafirmava que com uma instituição como o Bradesco como parceira, que está na vida dos brasileiros há quase 80 anos, alguns anseios podem ser superados. A produção também marcou o primeiro trabalho desenvolvido pela Aldeiah., *startup* focada em estratégia e inovação, contratada pelo banco para cuidar da sua marca.

Em julho, foi ao ar a campanha para divulgar o Invest+ Bradesco, aplicativo de investimentos. O filme explorou as vantagens de o cliente ter a possibilidade de checar em um único lugar seus investimentos, ainda que estejam em bancos e corretoras diferentes, além de reforçar a facilidade de uso da plataforma.

A campanha que celebrava o Dia dos Pais foi destaque no segundo semestre, com uma mensagem marcante que convidou à reflexão sobre a importância da relação entre pais e filhos. Com o mote “Ser pai é vir primeiro muitas vezes”, a peça reforçou como a presença paterna inspira o desenvolvimento, proporciona segurança emocional e estimula o filho a construir o seu lugar no mundo.

Ainda em agosto houve uma campanha sobre o Pix, que destacou toda a praticidade e proteção que o meio de pagamento oferece em situações cotidianas.

Com a chegada de Bazzar do Cirque du Soleil ao Brasil, em setembro, foi a nossa vez de comunicar o patrocínio máster da turnê em ampla campanha publicitária. A estética do espetáculo foi utilizada para ressaltar que todo o encantamento proporcionado pela atração envolvendo técnica, criatividade, inovação, respeito, segurança e performance, também é percebido no atendimento aos clientes e na utilização dos serviços disponibilizados pelo banco.

Em outubro, os cartões Bradesco estiveram em evidência em duas comunicações. A primeira, com o conceito “É cartão Bradesco, mas é conhecido por muito mais benefícios”, reforçou as vantagens exclusivas que os clientes do banco têm. Já a segunda campanha foi voltada à promoção “Passaporte Encantado”, uma parceria com a Visa, que dará aos sortudos ganhadores uma viagem para um dos destinos mais desejados pelos brasileiros: o Walt Disney World Resort, na Flórida, Estados Unidos. O filme, que teve a participação da influenciadora mirim Juju Teofilo, se tornou um grande sucesso nas redes sociais.

Encerrando 2022, o apresentamos nossa tradicional campanha de fim de ano. Alinhado ao posicionamento “Entre nós, você vem primeiro”, o filme buscou incentivar a prática do respeito e da gentileza mostrando diversas situações do cotidiano em que diferentes pessoas se colocam no lugar do outro e, com isso, enxergam tudo com mais compreensão e compaixão.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No ano de 2022, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4) representavam 4,0% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Composta por Comissões e Comitês, temos a estrutura de gerenciamento de capital, que assessora a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na tomada de decisões. A avaliação da suficiência de capital é realizada para garantir que a Organização mantenha níveis adequados de capital para suportar e apoiar o desenvolvimento das suas atividades e fazer frente aos riscos incorridos, considerando os objetivos estratégicos definidos. A visão adotada é a prospectiva, que visa antecipar possíveis mudanças nas condições regulatórias e de mercado.



CONTROLE INTEGRADO DE RISCOS

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle de riscos. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização Bradesco, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de risco é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são Crédito, Mercado, Operacional, Subscrição, Liquidez, Socioambiental, Climático, Estratégia, Reputação, Modelo, Contágio, *Compliance* e Segurança Cibernética. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros

VALIDAÇÃO INDEPENDENTE DE MODELOS

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Validação Independente de Modelos (AVIM), do Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de aculturação e disseminando as boas práticas em modelagem. Em paralelo, acompanha a mitigação de limitações e de fragilidades dos modelos, e realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, Comissão Técnica de Avaliação de Modelos e Comitês de Riscos.

COMPLIANCE, ÉTICA, INTEGRIDADE E CONCORRENCIAL

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os Programas de *Compliance*, Integridade e Concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores de bens e serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de *compliance*, conduta e ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o Risco de *Compliance* e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de medidas cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, bem como com as melhores práticas de mercado e com o apoio do Conselho de Administração da Organização.



AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com o disposto na Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, a Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de Auditoria Independente. Outros serviços prestados pela Auditoria Externa foram: i) *due diligence*, ii) relatórios sobre procedimentos previamente acordados. O montante das contratações totalizou, aproximadamente, R\$ 4,0 milhões que representa cerca de 7,52% do total dos honorários das auditorias de Demonstrações Financeiras no valor de R\$ 54,5 milhões, realizadas em 2022 na Organização Bradesco. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor.

A Organização Bradesco possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes relacionadas à governança, transparência, conformidade, objetividade e independência na contratação e prestação de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e que dissemina a cultura corporativa de observância à não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência na execução de suas atividades.



INVESTIMENTOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é a nossa principal ação de sustentabilidade social e o maior programa de investimento socioeducacional privado e gratuito do Brasil, nos permitindo cumprir um dos nossos mais importantes compromissos: crescer sem deixar de olhar ao redor e contribuir com o desenvolvimento do País. Nosso alicerce está na crença de que a educação é o caminho para promover igualdade de oportunidades, realização pessoal e coletiva, bem como o meio para construir uma sociedade digna, justa e produtiva. Nossa estrutura educacional inclui a oferta de educação de qualidade e o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, criando passagem para a formação de cidadãos, a constituição de sua identidade pessoal, cultural e social e a sua inserção no mercado de trabalho. Com 40 escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, estamos presentes em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal.

R\$ 795 milhões

Investimento total realizado em 2022

E esses investimentos permitem:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 60 mil alunos beneficiados prioritariamente na Educação Básica – Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em todo território nacional.

R\$ 724 milhões

destinados ao custeio das Despesas de Atividades.

R\$ 71 milhões

para investimentos em Infraestrutura e Tecnologia Educacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 1,7 milhão de usuários concluíram ao menos um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

PROJETOS E AÇÕES EM PARCERIA

Mais de 8 mil beneficiados em cursos e palestras educacionais e de tecnologia da informação.

BRDESCO ESPORTES

Incentivamos o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens através do Programa Bradesco Esportes e Educação. Em mais de 30 anos de existência, privilegamos a promoção da saúde e a valorização de talentos por meio do ensino de vôlei e basquete femininos. Fazemos isso em todas as escolas da Fundação Bradesco, centros esportivos municipais, Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas estaduais e particulares e no nosso Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos em Osasco/SP, com cerca de 1,7 mil meninas atendidas. As participantes recebem, também, orientação sobre cidadania, e aquelas que integram os Núcleos de Especialistas contam com plano de saúde, transporte, alimentação, bolsa auxílio, entre outros.

RECONHECIMENTOS

- Integramos o **Índice Bloomberg de Igualdade de Gênero 2022**, que avalia as empresas de capital aberto segundo as práticas de equidade de gênero (Bloomberg).
- Pelo 3º ano consecutivo, recebemos a certificação **Top Employers 2022**, certificação internacional para empresas com excelência em gestão de pessoas e *employer branding* (Top Employer Institute).
- Recebemos o prêmio **Excelência em Gestão de Pessoas**, que identifica e reconhece práticas e grau de investimento das empresas na valorização das pessoas (Gestão RH e FGV Company).
- Recebemos o **Troféu Top List Rural**, premiação dedicada às marcas e produtos preferidos da Revista Rural. Bradesco reconhecido em primeiro lugar na categoria Bancos Privados (Revista Rural).
- Recebemos o prêmio **Ouvidorias Brasil 2021** (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente).
- Pela 10ª vez consecutiva, a BRAM foi reconhecida como a gestora com os **Melhores Fundos no Ranking com Dinheiro** (Revista Investidor Institucional).
- Bradesco *Private Bank* eleito o **Melhor Time de Advisors em Wealth Management** no País (*Leaders League*).
- Recebemos o prêmio **Best Private Bank Brazil 2022**, que destaca a eficácia de negócios B2B e B2C, reconhecendo empresas que garantem a satisfação dos seus clientes e trabalham para o desenvolvimento e o crescimento de todo o mercado (Revista *World Economic*).
- Pela 7ª vez, o Bradesco BBI foi eleito o **Melhor Banco de Investimento do Brasil 2022** (Revista *Global Finance*).
- Fomos reconhecidos como destaque no **Guia Valor de Fundos de Investimentos** (Valor Econômico).
- Ficamos em 3º lugar no **Ranking BrandZ - Marcas Mais Valiosas do País** (Kantar Ibope Media e Meio & Mensagem).
- Menção honrosa no prêmio **World Changing Ideas Awards 2022** com novas respostas da BIA contra o assédio (*Fast Company*).
- Ficamos em 2º lugar na lista do **LinkedIn Top Companies Brasil 2022**, que traz 25 empresas de diversos setores e que atuam no país oferecendo as melhores oportunidades de crescimento profissional (*LinkedIn*).
- Pelo 2º ano consecutivo, o inovabra lab ficou entre os melhores laboratórios de inovação financeira do mundo na premiação **World's Best Innovation Financial Labs 2022** (Revista *Global Finance*).
- Fomos reconhecidos no **FICO Decisions Awards 2022** como case de sucesso no uso das soluções FICO na categoria integração e gestão de clientes com o projeto Brain (FICO).
- Ficamos em 1º lugar no reconhecimento **Melhores Empresas em Práticas e Ações da Diversidade** na Categoria de Recrutamento e Seleção, com o Programa Bradesco de Qualificação Profissional – Estagiários Universidade Zumbi dos Palmares (Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial com apoio do Fórum de Direitos e Empresas LGBTQ+, Movimento Mulher 360 e IstoÉ Dinheiro).
- Ganhamos como *Overall Winner* no prêmio **Global Customer Centricity World Series 2022** (ARCET Global).

- Next e Bitz ganhadores em diferentes categorias no prêmio **FID Insiders 2022** (Portal *Finsiders* e o FID).
- Fomos reconhecidos como o melhor Private Bank do Brasil pelo segundo ano consecutivo no prêmio *The Global Economics 2022 (The Global Economics)*.
- Inovabra reconhecido como *Coworking Destaque 2022* no prêmio *Coworking Destaque Scibiz USP 2022 (Festival Scibiz)*.
- Bradesco figura como **favorito do cliente no momento de investir** e Ágora como **melhor plataforma** segundo levantamento da empresa Toluna em parceria com a FGV e Valor Investe.
- BBI eleito o **melhor time de Research do Brasil** em *ranking* publicado pela revista Institutional.
- Bradesco foi um dos destaques do *ranking Empresa dos Sonhos 2022*, realizado pelo Grupo Cia de Talentos.
- Pela primeira vez, o Bradesco BBI levou o prêmio **Investment Bank of the Year for Equity Raising**, concedido pela *The Banker*, revista britânica do Grupo *The Financial Times*.
- Fomos premiados no **Global Private Banking Innovation Awards 2022**, nas categorias **Melhor Private Bank da América Latina e do Brasil** (*Global Private Banker* e pela *The Digital Banker*).
- Fomos reconhecidos globalmente como o banco mais inovador em transformação digital no **Innovation in Digital Banking Awards 2022** (*The Banker*).
- Bradesco vencedor na categoria Bancos, e entre os dez primeiros no ranking geral, na **22ª edição do prêmio As 100+ Inovadoras no Uso de TI**, realizado pela IT Mídia.
- Bradesco Private Bank foi reconhecido na **edição 2022 da Chambers Research**, pesquisa realizada pela *Chambers and Partners* por sua excelência em aconselhamento de *Wealth Planning*. É o segundo ano consecutivo que o banco recebe esse título.
- Fomos vencedores do prêmio **Aplauda - Ações Voluntárias que Transformam**, na categoria "Iniciativa destaque em Diversidade" com o Programa Unibrad Semear (Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial).
- Ficamos em primeiro lugar no *ranking Gestão Saudável 2022* da *Great Place to Work*, principal consultoria especializada em qualidade de ambiente de trabalho do mundo.
- A Ágora é a **número 1 em plataformas de investimento**, segundo **pesquisa da Faculdade Getúlio Vargas (FGV)**. Divulgado pelo Valor Investe, o índice mede a qualidade dos serviços de investimento e mostra a percepção dos clientes.
- Figuramos entre as **três maiores instituições financeiras no anuário Valor 1000**, publicado pelo Valor Econômico em parceria com a Serasa Experience e o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de SP da FGV. A publicação destaca ainda a Bradesco Capitalização e a Bradesco Saúde na liderança dos rankings dos respectivos setores. A Bradesco Seguros e a Bradesco Vida e Previdência também foram destaques em suas categorias.
- Ficamos em 2º lugar no *ranking* setorial do prêmio **Lugares Incríveis para Trabalhar** da *FIA Business School* e entre as 30 empresas de grande porte reconhecidas no *ranking* geral.
- Fomos campeão, entre os bancos, na 11ª edição do anuário **Época Negócios 360°**. É a quarta vez que ficamos na primeira colocação no *ranking*, que lista as melhores empresas do País (Época Negócios em parceria com a Fundação Dom Cabral).
- Conquistamos o TOP 1 na categoria Bancos e TOP 10 em **Open Corps** no *ranking* geral da *100 Open Startups 2022*. O inovabra também foi premiado com o TOP 10 no *ranking* de ecossistemas (*100 Open Startups*).
- Bradesco BBI foi eleito o melhor banco de Infraestrutura do Brasil de 2022 no **Latin Finance Project & Infrastructure Finance**, referência em conteúdo sobre os mercados financeiros e as economias da América Latina e Caribe (*Latin Finance*)
- Fomos eleitos o melhor banco na categoria Varejo, Bradesco Saúde (melhor em Seguro Saúde) e Bradesco Capitalização (melhor na categoria Capitalização) no prêmio *Estadão Finanças Mais* (Estadão em parceria com a Austin Rating).

- Fomos destaque no prêmio **Banking Transformation 2022** e reconhecidos em seis categorias: Banco Bradesco (Canais Digitais e *Open Banking*); Bradesco Seguros (Autoatendimento); Bitz (ESG); Next (Banco do Ano); Unibrad (Projeto de Educação - Cantarino Brasileiro).
- Fomos reconhecidos em duas categorias: Recrutamento e Ascensão no Índice de Equidade Racial Empresarial (Iere) 2022 por nossas ações constantes em diversidade racial (Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial – Universidade Zumbi dos Palmares e ONG Afrobras em parceria com o Movimento Pela Igualdade Racial – Mover).
- Bradesco Asset foi destaque no **Guia Valor Fundos de Previdência 2022**. Primeiro lugar como Melhor Gestora pelo terceiro ano consecutivo (FGV em parceria com o jornal Valor Econômico).
- Bradesco Asset foi eleita a Maior Gestora Privada de Fundos de Previdência do País, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).
- Fomos destaque no prêmio **Líderes do Brasil**, que reconhece empresas e líderes que tiveram protagonismo em 2022 (Grupo de Líderes Empresariais – Lide).
- Fomos vencedores do prêmio **Americas Property Award 2022/2023**, um dos mais renomados prêmios de Arquitetura e *Design* do mundo, na categoria *Mixed Used Architecture* com os módulos da Cidade de Deus (*International Property Media*).
- Ágora foi destaque no **47º Anuário Clube de Criação**, na categoria Técnica Digital/Direção de Arte, com a produção do Ágora *Branding*. O trabalho engloba a construção da marca e da identidade visual (Clube de Criação).
- O Bradesco foi selecionado, pela 18ª vez consecutiva, para integrar a carteira do **Índice de Sustentabilidade Empresarial** da B3, ficando em destaque entre as instituições financeiras e na 8ª posição no *ranking* geral das empresas participantes. Criado em 2005, o ISE destaca as empresas de capital aberto com as melhores práticas em governança, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados em 2022, em um ambiente macroeconômico intenso, reforçam o produtivo trabalho que desenvolvemos ao longo do ano. Refletem, também, a consonância entre os times para seguirmos na mesma direção. Pelos resultados obtidos, agradecemos o constante apoio e confiança dos nossos acionistas e clientes, bem como os nossos funcionários e demais colaboradores, que desempenham um papel fundamental para existirmos e perdurarmos.

Cidade de Deus, 09 de fevereiro de 2023

Conselho de Administração e Diretoria

Balanço Patrimonial Consolidado.....	26
Demonstração Consolidada do Resultado	27
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	28
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	29-30
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	31-32
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	33-167
Relatório dos Auditores Independentes	169
Relatório do Comitê de Auditoria	170
Parecer do Conselho Fiscal.....	171
Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1) INFORMAÇÕES GERAIS.....	33
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	33
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	58
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.....	63
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA	66
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	66
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	67
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	73
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	75
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	76
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	76
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.....	87
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E <i>JOINT VENTURE</i>	88
14) IMOBILIZADO DE USO	90
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.....	92
16) OUTROS ATIVOS	93
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	93
18) RECURSOS DE CLIENTES.....	94
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	94
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS	96
21) PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	97
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	104
23) OUTROS PASSIVOS.....	108
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	109
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	110
26) LUCRO POR AÇÃO	112
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	113
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	113
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO.....	114
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	114
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	114
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	114
33) DESPESAS DE PESSOAL	115
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	115
35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	115
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	115
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	116
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS	120
39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	124
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS	126
41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	164
42) OUTRAS INFORMAÇÕES	167

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Balanço Patrimonial Consolidado

	R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	122.521.755	108.601.632
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	301.899.028	336.560.965
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	215.588.278	193.516.537
Ativos financeiros ao custo amortizado			
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	10	122.488.329	83.426.816
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	11	608.404.633	573.032.622
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	9	211.611.074	178.819.275
- Outros ativos financeiros	16	65.705.559	64.411.451
Ativos não correntes mantidos para venda	12	1.236.931	1.196.272
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	8.970.513	7.557.566
Imobilizado de uso	14	11.971.122	13.513.105
Ativos intangíveis e ágio	15	18.799.813	14.911.007
Impostos a compensar		14.440.840	13.286.829
Impostos diferidos	37c	85.068.043	78.743.461
Outros ativos	16	10.909.757	7.994.655
Total do ativo		1.799.615.675	1.675.572.193
Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	281.948.038	279.009.280
- Recursos de clientes	18	590.682.206	569.726.250
- Recursos de emissão de títulos	19	222.257.328	166.228.542
- Dívidas subordinadas	20	52.241.332	54.451.077
- Outros passivos financeiros	23	92.556.433	86.407.304
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	13.341.324	14.265.283
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	2.997.091	3.315.190
- Garantias financeiras	11	1.768.949	2.066.167
Provisões técnicas de seguros e previdência	21	316.155.117	286.386.634
Outras provisões		22.647.973	25.536.619
Impostos correntes		1.593.037	2.059.223
Impostos diferidos	37	1.633.292	208.035
Outros passivos	23	41.052.291	35.683.882
Total do passivo		1.640.874.411	1.525.343.486
Patrimônio líquido	25		
Capital social		87.100.000	83.100.000
Ações em tesouraria		(224.377)	(666.702)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		73.143.422	67.250.114
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		(3.104.199)	(1.005.569)
Lucros acumulados		1.244.043	992.525
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		158.265.358	149.776.837
Participação de acionistas não controladores		475.906	451.870
Total do patrimônio líquido		158.741.264	150.228.707
Total do passivo e patrimônio líquido		1.799.615.675	1.675.572.193

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Demonstração do Resultado

	R\$ mil			
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2022	2021	2020
Receita de juros e similares		200.613.185	138.223.346	119.743.371
Despesa de juros e similares		(131.311.254)	(55.121.323)	(48.575.687)
Resultado líquido de juros	27	69.301.931	83.102.023	71.167.684
Resultado líquido de serviços e comissões	28	27.134.207	26.033.007	24.936.454
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	819.355	(11.272.790)	(18.586.403)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.663.816	(1.081.393)	(1.716.879)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		1.816.918	(425.732)	(1.010.972)
Resultado de seguros e previdência	32	7.264.883	6.073.461	7.578.707
- Receita de seguros e previdência		88.974.993	76.221.161	68.410.501
- Despesa de seguros e previdência		(81.710.110)	(70.147.700)	(60.831.794)
Receitas operacionais		12.564.972	(6.706.454)	(13.735.547)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(26.365.671)	(9.358.234)	(18.711.841)
Perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	2.579.233	(255.975)	(833.434)
Despesas de pessoal	33	(21.683.356)	(20.013.692)	(18.965.477)
Outras despesas administrativas	34	(17.510.519)	(15.993.155)	(15.484.126)
Depreciação e amortização	35	(5.663.220)	(5.772.900)	(5.921.030)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(17.503.554)	(18.603.757)	(18.822.246)
Despesas operacionais		(86.147.087)	(69.997.713)	(78.738.154)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		22.854.023	32.430.863	3.630.437
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	1.355.926	421.504	444.858
Resultado antes da tributação sobre o lucro		24.209.949	32.852.367	4.075.295
Imposto de renda e contribuição social	37	(2.992.753)	(9.471.563)	11.958.666
Lucro líquido do período		21.217.196	23.380.804	16.033.961
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		20.983.690	23.172.322	15.836.862
Não controladores		233.506	208.482	197.099
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
- Lucro por ação ordinária	26	1,87	2,07	1,41
- Lucro por ação preferencial	26	2,06	2,27	1,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2022	2021	2020
Lucro líquido do período/exercício		21.217.196	23.380.804	16.033.961
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
- Ganhos/(perdas) não realizados		(5.720.405)	(13.601.053)	(1.529.928)
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	2.663.816	(1.081.393)	(1.720.958)
- Efeito dos impostos		1.359.598	6.045.476	1.447.558
Ganhos/(perdas) não realizados com <i>hedge</i>	7			
- <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		545.684	(1.962.706)	(335.620)
- <i>Hedge</i> de investimento no exterior		142.459	(224.055)	(187.629)
- Efeito dos impostos		(330.046)	1.021.384	235.462
Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior		(75.132)	(19.107)	235.863
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.255.620)	1.080.075	3.573.603
Efeito dos impostos		455.199	(441.363)	(1.464.897)
Outros		115.817	73.830	(21.593)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		(2.098.630)	(9.108.912)	231.861
Resultado abrangente do período/exercício		19.118.566	14.271.892	16.265.822
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		18.885.060	14.063.410	16.068.723
Não controladores		233.506	208.482	197.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1 de janeiro de 2020	75.100.000	(440.514)	35.973	9.623.394	42.363.029	70.496	7.871.482	475.606	135.099.466	444.108	135.543.574
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	15.836.862	15.836.862	197.099	16.033.961
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	17.591	-	17.591	-	17.591
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	235.863	-	235.863	-	235.863
Outros	-	-	-	-	-	-	(21.593)	-	(21.593)	-	(21.593)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	231.861	15.836.862	16.068.723	197.099	16.265.822
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.598)	(3.598)
Aumento de capital com reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	827.328	10.171.278	-	-	(10.998.606)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(5.547.971)	(5.547.971)	(140.453)	(5.688.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.100.000	(440.514)	35.973	10.450.722	48.534.307	70.496	8.103.343	(234.109)	145.620.218	497.156	146.117.374
Saldo em 1 de janeiro de 2021	79.100.000	(440.514)	35.973	10.450.722	48.534.307	70.496	8.103.343	(234.109)	145.620.218	497.156	146.117.374
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	23.172.322	23.172.322	208.482	23.380.804
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(9.163.635)	-	(9.163.635)	-	(9.163.635)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(19.107)	-	(19.107)	-	(19.107)
Outros	-	-	-	-	-	-	73.830	-	73.830	-	73.830
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(9.108.912)	23.172.322	14.063.410	208.482	14.271.892
Aumento de capital com reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.097.285	11.608.314	-	-	(12.705.599)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	440.514	-	-	(440.514)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(666.702)	-	-	-	-	-	-	(666.702)	-	(666.702)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(9.240.089)	(9.240.089)	(253.768)	(9.493.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83.100.000	(666.702)	35.973	11.548.007	55.702.107	70.496	(1.005.569)	992.525	149.776.837	451.870	150.228.707

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	83.100.000	(666.702)	35.973	11.548.007	55.702.107	70.496	(1.005.569)	992.525	149.776.837	451.870	150.228.707
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	20.983.690	20.983.690	233.506	21.217.196
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(75.132)	-	(75.132)	-	(75.132)
Outros	-	-	-	-	-	-	115.817	-	115.817	-	115.817
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(2.098.630)	20.983.690	18.885.060	233.506	19.118.566
Aumento de capital com reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.036.608	9.523.402	-	-	(10.560.010)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	666.702	-	-	(666.702)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-	(224.377)	-	(224.377)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.172.162)	(10.172.162)	(209.470)	(10.381.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.100.000	(224.377)	35.973	12.584.615	60.558.807	70.496	(3.104.199)	1.244.043	158.265.358	475.906	158.741.264

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Demonstração do Fluxo de Caixa

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	24.209.949	32.852.367
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:		
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	26.365.671	9.358.234
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	38.731.599	32.600.967
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.663.816)	1.081.393
Despesas com provisões e passivos contingentes	2.874.896	3.888.464
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	(2.579.233)	255.975
Depreciação	2.530.910	2.712.720
Amortização de ativos intangíveis	3.132.310	3.060.180
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(1.355.926)	(421.504)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(228.130)	(239.499)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	(12.649)	228.971
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	(422.188)	(15.366)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(892.293)	(3.475.438)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(183.105.978)	(271.154.762)
Depósitos compulsórios no Banco Central	(14.656.082)	(3.559.769)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.415.276	(9.087.880)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(163.362.846)	(182.188.118)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	34.661.937	(60.377.643)
Outros ativos	(48.164.263)	(15.941.352)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	115.428.891	51.862.966
Recursos de instituições financeiras	32.797.532	27.166.234
Recursos de clientes	62.058.049	38.922.747
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(923.959)	(4.432.399)
Provisões técnicas de seguros e previdência	(8.963.117)	(25.679.716)
Outras provisões	(5.763.542)	(3.934.768)
Outros passivos	36.223.928	19.820.868
Caixa gerado pelas operações	22.014.013	(137.404.332)
Juros recebidos	101.166.625	72.045.757
Juros pagos	(72.121.352)	(29.926.361)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.292.937)	(6.707.736)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	41.766.349	(101.992.672)
Atividades de investimento		
(Aquisição) de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(623.966)	(183.172)
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(164.290.603)	(162.115.499)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	105.001.290	127.129.772
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	69.244.651	47.481.373
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(70.238.580)	(46.679.357)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	442.888	608.200
(Aquisição) de investimentos em coligadas	-	(293.793)
Alienação de investimentos em coligadas	61.970	62.237
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	720.069	763.698
(Aquisição) de imobilizado de uso	(2.440.639)	(1.156.867)
Alienação de imobilizado de uso	596.414	528.602
(Aquisição) de ativos intangíveis	(6.971.601)	(3.253.248)
Juros recebidos	50.719.425	17.799.378
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(17.778.682)	(19.308.676)
Atividades de financiamento		
Emissão de recursos de emissão de títulos	101.692.599	105.221.591
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(55.588.276)	(84.821.391)
Emissão de dívidas subordinadas	9.796.000	9.130.200
Pagamento de dívidas subordinadas	(13.431.393)	(9.516.156)
Pagamento de arrendamento	(1.916.000)	(1.685.513)

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Participação dos acionistas não controladores	(209.470)	(253.768)
Juros pagos	(14.544.532)	(9.102.724)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(3.656.763)	(9.914.297)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(224.377)	(666.702)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	21.917.788	(1.608.760)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	45.905.455	(122.910.108)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	71.386.319	190.820.989
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	892.293	3.475.438
No encerramento do período	118.184.067	71.386.319
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	45.905.455	(122.910.108)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As Demonstrações Financeiras consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2023.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas

as empresas da Organização incluindo os investimentos por equivalência patrimonial.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Ramo de atividade	Participação total		Participação total no capital votante	
			Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A. (1)	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2) (3)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, sociedad de Responsabilidad Limitada (4)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bac Florida Bank (5)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País						
Atlântica Companhia de Seguros (6)	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	-	100,00%	-	100,00%
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Ramo de atividade	Participação total		Participação total no capital votante	
			Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Odontoprev S.A. (7) (8)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	51,41%	50,01%	51,41%	50,01%
Ramo Segurador - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2) (7)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outras Atividades - Exterior						
Bradesco North America LLC (2)	New York - Estados Unidos	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (9)						
Bradesco FI RF Credito Privado Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster II Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Priv Performance FICFI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Cred Privado Master Premium	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred. Priv. Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Private PB FIC FI RF Cred. Priv.PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster III Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Em fevereiro de 2022, adquirimos 50% de participação, passando a deter 100% do capital total;

(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(3) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada International Diversified Payment Rights Company, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(5) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(6) Empresa incorporada em Maio de 2022;

(7) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(8) Aumento do percentual de participação relacionado ao Desdobramento/Cancelamento de Ações em Tesouraria ocorrido em abril de 2022; e

(9) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Os fundos PGBL/VGBL são fundos de previdência privada.

b) Aquisição de Investimento

Em 25 de fevereiro de 2022, o Bradesco comunicou aos seus acionistas, clientes e ao mercado em geral que, por meio de sua subsidiária, Bradescard Elo Participações S.A. (Bradescard Elo), concluiu a aquisição de 49,99% da participação acionária no capital social do Banco Digio. Pela aquisição, a Bradescard Elo pagou o montante de R\$ 645 milhões, passando a deter, indiretamente, 100% do capital social do Digio.

O Bradesco obteve a aprovação para aquisição do Digio, pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa) em 24/11/21 e, pelo BACEN (Banco Central do Brasil) em 04/02/22.

O Bradesco pagou por essa aquisição, o montante de R\$ 645.060 mil, apurando inicialmente um ágio de R\$ 376.258 mil. Foi contratado empresa especializada e independente, para a elaboração do estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), estabelecendo a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Digio, bem como a mensuração do valor justo da participação detida antes da data dessa aquisição. A alocação final poderá sofrer alterações e aprimoramentos até a finalização do estudo, que tem estimativa em até 12 meses, a partir da data da respectiva aquisição.

Desta forma, demonstramos abaixo os ativos e passivos consolidado da empresa adquirida:

	R\$ mil
	Em 25 de Fevereiro de 2022
Ativo	
Disponibilidades	41.614
Instrumentos financeiros	3.083.041
Créditos tributários	398.493
Imobilizado de uso	2.043
Intangível	237.251
Outros ativos	363.787
Total do Ativo	4.126.229

	R\$ mil
	Em 25 de Fevereiro de 2022
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.268.274
Provisões	34.702
Impostos diferidos	32.587
Outros passivos	176.124
Total do Passivo	3.511.687
Patrimônio Líquido (1)	614.542
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.126.229

(1) Saldo eliminado com o investimento.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou tiver direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle sobre as suas atividades até a data em que esse controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao

valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de perdas por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado: (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo destes instrumentos na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo conjunto, no qual a Organização com outras partes, detentoras do controle conjunto, têm o direito dos ativos líquidos sobre o acordo firmado. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

Entidade estruturada é uma entidade que foi projetada de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores dominantes ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto se referem somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

A entidade estruturada, frequentemente, contempla algumas ou todas as características ou atributos seguintes:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido, como, por exemplo, efetuar arrendamento eficiente em termos fiscais, conduzir atividades de pesquisa e desenvolvimento, oferecer fonte de capital ou de financiamento a uma entidade ou oferecer oportunidades de investimento a investidores pela transferência aos investidores dos riscos e benefícios associados aos ativos da entidade estruturada;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento na forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perdas por redução ao valor recuperável, que deva ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

b) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bac Florida Bank cuja moeda funcional é Dólar.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico denominado em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do reconhecimento inicial; ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na

data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”.

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como “ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior”.

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em “Outros resultados abrangentes”. Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 5 (a) – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

A organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Receita de juros e similares”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2(d)(viii) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

ii. **Passivos financeiros**

A Organização classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimos**

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu

quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre (i) o valor da provisão para perdas esperadas e (ii) o valor inicialmente reconhecido, menos, se apropriado o valor acumulado da receita da taxa de serviço. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

As perdas de crédito esperadas, referentes aos Compromissos de empréstimos, são reconhecidas no passivo e são calculadas, conforme descrito na nota 40.2.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Organização possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. Os detalhes dessas estruturas estão apresentados na nota 40.3 – Risco de mercado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou

modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 40.4.

viii. Perdas de créditos esperadas

A Organização avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), garantias financeiras e compromissos de empréstimos.

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados pela taxa efetiva de juros da operação;

Garantias financeiras: é o valor presente da diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor da garantia e os valores que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado; e

Compromissos de empréstimo: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos, caso o compromisso fosse utilizado e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Organização pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Organização desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Os critérios detalhados para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 40.2.

e) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo deduzidos das despesas venda – o que for menor, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

f) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo), quando aplicável. O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados, pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de combinações de negócios, tais como ágio e a compra de outros ativos intangíveis, ou não, como as licenças de software e a aquisição de direitos de exclusividade. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(i) abaixo.

i. Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures* e é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em “Ativos Intangíveis” e o ágio da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente, ou sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo). Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. Software

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(i) abaixo).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando necessário.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas

por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, e amortizados pelo período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecoverabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(i) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Arrendamento mercantil

Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da IFRS 16 pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

i) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, no mínimo, anualmente, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores

são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável será revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável ou somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, quando relevantes.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

k) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato de seguro é aquele em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativo. Os contratos no segmento de seguro, classificados como contratos de investimento, são produtos relacionados aos títulos de capitalização uma vez que estes não transferem risco de seguro significativo e são contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

l) Provisões técnicas de seguros Não Vida, Vida, Saúde e Previdência

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. Para os segmentos de Danos e Vida, a parcela desta provisão, correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor

atual dos benefícios futuros e o valor atual dos prêmios futuros, correspondentes às obrigações futuras assumidas. Especificamente para a carteira de saúde individual, são considerados os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios a partir da expectativa do falecimento do titular do plano. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais. Nos planos de previdência com característica de contribuição variável, a PMBaC representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras, referentes aos pagamentos de benefícios continuados. Especificamente para o seguro saúde, a PMBC é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (IBNR/PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência dos sinistros. Para os seguros saúde, são utilizados triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses. Para os seguros de danos, vida e planos de previdência complementar aberta, são utilizados triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 10 semestres (seguros de Danos e de Vida) e nos últimos 16 semestres (planos de Previdência Complementar Aberta).

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL/PESL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais. Para os seguros de Danos, esses valores são líquidos parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos aos sinistros ocorridos e a ocorrer dependendo da estrutura de cada contrato.

Em Outras provisões Técnicas, estão sendo consideradas as seguintes provisões:

A provisão complementar de cobertura (PCC), que refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP) para os seguros de Danos, Vida e Previdência.

A Provisão de Insuficiência de Premios/Contraprestações (PIC/PIP) dos contratos de seguro Saúde coletivos e individuais, que tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, sendo calculada a partir das metodologias definidas em Notas Técnicas Atuariais.

Além disso as Outras Provisões Técnicas compreendem as seguintes provisões específicas dos seguros de vida e planos de previdência:

- Provisão de Resgates e outros Valores a Regularizar (PVR) que abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
- Provisão de excedente financeiro (PEF), que corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente

financeiro;

- Provisão de Excedente Técnico (PET), que corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo “Resultado financeiro”.

i. Teste de adequação de passivo (*Liability Adequacy Test - “LAT”*)

A Organização elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4, e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa, que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, foram utilizadas as taxas a termo livres de risco (ETTJ) elaboradas pela SUSEP (Danos) e Fenaprevi (Vida e Previdência) ambas autorizadas pela SUSEP.

Em relação aos seguros de vida e plano de previdência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. As projeções seguem a metodologia e premissas descritas nos parágrafos anteriores desta seção. O resultado do teste de adequação de passivos (TAP) apresentou uma insuficiência e foi reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), vide nota 21.

Em relação aos seguros de danos, a sinistralidade média projetada foi de 43% e o resseguro médio projetado no estudo, calculado com base nos sinistros avisados foi de 4%. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

m) Operações de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Organização para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

n) Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices e contratos de previdência, ou pelo prazo médio de doze meses. As despesas com agenciamentos relativos à comercialização de planos de saúde são apropriadas no período de vinte e quatro meses.

o) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização registrados em “Outros passivos”, têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.

Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é capitalizado mensalmente pelo indexador Taxa Referencial – TR e por taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título e que forma o montante da rubrica de “Outros Passivos de Títulos de Capitalização”.

Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial – TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 4 e, portanto, são classificados como um passivo financeiro.

Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

p) Resultado de seguros

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios (resultado) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 24 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo de 12 meses nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

q) Benefícios aos empregados

O Bradesco reconhece, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefícios definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconhece as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de Plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para Planos de Previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano diferente da expectativa (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

r) Juros

As receitas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, exceto instrumentos de patrimônio e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Organização estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

s) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, compostas substancialmente por taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos, conforme requisitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, à medida em que as obrigações de desempenho são cumpridas. O preço é alocado à prestação de serviço mensal, sendo a receita alocada ao resultado da mesma maneira. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

t) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados

na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Impostos Diferidos”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores segurador e financeiro em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 37.

u) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, Previdência Complementar e Capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

v) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das Demonstrações Financeiras, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) **NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

IFRS 17 – Contratos de Seguro

Emitida em maio de 2017, a IFRS 17 - Contratos de Seguros substitui a IFRS 04 - Contratos de Seguros e estabelece alterações na mensuração, reconhecimento e divulgação de contratos de seguros aplicando metodologias específicas para cada tipo de contrato. A norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração avaliou a aplicação inicial do IFRS 17 em suas demonstrações financeiras consolidadas e estimou um aumento de R\$ 0,6 bilhão (0,4%) no patrimônio total em 1º de janeiro de 2023 (redução de R\$ 1,3 bilhão em 1º de janeiro de 2022). O efeito líquido considerando a reclassificação de certos ativos financeiros sob IFRS9 é um aumento de R\$ 1,8 bilhão no patrimônio total em 1º de janeiro de 2023, (o que representa 1,1% em relação ao patrimônio líquido total em 1º de janeiro de 2023).

Contratos no escopo da IFRS 17

De acordo com a norma, os contratos que correspondam à definição de contratos de seguros, incluindo contratos de seguros e resseguros emitidos, contratos de resseguros cedidos e contratos de investimento com participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora devem ser mensurados de acordo com as suas regras. Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor. Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor. Contrato de investimento com participação discricionária não são contratos de seguro, mas estão dentro do escopo do IFR17 se a entidade também emitir contratos de seguro. A Organização avaliou todos os seus direitos e obrigações e considerou no âmbito das normas os contratos de seguros emitidos, os contratos de resseguros cedidos e os contratos de investimentos com participação discricionária nas suas carteiras de Vida, Previdência, Não Vida e Saúde para atender às definições dadas acima.

A norma também define que, após classificar os contratos em seu escopo, uma entidade deve avaliar se esses contratos possuem algum derivativo embutido, componentes distintos de investimento ou um bem distinto ou serviço não seguro. Um componente de investimento é distinto se não estiver altamente interrelacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice. A Organização avaliou os contratos no escopo do IFRS17 e concluiu não haver componentes a serem separados uma vez que; (i) o componente de investimento presente nos contratos de Vida e Previdência está fortemente interrelacionado com o contrato de seguro e (ii) os bens e os serviços não seguros não são distintos uma vez que os seus fluxos de caixa estão fortemente associados à componente de seguros e a empresa presta um serviço significativo em integrar o bem ou serviços não securitários com o contrato de seguro.

A seguir colocamos um resumo dos produtos da companhia que estão sob o alcance do IFRS17:

- A carteira Vida será dividida em três grupos: carteiras Vida Risco Curto Prazo, Vida Risco Longo Prazo e Vida Capitalização.
 - A carteira Vida Risco Curto Prazo contempla uma enorme variedade de produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade com uma duração máxima de três anos.

- A carteira Vida Risco Longo Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade. A duração desta carteira está associada à expectativa de vida dos segurados ou tem uma duração superior a três anos.
- A carteira Vida Capitalização contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade, além de opções de resgate. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Previdência será dividida em três grupos: Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional e PGBL/VBGL.
 - A carteira de Previdência com Benefícios Definidos abrange produtos que garantem um pagamento futuro definido quando o segurado atingir a data de aposentadoria. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
 - A carteira de Previdência Tradicional abrange produtos que garantem uma taxa de juro mínima e atualização monetária tanto no período de diferimento como no pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
 - A carteira do PGBL/VGBL contempla produtos que garantem taxa de juros e atualização monetária apenas no período de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Saúde será dividida em dois grupos: Saúde e Saúde Dental.
 - A carteira Saúde considera produtos com cobertura completa de saúde. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de dois anos.
 - A carteira de Saúde Dental contempla apenas produtos com cobertura de saúde dental. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de três anos.
- A carteira Não Vida será dividida em dois grupos: Não Vida Longo Prazo e Não Vida Curto Prazo.
 - A carteira Não Vida Longo Prazo inclui dois produtos: (i) seguro consórcio e (ii) seguro habitacional.
 - A carteira Não Vida Curto Prazo inclui todos os outros produtos de seguros Não Vida, tais como (mas não limitados a): automóvel, residencial, equipamentos, responsabilidade civil.

Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por ano de emissão) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro um grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver. Cada contrato no escopo da norma foi avaliado e classificado de acordo com essas definições; as principais diferenças em relação ao IFRS 4 são a separação dos contratos por safras e a separação dos contratos não onerosos e onerosos com perdas decorrentes de contratos onerosos reconhecidas imediatamente no resultado.

Limites do contrato

De acordo com a IFRS 17, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório sob o qual a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade pode ser obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado. Para contratos com participação discricionária, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se resultarem da obrigação substantiva da entidade de entregar caixa em uma data presente ou futura. A Organização avaliou os limites contratuais de seus contratos no âmbito do normativo e para (i) contratos de seguro emitidos, (ii) contratos de investimento com participação nos lucros e (iii) contratos de resseguro detidos e não identificou alterações significativas em relação ao que era aplicado sob a perspectiva do IFRS 4.

Mensuração

Para mensurar a responsabilidade pela cobertura remanescente de seus contratos de seguro, a Organização espera aplicar o Modelo de Mensuração Geral, a Abordagem de Taxa Variável e a Abordagem de Alocação de Prêmios, detalhados a seguir.

No **Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA)**, os contratos de seguro emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de: (i) fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo, e um ajuste de risco não financeiro; e (ii) a margem de serviço contratual do seguro (CSM). A Organização prevê aplicar o modelo geral às seguintes carteiras: Vida Risco Longo Prazo, Vida Capitalização, Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional, Saúde Individual, Saúde Dental Individual e Não Vida Longo Prazo.

Como variação do modelo geral, o **Modelo de Taxa Variável (VFA)** segue os mesmos princípios do modelo geral, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração do CSM. O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de serviços substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. 'Itens subjacentes' são definidos como "Itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro". Os itens subjacentes podem incluir quaisquer itens; por exemplo, uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade". A metodologia será aplicada pela Organização para a carteira PGBL/VGBL.

Além do modelo geral e do VFA, o IFRS 17 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, a **Metodologia de Alocação de Prêmios (PAA)**. Este modelo simplificado é aplicável a contratos com período de cobertura de um ano ou menos e contratos para os quais a Organização razoavelmente espera que a medição resultante não difira materialmente daquela sob o modelo geral de medição. Prevê-se a aplicação do modelo simplificado pela Organização às carteiras Vida Risco Curto Prazo, Saúde Coletiva, Saúde Dental Coletiva e Não Vida Curto Prazo, por estas carteiras terem períodos de cobertura iguais ou inferiores a um ano ou terem sido submetidas a um teste de aderência realizado pela Organização para verificar se o valor do passivo desses contratos medido pelo modelo simplificado é igual ou semelhante ao valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo Geral (BBA). Este modelo de alocação de prêmios é semelhante ao modelo de mensuração aplicado no IFRS 4.

A Organização não emite **contratos de resseguro**; entretanto, possui contratos cedidos a resseguradores e aplicará o Método de Alocação de Prêmios - PAA para mensurar os contratos de resseguros cedidos, uma vez que têm duração menor ou igual a um ano.

A Organização irá mensurar as responsabilidades por **sinistros ocorridos** utilizando uma estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento que serão trazidos a valor presente.

As principais diferenças da mensuração atual para a nova serão: (1) para a carteira GMM e VFA, o requerimento de considerar o valor esperado dos fluxos futuros no período de cobertura remanescente, um ajuste ao risco, identificar a margem contratual de seguros e, também, segregar contratos onerosos nas Demonstrações Financeiras, (2) para todas as carteiras é a nova a mensuração das responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando o valor presente de um fluxo de caixa de pagamento estimado e (3) os direitos e obrigações que emanam de um contrato no âmbito do IFRS17 serão registrados em dois grupos: cobertura remanescente e sinistro ocorrido, desta forma, valores que estão atualmente registrados como ativos como custos diretos de aquisição, os prêmios a receber serão considerados dentro dos outros componentes do contrato.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa usada para refletir o valor do dinheiro no tempo dos fluxos de caixa futuros. Pode ser construído usando uma das duas metodologias: Top-Down ou Bottom-Up. Na metodologia Top-Down, a taxa de desconto é derivada da Taxa Interna de Retorno (TIR) de uma carteira de ativos. Na metodologia Bottom-Up, o cálculo da taxa de desconto é baseado em uma taxa livre de risco. Um risco de liquidez é adicionado à taxa livre de risco para obter a taxa de desconto final. O risco de liquidez

reflete a compensação que um investidor exigiria pelas diferenças de liquidez entre um contrato de seguros, considerando as opções de resgate, e um ativo de referência.

A taxa de desconto utilizada pela Organização para descontar os fluxos de caixa de todos os produtos segue a abordagem Bottom-Up. Não houve alterações significativas nas taxas em relação às taxas utilizadas no IFRS 4, pois, nos períodos analisados, o risco de liquidez não foi significativo devido às opções de resgate disponíveis aos clientes.

A Organização também definiu, conforme requerido pelo normativo, que o efeito das mudanças nas taxas de desconto será alocado diretamente em seus outros resultados abrangentes.

Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA) é o ajuste feito pela Organização na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. A Organização definiu que para as carteiras de Vida e Previdência, Não Vida e Saúde Dental será utilizada a metodologia do custo de capital para cálculo do RA, e para as carteiras de Saúde será a metodologia do nível de confiança.

A metodologia de custo de capital é construída com base na multiplicação do capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites por um custo de capital. O capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites é obtido por uma metodologia de aproximação que multiplica o capital de risco atual pela duração dos fluxos de caixa do seguro. O custo de capital é o retorno mínimo que os acionistas exigirão de uma carteira e é obtido por meio da metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM).

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalculando os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.

O conceito de RA é um novo conceito introduzido pela IFRS 17 como parte da mensuração de passivos de contratos de seguro, portanto a totalidade de seu efeito sobre esses passivos representa uma alteração em relação à IFRS 4.

Alocação da Margem Contratual de Seguro (CSM)

A margem de contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro é reconhecida no resultado de cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor da margem de serviço contratual reconhecida em cada período é determinado pela identificação das unidades de cobertura, alocando a margem de serviço contratual no final do período (antes de reconhecer qualquer lançamento no resultado para refletir os serviços prestados naquele período) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no período corrente e que se espera que venha a ser prestada no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura prestadas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo Modelo Geral (GMM) e pela Abordagem da Taxa Variável (VFA), a alocação da Margem de Serviço Contratual é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e /ou investimento ao abrigo do contrato.

A Organização aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contrato de seguro prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As bases para determinação do valor das coberturas prestadas para cada produto para apropriação do CSM foram determinadas com base nas saídas (sendo saídas, somatório de sinistros projetados, comissões, despesas operacionais e administrativas).

Esta é uma alteração significativa trazida pelo IFRS 17, uma vez que o conceito de CSM não era aplicável no IFRS 4 conforme anteriormente aplicado pela Organização.

Transição

Os impactos decorrentes da adoção do IFRS 17 devem ser reconhecidos retrospectivamente, com base na abordagem retrospectiva completa, a menos que isso seja impraticável, caso em que a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo podem ser utilizadas. No entanto, se a entidade não tiver informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos sob a abordagem retrospectiva modificada, ela deve usar a abordagem do valor justo.

A Organização determinou que a abordagem retrospectiva completa será adotada para contratos de seguro que serão medidos de acordo com o PAA.

Para os contratos mensurados pelo GMM, a Organização determinou que utilizará a abordagem de transição de valor justo para as safras de contratos nas carteiras: Vida Capitalização, Previdência com Benefícios Definidos, Previdência Tradicional e Não Vida Longo Prazo - Habitacional emitidos através 2017; para as carteiras de Saúde Individual e Não Vida Longo Prazo – Consórcio emitidas até 2018; para as carteiras de Vida Risco Longo Prazo até 2019 e para as carteiras de Saúde Dental Individual até 2020, e a abordagem de transição retrospectiva completa para as dessas carteiras emitidas após essas datas. Para contratos mensurados usando a abordagem de taxa variável, a abordagem de transição de valor justo é usada para as safras emitidas até 2019, e a abordagem de transição retrospectiva completa é usada para as safras de contratos emitidas após esta data. A decisão de utilizar a abordagem de valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.

Sob a abordagem do valor justo, a margem contratual do serviço na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pela Organização e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

Apresentação e divulgação

O IFRS 17 exige novas divulgações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, incluindo reconciliações contratuais detalhadas, efeitos de novos contratos reconhecidos, bem como divulgações sobre julgamentos significativos feitos em sua aplicação. Há também divulgações ampliadas sobre a natureza e extensão dos riscos em contratos de seguro, resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. De maneira geral, o IFRS 17 exige um nível mais granular de divulgações, trazendo maior transparência para avaliar os efeitos dos contratos de seguro nas demonstrações financeiras, quando comparado ao exigido pelo IFRS 4.

Redesignação de ativos

De acordo com a norma, uma empresa pode reavaliar a atual designação de seus ativos mensurados de acordo com o IFRS9, na data de aplicação inicial do IFRS17, caso esses ativos estejam relacionados a contratos de seguro no escopo do IFRS17. Essa redesignação é baseada em uma mudança no modelo de negócio do ativo obtida por meio do teste de Pagamento Único de Principal e Juros para proteger a empresa dos efeitos financeiros desta nova normativa.

A Organização avaliou os efeitos do IFRS17, principalmente os relacionados a mudanças na taxa de desconto aplicada e, reavaliou seu modelo de negócios de ativos relacionados. A reavaliação decorre de uma reclassificação do modelo de negócios entre os ativos utilizados para proteger a carteira de Vida e Previdência e Saúde. Nessa reclassificação a Organização diminuiu o valor dos ativos mensurados pelo Custo Amortizado e aumentou o valor dos ativos mensurados pelo Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes. A principal razão para esta reclassificação é a alteração na metodologia da avaliação dos passivos de seguros que passam a ter seus descontos alinhados a taxa de mercado.

Alterações ao IAS 1

Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações

Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não há impactos com a aplicação desta regulamentação.

Adicionalmente, as alterações ao IAS 1 emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

Alterações ao IAS 8

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não há impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações do IAS 12

Tributos sobre o Lucro. Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia identificou que as alterações impactarão, de forma não relevante, somente as contas patrimoniais, sem impacto em resultado.

Alterações do IFRS 16

Arrendamentos. As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida.

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos, são divulgadas abaixo e estão relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas contábeis	Nota
● Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
● Perda de Crédito Esperada	40.1 / 10 e 11
● Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
● Realização do crédito tributário	37
● Provisões técnicas de seguros	21
● Outras provisões	22

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado.

Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada sobre a determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 40.5.

Perda de crédito esperada

A mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda esperada de crédito, tais como:

- Determinar critérios para identificar o aumento significativo de risco de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados;
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações;

- Agrupar ativos financeiros semelhantes; e
- Definir o prazo esperado de exposição ao risco de crédito para instrumentos sem vencimento contratual determinado.

O processo para determinar o nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

As premissas e técnicas utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada estão detalhadas na nota 40.2.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos.

Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

Para informações adicionais sobre imposto de renda, vide Nota 37.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a nota 2(l). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência da carteira da Companhia e são periodicamente revisadas.

Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	14.428.309	14.850.622
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.120.063	6.433.495
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) (a)	97.635.695	50.101.989
Aplicações em ouro	-	213
Caixa e equivalentes de caixa	118.184.067	71.386.319
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	101.973.383	87.317.302
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	220.157.450	158.703.621
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	122.521.755	108.601.632

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como “empréstimos para instituições financeiras” – Nota 10; e

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	210.538.448	259.024.432
Títulos emitidos por instituições financeiras	34.091.904	20.621.803
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	28.214.231	23.766.666
Aplicações em cotas de fundos	12.025.851	9.966.594
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	113.828	307.452
Títulos públicos de governos estrangeiros	656.270	689.293
Instrumentos financeiros derivativos	16.258.496	22.184.725
Total	301.899.028	336.560.965

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Vencimento em até um ano	55.128.782	68.882.909
Vencimento de um até cinco anos	153.846.848	202.449.463
Vencimento de cinco até dez anos	64.795.283	36.316.999
Vencimento acima de dez anos	8.716.528	11.550.369
Prazo indeterminado	19.411.587	17.361.225
Total	301.899.028	336.560.965

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 31 de dezembro de 2022, R\$ 6.589.358 mil (2021 - R\$ 49.991.355 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Instrumentos financeiros derivativos	13.341.324	14.265.283
Total	13.341.324	14.265.283

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir sua exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3).

(i) Contratos de Swap

Swaps de moeda estrangeira e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas estrangeiras ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação (ou seja, *swaps* de moeda estrangeira e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as variações no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento, é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2022					Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros						-				
Compromissos de compra:	114.376.165	-	-	-	-	99.213.654		-	-	-
- Mercado interfinanceiro	89.694.759	-	-	-	-	61.640.819	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	13.512.369	-	-	-	-	31.449.101	-	-	-	-
- Outros	11.169.037	3.622.411	-	-	-	6.123.734	2.234.955	-	-	-
Compromissos de venda:	207.516.974		-	-	-	186.188.569		-	-	-
- Mercado interfinanceiro (1)	157.246.540	67.551.781	-	-	-	131.650.443	70.009.624	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	42.723.808	29.211.439	-	-	-	50.649.347	19.200.246	-	-	-
- Outros	7.546.626	-	-	-	-	3.888.779	-	-	-	-
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	279.394.344		1.793.886	176.424	1.970.310	277.559.369		1.304.697	473.982	1.778.679
- Mercado interfinanceiro	257.221.828	8.445.913	1.132.138	(119)	1.132.019	250.565.454	8.112.967	748.111	(264)	747.847
- Moeda estrangeira	6.590.716	-	75.499	(16.251)	59.248	3.442.347	-	151.280	(51.642)	99.638
- Outros	15.581.800	356.823	586.249	192.794	779.043	23.551.568	-	405.306	525.888	931.194
Compromissos de venda:	270.847.005		(1.100.416)	259.216	(841.200)	270.271.972		(943.666)	(148.378)	(1.092.044)
- Mercado interfinanceiro	248.775.915	-	(122.879)	-	(122.879)	242.452.487	-	(96.655)	45	(96.610)
- Moeda estrangeira	6.846.113	255.397	(85.634)	48.655	(36.979)	3.986.437	544.090	(172.612)	115.438	(57.174)
- Outros	15.224.977	-	(891.903)	210.561	(681.342)	23.833.048	281.480	(674.399)	(263.861)	(938.260)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	30.418.892		(775.900)	(2.423)	(778.323)	32.430.997		303.733	(5.263)	298.470
- Moeda estrangeira	30.224.123	5.541.862	(773.873)	-	(773.873)	31.622.823	4.716.522	231.503	(826)	230.677

	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2022					Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
- Outros	194.769	-	(2.027)	(2.423)	(4.450)	808.174	-	72.230	(4.437)	67.793
Compromissos de venda:	28.105.417		942.362	(21.228)	921.134	30.185.980		1.876.674	(38.817)	1.837.857
- Moeda estrangeira (2)	24.682.261	-	340.407	-	340.407	26.906.301	-	(92.393)	-	(92.393)
- Outros	3.423.156	3.228.387	601.955	(21.228)	580.727	3.279.679	2.471.505	1.969.067	(38.817)	1.930.250
Contratos de swap										
Posição ativa:	568.304.026		8.554.392	2.122.139	10.676.531	85.399.663		13.299.664	3.501.416	16.801.080
- Mercado interfinanceiro	39.592.088	434.157	989.603	2.501.866	3.491.469	26.515.089	-	(33.786)	1.594.172	1.560.386
- Prefixados	157.051.442	71.837.047	751.565	(198.742)	552.823	16.113.972	9.253.753	4.135.240	(765.075)	3.370.165
- Moeda estrangeira	82.003.795	-	4.659.421	(122.999)	4.536.422	32.743.824	14.819.075	8.095.899	2.530.658	10.626.557
- IGP-M	223.031	-	240.773	(6.196)	234.577	504.587	-	563.281	11.054	574.335
- Outros	289.433.670	124.511.759	1.913.030	(51.790)	1.861.240	9.522.191	4.995.108	539.030	130.607	669.637
Posição passiva:	446.365.683		(8.010.692)	(1.020.588)	(9.031.280)	67.738.764		(10.367.236)	(1.337.364)	(11.704.600)
- Mercado interfinanceiro	39.157.931	-	(1.244.424)	(1.045.548)	(2.289.972)	37.713.535	11.198.446	(29.833)	(1.336.711)	(1.366.544)
- Prefixados	85.214.395	-	(688.110)	(105.390)	(793.500)	6.860.219	-	(2.983.362)	21.352	(2.962.010)
- Moeda estrangeira	156.724.798	74.721.003	(4.335.358)	18.852	(4.316.506)	17.924.749	-	(5.924.580)	(53.459)	(5.978.039)
- IGP-M	346.648	123.617	(444.055)	8.095	(435.960)	713.178	208.591	(759.159)	(17.985)	(777.144)
- Outros	164.921.911	-	(1.298.745)	103.403	(1.195.342)	4.527.083	-	(670.302)	49.439	(620.863)
Totais	1.945.328.506		1.403.632	1.513.540	2.917.172	1.048.988.968		5.473.866	2.445.576	7.919.442

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 107.396.399 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 97.361.681 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 50.673.213 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 46.895.240 mil);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 31.912.812 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 32.578.474 mil); e

(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Risco recebido de Swaps de créditos:	2.585.136	3.490.765
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	755.184	826.946
- Títulos de dívida pública brasileira	1.184.523	2.085.120
- Títulos de dívida pública estrangeira	645.429	578.699
Risco transferido de Swaps de créditos:	(1.476.609)	(1.512.316)
- Derivativos da dívida pública brasileira	(840.050)	(831.495)
- Derivativos da dívida pública estrangeira	(636.559)	(680.821)
Risco de crédito total líquido	1.108.527	1.978.449

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2027. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* contábil:

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	50.673.213	51.166.688	(1.369.973)	(753.485)
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	107.396.399	106.600.111	551.838	303.511
Total em 31 de dezembro de 2022	158.069.612	157.766.799	(818.135)	(449.974)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	46.895.240	47.164.744	(933.758)	(513.567)
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	97.361.681	96.910.430	215.196	118.358
Total em 31 de dezembro de 2021	144.256.921	144.075.174	(718.562)	(395.209)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2027, tornando o fluxo de caixa prefixado.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de marcação a mercado do instrumento de

hedge, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de *hedge*. Até o acumulado em 31 de dezembro de 2022 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R\$ 354.322 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 422.483 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 181 mil (não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Hedge de valor justo

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo o ganho ou perda reconhecido no resultado. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações reconhecida no resultado. Quando o instrumento de *hedge* expirar ou for negociado ou em caso de descontinuação do *hedge* contábil, qualquer ajuste do objeto de *hedge* é contabilizado diretamente no resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor mercado	Objeto de <i>hedge</i> valor mercado	Ajuste a mercado registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de debêntures	209.242	209.242	9.242	5.083
Total em 31 de dezembro de 2022	209.242	209.242	9.242	5.083
<i>Hedge</i> de debêntures	205.592	205.592	5.592	3.076
Total em 31 de dezembro de 2021	205.592	205.592	5.592	3.076

Referente ao risco de ações, utilizando-se de contratos de Swaps, sendo os prazos de vencimentos até 2028.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 7 mil (não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo em 2021).

Hedge de investimentos no exterior

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	2.973.652	2.970.793	(696.930)	(365.488)
Total em 31 de dezembro de 2022	2.973.652	2.970.793	(696.930)	(365.488)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.658.609	2.800.937	(839.389)	(440.197)
Total em 31 de dezembro de 2021	4.658.609	2.800.937	(839.389)	(440.197)

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (35.697) mil (2021 - R\$ (38.333) mil).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como o inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	109.054.313	-	109.054.313	67.500.239	-	67.500.239
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.258.496	-	16.258.496	22.184.725	-	22.184.725
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	222.694.031	-	222.694.031	222.574.700	-	222.574.700
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.341.324	-	13.341.324	14.265.283	-	14.265.283

Nos exercícios de 2022 e 2021, o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	183.012.391	199.728	(6.040.869)	177.171.250
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.616.923	71.731	(149.210)	3.539.444
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.529.147	2.450	(123.121)	6.408.476
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.084.997	340.448	(88.128)	9.337.317
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.891.388	-	(16.253)	6.875.135
Aplicações em cotas de fundos	1.575.379	27.616	(419)	1.602.576
Ações de companhias abertas e outras ações	12.217.673	364.260	(1.927.853)	10.654.080
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)	222.927.898	1.006.233	(8.345.853)	215.588.278
Títulos públicos brasileiros	158.709.952	1.971.895	(4.806.960)	155.874.887
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.063.483	226.766	(154.898)	6.135.351
Títulos emitidos por instituições financeiras	7.566.014	531.470	(1.959.835)	6.137.649
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.758.526	215.947	(88.968)	8.885.505
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.670.843	-	(10.858)	6.659.985
Aplicações em cotas de fundos	2.109.073	23.146	(4.265)	2.127.954
Ações de companhias abertas e outras ações	8.318.376	445.925	(1.069.095)	7.695.206
Em 31 de dezembro de 2021 (1)	198.196.267	3.415.149	(8.094.879)	193.516.537

(1) Em 30 de junho de 2022, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao VJORA para mensurados ao custo amortizado, no montante de R\$ 26.890.434 mil. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de gestão de ativos financeiros que fazem frente a cobertura das provisões técnicas de longo prazo, dessa forma mantem-se os ativos até o seu vencimento, combinado aos prazos esperados pelo passivo. Caso não houvesse essa reclassificação seria reconhecido em outros resultados abrangentes marcação a mercado no montante de R\$ (1.370.634) mil.

Em dezembro de 2021, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários de mensurados ao VJORA para mensurados ao valor justo por meio do resultado, no montante de R\$ 40.305.887 mil, com reflexos em resultado no montante bruto de R\$ (1.373.557) mil.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	36.221.146	36.099.069	45.423.965	44.163.006
Vencimento entre 1 e 5 anos	130.753.272	129.091.959	50.015.025	49.467.861
Vencimento entre 5 e 10 anos	24.895.874	23.585.316	58.965.698	57.653.004
Vencimento acima de 10 anos	17.264.554	14.555.278	33.364.130	32.409.506
Vencimento indeterminado	13.793.052	12.256.656	10.427.449	9.823.160
Total	222.927.898	215.588.278	198.196.267	193.516.537

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de dezembro de 2022, R\$ 104.308.422 mil (2021 - R\$ 88.549.154 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	12.217.673	(1.563.593)	10.654.080
Total em 31 de dezembro de 2022	12.217.673	(1.563.593)	10.654.080
Ações de companhias abertas e outras ações	8.318.376	(623.170)	7.695.206
Total em 31 de dezembro de 2021	8.318.376	(623.170)	7.695.206

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2020	97.964	3.176	8.764	109.904
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	127.117	(1.245)	157.909	283.781
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2021	225.081	1.931	166.673	393.685
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.932)	-	(1.932)
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	1.932	-	-	1.932
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(97.201)	6.181	(1.381)	(92.401)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2022	129.812	6.180	165.292	301.284

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (2)	Perdas brutas não realizadas (2)	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	96.481.696	3.146.166	(6.659.322)	92.968.540
Títulos emitidos por empresas não financeiras	115.129.378	1.334.724	(672.729)	115.791.373
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)	211.611.074	4.480.890	(7.332.051)	208.759.913
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	79.521.578	3.703.783	(3.193.926)	80.031.435
Títulos emitidos por empresas não financeiras	99.297.697	992.753	(921.269)	99.369.181
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (1)	178.819.275	4.696.536	(4.115.195)	179.400.616

(1) Em 2022 e 2021, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros a custo amortizado - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros; e

(2) O saldo em questão não é contabilizado.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	23.662.304	23.411.019	39.050.064	38.849.569
Vencimento entre 1 e 5 anos	109.339.662	107.947.094	87.143.802	85.001.327
Vencimento entre 5 e 10 anos	41.876.000	42.421.977	36.997.796	39.111.612
Vencimento acima de 10 anos	36.733.108	34.979.823	15.627.613	16.438.108
Total	211.611.074	208.759.913	178.819.275	179.400.616

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de dezembro de 2022, R\$ 38.535.855 mil (2021 - R\$ 43.616.767 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2020	295.428	1.123.019	4.137.022	5.555.469
Transferidos para o Estágio 1	-	(14.267)	(1.168)	(15.435)
Transferidos para o Estágio 2	(2.037)	-	-	(2.037)
Transferidos para o Estágio 3	(109)	(72)	-	(181)
Oriundos do Estágio 1	-	2.037	109	2.146
Oriundos do Estágio 2	14.267	-	72	14.339
Oriundos do Estágio 3	1.168	-	-	1.168
Ativos originados ou comprados/Ativos liquidados/Reversão	185.206	(335.883)	122.871	(27.806)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2021	493.923	774.834	4.258.906	5.527.663
Transferidos para o Estágio 1	-	(454.884)	(177)	(455.061)
Transferidos para o Estágio 2	(2.108)	-	(856)	(2.964)
Transferidos para o Estágio 3	(921)	(108.656)	-	(109.577)
Oriundos do Estágio 1	-	2.108	921	3.029
Oriundos do Estágio 2	454.884	-	108.656	563.540
Oriundos do Estágio 3	177	856	-	1.033
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(473.559)	(83.462)	(1.929.811)	(2.486.832)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022	472.396	130.796	2.437.639	3.040.831

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Aplicações em operações compromissadas (1)	109.054.313	67.500.239
Empréstimos para instituições financeiras	13.462.268	15.996.771
Perda esperada	(28.252)	(70.194)
Total	122.488.329	83.426.816

(1) Em 31 de dezembro de 2022 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 64.876.703 mil (2021 – R\$ 43.869.456 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	305.691.791	293.491.411
- Financiamentos e repasses	111.607.610	111.905.705
- Financiamento à exportação	37.587.540	46.635.544
- Financiamento imobiliário	20.625.289	14.135.803
- Repasses BNDES/Finame	16.379.953	16.079.517
- Financiamento de veículos	23.242.661	18.927.295
- Importação	10.391.807	13.055.441
- Leasing	3.380.360	3.072.105
- Empréstimos	179.349.940	169.606.160
- Capital de giro	98.963.672	101.989.937
- Crédito rural	7.619.561	5.502.190
- Outros	72.766.707	62.114.033
- Operações com limites (1)	14.734.241	11.979.546
- Cartão de crédito	7.576.681	5.723.165
- Conta garantida/Cheque especial	7.157.560	6.256.381
Pessoa Física	357.611.537	320.342.196
- Financiamentos e repasses	125.994.550	119.730.088
- Financiamento imobiliário	84.617.176	81.712.089
- Financiamento de veículos	34.012.500	30.884.597
- Repasses BNDES/Finame	7.213.697	6.961.700
- Outros	151.177	171.702
- Empréstimos	156.052.453	142.243.997
- Crédito pessoal consignado	89.761.029	84.535.206
- Crédito pessoal	35.097.910	31.052.154
- Crédito rural	12.367.701	10.348.497
- Outros	18.825.813	16.308.140
- Operações com limites (1)	75.564.534	58.368.111
- Cartão de crédito	69.954.999	53.771.164
- Conta garantida/Cheque especial	5.609.535	4.596.947
Total da carteira	663.303.328	613.833.607
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(54.898.695)	(40.800.985)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	608.404.633	573.032.622

(1) Refere-se a operações com limites pré estabelecidos em aberto vinculados à conta-corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	1.315.976	1.196.366
De um a cinco anos	2.139.214	1.392.801
Mais de cinco anos	118.980	694.556
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(45.795)	(57.535)
Investimento líquido	3.528.375	3.226.188
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	1.297.897	1.174.549
De um a cinco anos	2.112.948	1.358.550
Mais de cinco anos	117.530	693.089
Total	3.528.375	3.226.188

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	255.289.107	(2.794.820)	(3.015.338)	5.246.877	831.328	(25.300.196)	158.295.633	(121.185.787)	-	267.366.804
- Financiamentos	100.155.914	(883.862)	(575.993)	3.359.279	747.825	(4.253.515)	54.231.476	(48.321.880)	-	104.459.244
- Empréstimos	145.443.287	(1.643.288)	(2.142.527)	1.516.557	73.145	(21.046.681)	99.485.262	(71.036.261)	-	150.649.494
- Rotativos	9.689.906	(267.670)	(296.818)	371.041	10.358	-	4.578.895	(1.827.646)	-	12.258.066
Pessoa Física	272.635.668	(11.588.082)	(7.123.858)	5.570.962	653.188	(29.994.346)	119.570.888	(57.068.065)	-	292.656.355
- Financiamentos	107.558.782	(6.250.501)	(1.035.122)	3.202.704	84.557	(13.977.848)	36.106.621	(16.246.770)	-	109.442.423
- Empréstimos	118.573.323	(2.598.680)	(3.337.413)	692.370	409.402	(16.016.498)	66.488.649	(38.563.078)	-	125.648.075
- Rotativos	46.503.563	(2.738.901)	(2.751.323)	1.675.888	159.229	-	16.975.618	(2.258.217)	-	57.565.857
Total	527.924.775	(14.382.902)	(10.139.196)	10.817.839	1.484.516	(55.294.542)	277.866.521	(178.253.852)	-	560.023.159

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	14.119.637	(5.246.877)	(1.046.304)	2.794.820	936.352	(4.074.052)	5.881.869	(2.968.357)	-	10.397.088
- Financiamentos	5.461.897	(3.359.279)	(234.955)	883.862	305.804	(2.964.276)	631.448	1.373.907	-	2.098.408
- Empréstimos	7.082.040	(1.516.557)	(648.878)	1.643.288	600.089	(1.109.776)	4.881.568	(3.642.129)	-	7.289.645
- Rotativos	1.575.700	(371.041)	(162.471)	267.670	30.459	-	368.853	(700.135)	-	1.009.035
Pessoa Física	23.075.748	(5.570.962)	(2.452.124)	11.588.082	1.796.149	2.629.090	12.673.444	(12.208.369)	-	31.531.058
- Financiamentos	10.479.754	(3.202.704)	(690.111)	6.250.501	64.442	1.425.641	3.673.945	(4.506.721)	-	13.494.747
- Empréstimos	6.731.162	(692.370)	(779.343)	2.598.680	1.395.880	1.203.449	6.653.637	(6.346.880)	-	10.764.215
- Rotativos	5.864.832	(1.675.888)	(982.670)	2.738.901	335.827	-	2.345.862	(1.354.768)	-	7.272.096
Total	37.195.385	(10.817.839)	(3.498.428)	14.382.902	2.732.501	(1.444.962)	18.555.313	(15.176.726)	-	41.928.146

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	24.082.667	(831.328)	(936.352)	3.015.338	1.046.304	1.025.380	15.392.717	(8.616.409)	(6.250.418)	27.927.899
- Financiamentos	6.287.894	(747.825)	(305.804)	575.993	234.955	(541.932)	348.266	(193.223)	(608.365)	5.049.959
- Empréstimos	17.080.832	(73.145)	(600.089)	2.142.527	648.878	1.567.312	14.523.782	(8.789.521)	(5.089.778)	21.410.798
- Rotativos	713.941	(10.358)	(30.459)	296.818	162.471	-	520.669	366.335	(552.275)	1.467.142
Pessoa Física	24.630.780	(653.188)	(1.796.149)	7.123.858	2.452.124	3.461.208	16.338.531	(5.629.284)	(12.503.756)	33.424.124
- Financiamentos	1.691.549	(84.557)	(64.442)	1.035.122	690.111	1.473.380	859.894	(1.762.506)	(781.172)	3.057.379
- Empréstimos	16.939.514	(409.402)	(1.395.880)	3.337.413	779.343	1.987.828	12.437.894	(5.942.417)	(8.094.131)	19.640.162
- Rotativos	5.999.717	(159.229)	(335.827)	2.751.323	982.670	-	3.040.743	2.075.639	(3.628.453)	10.726.583
Total	48.713.447	(1.484.516)	(2.732.501)	10.139.196	3.498.428	4.486.588	31.731.248	(14.245.693)	(18.754.174)	61.352.023

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	293.491.411	(28.348.868)	179.570.219	(132.770.553)	(6.250.418)	305.691.791
- Financiamentos	111.905.705	(7.759.723)	55.211.190	(47.141.196)	(608.365)	111.607.611
- Empréstimos	169.606.159	(20.589.145)	118.890.612	(83.467.911)	(5.089.778)	179.349.937
- Rotativos	11.979.547	-	5.468.417	(2.161.446)	(552.275)	14.734.243
Pessoa Física	320.342.196	(23.904.048)	148.582.863	(74.905.718)	(12.503.756)	357.611.537
- Financiamentos	119.730.085	(11.078.827)	40.640.460	(22.515.997)	(781.172)	125.994.549
- Empréstimos	142.243.999	(12.825.221)	85.580.180	(50.852.375)	(8.094.131)	156.052.452
- Rotativos	58.368.112	-	22.362.223	(1.537.346)	(3.628.453)	75.564.536
Total	613.833.607	(52.252.916)	328.153.082	(207.676.271)	(18.754.174)	663.303.328

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	217.561.123	(3.108.964)	(980.917)	1.593.772	199.175	(23.949.966)	168.208.771	(104.233.887)	-	255.289.107
- Financiamentos	94.231.267	(908.149)	(189.983)	579.002	24.113	(11.279.214)	57.000.287	(39.301.409)	-	100.155.914
- Empréstimos	116.800.205	(1.787.523)	(665.168)	868.348	165.127	(12.670.752)	107.605.738	(64.872.688)	-	145.443.287
- Rotativos	6.529.651	(413.292)	(125.766)	146.422	9.935	-	3.602.746	(59.790)	-	9.689.906
Pessoa Física	195.239.164	(7.139.615)	(3.661.718)	12.942.485	863.078	(10.699.421)	142.922.899	(57.831.204)	-	272.635.668
- Financiamentos	81.332.376	(4.113.805)	(433.652)	2.878.902	73.321	(8.326.024)	51.195.741	(15.048.077)	-	107.558.782
- Empréstimos	79.213.356	(1.127.801)	(1.709.840)	8.315.591	618.100	(2.373.397)	79.553.749	(43.916.435)	-	118.573.323
- Rotativos	34.693.432	(1.898.009)	(1.518.226)	1.747.992	171.657	-	12.173.409	1.133.308	-	46.503.563
Total	412.800.287	(10.248.579)	(4.642.635)	14.536.257	1.062.253	(34.649.387)	311.131.670	(162.065.091)	-	527.924.775

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	13.960.366	(1.593.772)	(594.262)	3.108.964	505.019	(719.581)	6.266.004	(6.813.101)	-	14.119.637
- Financiamentos	6.878.331	(579.002)	(258.817)	908.149	19.994	(841.508)	989.891	(1.655.141)	-	5.461.897
- Empréstimos	6.329.980	(868.348)	(282.480)	1.787.523	452.273	121.927	4.596.735	(5.055.570)	-	7.082.040
- Rotativos	752.055	(146.422)	(52.965)	413.292	32.752	-	679.378	(102.390)	-	1.575.700
Pessoa Física	38.023.532	(12.942.485)	(2.313.732)	7.139.615	1.463.999	(8.310.115)	8.960.243	(8.945.309)	-	23.075.748
- Financiamentos	10.655.990	(2.878.902)	(752.245)	4.113.805	208.332	(294.587)	3.036.579	(3.609.218)	-	10.479.754
- Empréstimos	22.782.488	(8.315.591)	(978.590)	1.127.801	969.332	(8.015.528)	4.144.977	(4.983.727)	-	6.731.162
- Rotativos	4.585.054	(1.747.992)	(582.897)	1.898.009	286.335	-	1.778.687	(352.364)	-	5.864.832
Total	51.983.898	(14.536.257)	(2.907.994)	10.248.579	1.969.018	(9.029.696)	15.226.247	(15.758.410)	-	37.195.385

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	25.288.827	(199.175)	(505.019)	980.917	594.262	244.809	10.389.522	(7.900.553)	(4.810.923)	24.082.667
- Financiamentos	7.352.243	(24.113)	(19.994)	189.983	258.817	503.893	911.654	(2.267.756)	(616.833)	6.287.894
- Empréstimos	17.254.607	(165.127)	(452.273)	665.168	282.480	(259.084)	9.242.876	(5.788.533)	(3.699.282)	17.080.832
- Rotativos	681.977	(9.935)	(32.752)	125.766	52.965	-	234.992	155.736	(494.808)	713.941
Pessoa Física	23.143.751	(863.078)	(1.463.999)	3.661.718	2.313.732	1.311.072	13.739.385	(7.098.812)	(10.112.989)	24.630.780
- Financiamentos	1.146.464	(73.321)	(208.332)	433.652	752.245	827.384	394.249	(1.165.852)	(414.940)	1.691.549
- Empréstimos	16.659.845	(618.100)	(969.332)	1.709.840	978.590	483.688	11.892.438	(7.168.430)	(6.029.025)	16.939.514
- Rotativos	5.337.442	(171.657)	(286.335)	1.518.226	582.897	-	1.452.698	1.235.470	(3.669.024)	5.999.717
Total	48.432.578	(1.062.253)	(1.969.018)	4.642.635	2.907.994	1.555.881	24.128.907	(14.999.365)	(14.923.912)	48.713.447

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	256.810.316	(24.424.738)	184.864.297	(118.947.541)	(4.810.923)	293.491.411
- Financiamentos	108.461.841	(11.616.829)	58.901.832	(43.224.306)	(616.833)	111.905.705
- Empréstimos	140.384.792	(12.807.909)	121.445.349	(75.716.791)	(3.699.282)	169.606.159
- Rotativos	7.963.683	-	4.517.116	(6.444)	(494.808)	11.979.547
Pessoa Física	256.406.447	(17.698.464)	165.622.527	(73.875.325)	(10.112.989)	320.342.196
- Financiamentos	93.134.830	(7.793.227)	54.626.569	(19.823.147)	(414.940)	119.730.085
- Empréstimos	118.655.689	(9.905.237)	95.591.164	(56.068.592)	(6.029.025)	142.243.999
- Rotativos	44.615.928	-	15.404.794	2.016.414	(3.669.024)	58.368.112
Total	513.216.763	(42.123.202)	350.486.824	(192.822.866)	(14.923.912)	613.833.607

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	4.556.820	(101.453)	(110.121)	237.462	315.659	(625.656)	2.814.415	(1.927.163)	-	5.159.963
- Financiamentos	1.522.532	(20.144)	(12.901)	90.454	250.104	(89.461)	503.553	(683.146)	-	1.560.991
- Empréstimos	2.488.160	(65.042)	(80.686)	118.906	51.870	(536.195)	2.085.751	(1.150.619)	-	2.912.145
- Rotativos	546.128	(16.267)	(16.534)	28.102	13.685	-	225.111	(93.398)	-	686.827
Pessoa Física	8.406.156	(525.542)	(453.601)	667.325	397.722	(1.069.906)	3.737.994	(2.563.241)	-	8.596.907
- Financiamentos	937.824	(113.600)	(42.639)	289.773	50.226	(415.422)	388.709	(403.174)	-	691.697
- Empréstimos	3.369.295	(193.374)	(194.765)	177.915	241.304	(654.484)	2.126.199	(1.539.617)	-	3.332.473
- Rotativos	4.099.037	(218.568)	(216.197)	199.637	106.192	-	1.223.086	(620.450)	-	4.572.737
Total	12.962.976	(626.995)	(563.722)	904.787	713.381	(1.695.562)	6.552.409	(4.490.404)	-	13.756.870

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	1.469.716	(237.462)	(143.437)	101.453	464.742	77.264	1.692.435	(938.254)	-	2.486.457
- Financiamentos	307.316	(90.454)	(40.245)	20.144	149.822	20.059	111.823	(150.778)	-	327.687
- Empréstimos	973.523	(118.906)	(84.866)	65.042	297.079	57.205	1.472.024	(757.210)	-	1.903.891
- Rotativos	188.877	(28.102)	(18.326)	16.267	17.841	-	108.588	(30.266)	-	254.879
Pessoa Física	4.971.646	(667.325)	(688.908)	525.542	767.188	(212.575)	3.543.740	(2.054.246)	-	6.185.062
- Financiamentos	1.352.248	(289.773)	(151.910)	113.600	42.244	(433.930)	308.662	(15.799)	-	925.342
- Empréstimos	2.369.866	(177.915)	(337.058)	193.374	568.679	221.355	2.641.737	(1.775.396)	-	3.704.642
- Rotativos	1.249.532	(199.637)	(199.940)	218.568	156.265	-	593.341	(263.051)	-	1.555.078
Total	6.441.362	(904.787)	(832.345)	626.995	1.231.930	(135.311)	5.236.175	(2.992.500)	-	8.671.519

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	13.066.238	(315.659)	(464.742)	110.121	143.437	1.317.812	10.148.808	942.680	(6.250.418)	18.698.277
- Financiamentos	3.304.316	(250.104)	(149.822)	12.901	40.245	(517.968)	247.238	266.920	(608.365)	2.345.361
- Empréstimos	9.280.084	(51.870)	(297.079)	80.686	84.866	1.835.780	9.610.383	178.207	(5.335.003)	15.386.054
- Rotativos	481.838	(13.685)	(17.841)	16.534	18.326	-	291.187	497.553	(307.050)	966.862
Pessoa Física	13.711.766	(397.722)	(767.188)	453.601	688.908	3.083.696	8.161.475	6.107.289	(12.503.756)	18.538.069
- Financiamentos	1.015.270	(50.226)	(42.244)	42.639	151.910	297.034	374.456	115.514	(781.172)	1.123.181
- Empréstimos	8.891.678	(241.304)	(568.679)	194.765	337.058	2.786.662	6.020.157	1.804.284	(8.094.131)	11.130.490
- Rotativos	3.804.818	(106.192)	(156.265)	216.197	199.940	-	1.766.862	4.187.491	(3.628.453)	6.284.398
Total	26.778.004	(713.381)	(1.231.930)	563.722	832.345	4.401.508	18.310.283	7.049.969	(18.754.174)	37.236.346

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Remensuração	Originados	Constituição/ Reversão	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Pessoa Jurídica	19.092.774	769.420	14.655.658	(1.922.737)	(6.250.418)	26.344.697
- Financiamentos	5.134.164	(587.370)	862.614	(567.004)	(608.365)	4.234.039
- Empréstimos	12.741.767	1.356.790	13.168.158	(1.729.622)	(5.335.003)	20.202.090
- Rotativos	1.216.843	-	624.886	373.889	(307.050)	1.908.568
Pessoa Física	27.089.568	1.801.215	15.443.209	1.489.802	(12.503.756)	33.320.038
- Financiamentos	3.305.342	(552.318)	1.071.827	(303.459)	(781.172)	2.740.220
- Empréstimos	14.630.839	2.353.533	10.788.093	(1.510.729)	(8.094.131)	18.167.605
- Rotativos	9.153.387	-	3.583.289	3.303.990	(3.628.453)	12.412.213
Total	46.182.342	2.570.635	30.098.867	(432.935)	(18.754.174)	59.664.735

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	4.657.940	(157.782)	(54.858)	192.483	124.467	(1.142.215)	2.738.532	(1.801.747)	-	4.556.820
- Financiamentos	1.434.546	(21.869)	(5.663)	90.143	16.105	(133.108)	615.002	(472.624)	-	1.522.532
- Empréstimos	2.748.583	(103.659)	(39.773)	88.400	87.702	(1.009.107)	1.952.341	(1.236.327)	-	2.488.160
- Rotativos	474.811	(32.254)	(9.422)	13.940	20.660	-	171.189	(92.796)	-	546.128
Pessoa Física	6.263.052	(337.964)	(229.070)	1.413.258	531.607	(338.961)	4.231.021	(3.126.787)	-	8.406.156
- Financiamentos	763.932	(82.314)	(14.406)	585.259	37.863	(252.016)	625.515	(726.009)	-	937.824
- Empréstimos	2.077.714	(80.969)	(79.133)	646.839	274.566	(86.945)	2.546.460	(1.929.237)	-	3.369.295
- Rotativos	3.421.406	(174.681)	(135.531)	181.160	219.178	-	1.059.046	(471.541)	-	4.099.037
Total	10.920.992	(495.746)	(283.928)	1.605.741	656.074	(1.481.176)	6.969.553	(4.928.534)	-	12.962.976

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	1.545.667	(192.483)	(97.676)	157.782	299.254	(132.762)	864.510	(974.576)	-	1.469.716
- Financiamentos	499.494	(90.143)	(40.825)	21.869	11.304	(118.985)	111.867	(87.265)	-	307.316
- Empréstimos	937.652	(88.400)	(46.682)	103.659	262.790	(13.777)	672.728	(854.447)	-	973.523
- Rotativos	108.521	(13.940)	(10.169)	32.254	25.160	-	79.915	(32.864)	-	188.877
Pessoa Física	6.794.923	(1.413.258)	(698.784)	337.964	606.956	(1.945.420)	2.594.789	(1.305.524)	-	4.971.646
- Financiamentos	3.104.787	(585.259)	(374.649)	82.314	118.412	(1.505.518)	455.748	56.413	-	1.352.248
- Empréstimos	2.939.423	(646.839)	(213.992)	80.969	307.151	(439.902)	1.703.515	(1.360.459)	-	2.369.866
- Rotativos	750.713	(181.160)	(110.143)	174.681	181.393	-	435.526	(1.478)	-	1.249.532
Total	8.340.590	(1.605.741)	(796.460)	495.746	906.210	(2.078.182)	3.459.299	(2.280.100)	-	6.441.362

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	14.316.381	(124.467)	(299.254)	54.858	97.676	787.993	4.968.963	(1.924.989)	(4.810.923)	13.066.238
- Financiamentos	4.055.197	(16.105)	(11.304)	5.663	40.825	296.523	500.950	(950.600)	(616.833)	3.304.316
- Empréstimos	9.768.315	(87.702)	(262.790)	39.773	46.682	491.470	4.340.731	(1.357.113)	(3.699.282)	9.280.084
- Rotativos	492.869	(20.660)	(25.160)	9.422	10.169	-	127.282	382.724	(494.808)	481.838
Pessoa Física	12.179.688	(531.607)	(606.956)	229.070	698.784	2.051.282	6.487.763	3.316.731	(10.112.989)	13.711.766
- Financiamentos	625.961	(37.863)	(118.412)	14.406	374.649	542.473	212.563	(183.567)	(414.940)	1.015.270
- Empréstimos	7.643.173	(274.566)	(307.151)	79.133	213.992	1.508.809	5.493.605	563.708	(6.029.025)	8.891.678
- Rotativos	3.910.554	(219.178)	(181.393)	135.531	110.143	-	781.595	2.936.590	(3.669.024)	3.804.818
Total	26.496.069	(656.074)	(906.210)	283.928	796.460	2.839.275	11.456.726	1.391.742	(14.923.912)	26.778.004

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Perda esperada em 31 de dezembro de 2020	Remensuração	Originados	Constituição/ Reversão	(Write off)	Perda esperada em 31 de dezembro de 2021
Pessoa Jurídica	20.519.988	(486.984)	8.572.005	(4.701.312)	(4.810.923)	19.092.774
- Financiamentos	5.989.237	44.430	1.227.819	(1.510.489)	(616.833)	5.134.164
- Empréstimos	13.454.550	(531.414)	6.965.800	(3.447.887)	(3.699.282)	12.741.767
- Rotativos	1.076.201	-	378.386	257.064	(494.808)	1.216.843
Pessoa Física	25.237.663	(233.099)	13.313.573	(1.115.580)	(10.112.989)	27.089.568
- Financiamentos	4.494.680	(1.215.061)	1.293.826	(853.163)	(414.940)	3.305.342
- Empréstimos	12.660.310	981.962	9.743.580	(2.725.988)	(6.029.025)	14.630.839
- Rotativos	8.082.673	-	2.276.167	2.463.571	(3.669.024)	9.153.387
Total	45.757.651	(720.083)	21.885.578	(5.816.892)	(14.923.912)	46.182.342

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(1.467.377)
Simulação 2	-	100%	-	(2.880.075)
Simulação 3	-	-	100%	1.686.432

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Constituição	32.236.567	15.348.603	24.631.238
Recuperações	(5.870.896)	(5.990.369)	(5.919.397)
Despesa de PDD líquida de recuperações	26.365.671	9.358.234	18.711.841

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	28.619.018	29.757.140
Renegociação	33.667.170	28.506.866
Recebimento/Outros (1)	(21.836.142)	(24.768.774)
Baixas	(6.096.557)	(4.876.214)
Saldo final	34.353.489	28.619.018
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(13.876.069)	(10.983.519)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	20.477.420	17.635.499
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	40,4%	38,4%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	5,2%	4,7%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	5,6%	5,0%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Bens não de uso próprio		
Imóveis	878.814	904.591
Veículos e afins	327.808	289.197
Máquinas e equipamentos	1.108	1.238
Outros	29.201	1.246
Total	1.236.931	1.196.272

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro 2022							Acumulado em 31 de dezembro de 2022		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado de participação em coligadas e joint ventures	Receitas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	110.666	3.942.918	2.532.418	3.540.598	2.382.666	500	524.945	2.500
Tecnologia Bancária S.A. (2)	24,55%	24,55%	234.418	792.287	2.126.537	882.585	1.080.496	14.928	2.905.617	70.567
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	40,00%	40,00%	427.295	3.090.774	1.454.859	3.450.969	278.095	11.090	2.556.993	27.725
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	21,02%	21,02%	23.613	380.640	1.103.210	433.538	677.412	(17.697)	233.953	(78.456)
Outras (3)			6.720.922					708.065		
Total dos investimentos em coligadas			7.516.914					716.886		
Elo Participações S.A. (4)	50,01%	50,01%	1.453.599	1.030.474	2.235.890	461.727	164.576	639.040	(64.130)	3.266.364
Total dos investimentos em joint ventures			1.453.599					639.040		
Total geral em 31 de dezembro de 2022			8.970.513					1.355.926		

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das Demonstrações Financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, R\$ 204.103 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente a Empresa Cielo S.A.; e

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Organização recebeu R\$ 471.392 mil de dividendos deste investimento.

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2021							Acumulado em 31 de dezembro de 2021		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado de participação em coligadas e joint ventures	Receitas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	110.564	3.191.545	1.155.424	2.429.956	1.917.013	8.728	536.972	45.270
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,55%	219.491	914.853	1.977.956	866.662	1.132.175	53.446	3.131.402	178.605
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	313.658	2.504.889	1.621.205	3.029.473	311.473	(633)	1.374.391	(1.582)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	21,02%	21,02%	23.653	93.479	1.079.405	161.048	942.313	(15.254)	168.977	(73.876)
Outras (2) (3)			5.469.054					(50.301)		
Total dos investimentos em coligadas			6.136.420					(4.014)		
Elo Participações S.A. (4)	50,01%	50,01%	1.421.146	734.729	2.729.981	313.385	211.267	425.518	15.264	854.205
Total dos investimentos em joint ventures			1.421.146					425.518		
Total geral em 31 de dezembro de 2021			7.557.566					421.504		

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das Demonstrações Financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Organização recebeu R\$ 117.803 mil de dividendos e juros sobre capital próprio da empresa Cielo S.A.; e

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Organização recebeu R\$ 592.492 mil de dividendos deste investimento.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	7.557.566	7.386.840
Entradas	348.801	290.211
Baixas/alienações	(218.797)	(177.602)
Resultado de participações em coligadas	1.355.926	421.504
Dividendos/JCP	(749.109)	(588.156)
Outras	676.126	224.769
Saldo em 31 de dezembro	8.970.513	7.557.566

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	4%	8.091.082	(3.971.609)	4.119.473
Terrenos	-	929.066	-	929.066
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	6.278.097	(3.049.442)	3.228.655
Sistemas de segurança e comunicações	10%	371.569	(296.778)	74.791
Sistemas de processamento de dados	20%	12.268.559	(8.744.776)	3.523.783
Sistemas de transportes	20%	229.717	(134.363)	95.354
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)		28.168.090	(16.196.968)	11.971.122
Edificações	4%	9.341.822	(3.406.337)	5.935.485
Terrenos	-	973.725	-	973.725
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	6.259.877	(3.096.944)	3.162.933
Sistemas de segurança e comunicações	10%	375.116	(273.022)	102.094
Sistemas de processamento de dados	20%	10.562.634	(7.331.101)	3.231.533
Sistemas de transportes	20%	221.162	(113.827)	107.335
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (1)		27.734.336	(14.221.231)	13.513.105

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2020	6.169.614	1.021.594	3.247.027	152.264	3.357.720	122.910	14.071.129
Adições	702.066	-	887.552	23.154	1.345.082	9.559	2.967.413
Baixas	(65.816)	(47.869)	(194.433)	(30.094)	(453.075)	(1.397)	(792.684)
Redução ao valor recuperável	-	-	(132)	(4.488)	(15.413)	-	(20.033)
Depreciação	(870.379)	-	(777.081)	(38.742)	(1.002.781)	(23.737)	(2.712.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.935.485	973.725	3.162.933	102.094	3.231.533	107.335	13.513.105
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.935.485	973.725	3.162.933	102.094	3.231.533	107.335	13.513.105
Adições	875.455	-	774.483	18.648	2.031.532	28.235	3.728.353
Baixas	(627.251)	(44.659)	(133.196)	(8.867)	(553.933)	(15.470)	(1.383.376)
Redução ao valor recuperável	-	-	(44)	(175)	(3.476)	-	(3.695)
Depreciação	(711.861)	-	(575.521)	(36.909)	(1.181.873)	(24.746)	(2.530.910)
Transferências	(1.352.355)	-	-	-	-	-	(1.352.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)	4.119.473	929.066	3.228.655	74.791	3.523.783	95.354	11.971.122

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.093.544	3.631.848	3.520.872	367.890	55.310	14.669.464
Adições/baixas	(1.035.448)	1.451.657	2.150.051	1.255.543	320.426	4.142.229
Redução ao valor recuperável	(9.362)	(713.113)	(115.885)	(2.146)	-	(840.506)
Amortização	-	(1.320.446)	(827.236)	(572.646)	(339.852)	(3.060.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.048.734	3.049.946	4.727.802	1.048.641	35.884	14.911.007
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.048.734	3.049.946	4.727.802	1.048.641	35.884	14.911.007
Adições/baixas (2)	493.357	1.895.195	4.277.979	455.548	916.296	8.038.375
Redução ao valor recuperável	-	(175.259)	(842.000)	-	-	(1.017.259)
Amortização	-	(1.215.247)	(1.214.388)	(251.704)	(450.971)	(3.132.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.542.091	3.554.635	6.949.393	1.252.485	501.209	18.799.813

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; software – 20%; carteira de clientes – até 20%; e outros – 20%; e

(2) Inclui basicamente ágio relacionado a aquisição do Digo.

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Bancário	6.075.648	5.583.201
Seguros	466.443	465.533
Total	6.542.091	6.048.734

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2022 e 2021.

16) OUTROS ATIVOS

a) Outros ativos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Operações de câmbio (1)	36.970.153	37.099.430
Devedores por depósitos em garantia (2)	20.462.101	19.819.051
Negociação e intermediação de valores	4.291.006	4.795.860
Títulos e créditos a receber	2.039.371	1.403.653
Rendas a receber	1.942.928	1.293.457
Ativos financeiros (4) (5)	65.705.559	64.411.451
Custos de aquisição diferidos (seguros) – Nota 21e	1.285.383	1.115.127
Devedores diversos	3.723.722	3.104.184
Despesas antecipadas	1.450.271	1.045.313
Relações interfinanceiras e interdependências	238.649	348.092
Outros (3)	4.211.732	2.381.939
Outros ativos	10.909.757	7.994.655
Total	76.615.316	72.406.106

(1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;

(3) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento;

(4) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado; e

(5) Em 2022 e 2021, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos à vista	1.187.198	1.508.083
Depósitos interfinanceiros	1.553.496	4.655.644
Captações no mercado aberto	222.694.031	222.574.700
Obrigações por empréstimos	32.625.290	26.546.104
Obrigações por repasses	23.888.023	23.724.749
Total	281.948.038	279.009.280

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos à vista	56.882.411	56.613.691
Depósitos de poupança	134.624.479	139.341.042
Depósitos a prazo	399.175.316	373.771.517
Total	590.682.206	569.726.250

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	51.258.545	41.461.933
Letras de agronegócio	31.176.213	17.300.060
Letras financeiras	93.772.038	79.752.267
Letras imobiliárias garantidas	30.290.640	13.936.949
Subtotal	206.497.436	152.451.209
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
<i>Euronotes</i>	3.934.384	1.849.851
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	8.456.444	9.135.795
Subtotal	12.390.828	10.985.646
Certificados de operações estruturadas	3.369.064	2.791.687
Total geral	222.257.328	166.228.542

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

c) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial no exercício	166.228.542	144.903.825
Emissões	101.692.599	105.221.591
Juros	21.101.371	7.543.275
Liquidação e pagamentos de juros	(64.795.895)	(92.274.643)
Variação cambial e outros	(1.969.289)	834.494
Saldo final em 31 de dezembro	222.257.328	166.228.542

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	R\$ mil	
			Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
No País:				
Letras Financeiras:				
2022		-	-	5.413.488
2023	7	1.347.452	2.430.244	2.125.935
2024	7	67.450	118.737	105.003
2025	7	3.871.906	5.211.294	6.427.648
2027	7	401.060	492.360	430.028
2023	8	1.523.546	3.083.598	2.685.658
2024	8	136.695	243.608	214.204
2025	8	3.328.102	3.642.764	6.477.614
2026	8	694.800	932.713	821.253
2028	8	55.437	67.985	59.315
2024	9	4.924	12.354	10.653
2025	9	370.344	616.544	546.022
2027	9	89.700	129.175	113.969
2022		-	-	147.062
2023	10	688.064	1.643.525	1.504.108
2025	10	284.137	827.974	709.953
2026	10	196.196	438.172	380.719
2027	10	256.243	423.111	377.838
2028	10	248.300	402.261	355.845
2030	10	134.500	171.951	155.130
2030	8	2.368.200	2.581.541	-
2031	10	7.270.000	8.618.267	7.491.477
2032	10	5.378.500	5.813.434	-
2026	11	3.400	6.907	6.226
2027	11	47.046	80.272	70.532
2028	11	74.764	129.311	115.528
Perpétua		13.199.755	14.123.230	11.458.580
Subtotal no País (1)			52.241.332	48.203.788
No Exterior:				
2022	-	-	-	6.247.289
Subtotal no Exterior			-	6.247.289
Total geral (2)			52.241.332	54.451.077

(1) Inclui o montante de R\$ 37.781.759 mil (Em Dezembro de 2021 – R\$ 31.129.540 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e

(2) Em fevereiro de 2022 ocorreu o vencimento da dívida subordinada emitida no Exterior - Bradesco Grand Cayman - valor da operação de R\$ 6.138.550 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 8.314.720 mil).

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial no exercício	54.451.077	53.246.232
Emissões	9.796.000	9.130.200
Juros	7.262.125	3.154.164
Liquidação e pagamentos de juros	(18.768.306)	(11.165.628)
Variação cambial	(499.564)	86.109
Saldo final em 31 de dezembro	52.241.332	54.451.077

21) PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

a) Provisões técnicas por conta

	R\$ mil					
	Não Vida e Saúde (1)		Vida e Previdência (2)(3)		Total	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo circulante e exigível a longo prazo						
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.090.358	1.179.406	268.511.627	241.065.876	269.601.985	242.245.282
Provisão matemática de benefícios concedidos	682.205	695.210	12.526.030	11.884.439	13.208.235	12.579.649
Provisão de IBNR	5.629.329	4.961.729	1.036.825	1.014.034	6.666.154	5.975.763
Provisão de prêmios não ganhos	6.562.244	4.922.394	3.440.577	2.483.216	10.002.821	7.405.610
Provisão de sinistros a liquidar	5.153.595	4.997.427	2.008.302	1.991.574	7.161.897	6.989.001
Provisão de excedente financeiro	-	-	870.021	861.170	870.021	861.170
Outras provisões técnicas	2.817.145	3.378.434	5.826.859	6.951.725	8.644.004	10.330.159
Total das provisões	21.934.876	20.134.600	294.220.241	266.252.034	316.155.117	286.386.634

(1) A linha de "Outras provisões" de Seguros inclui substancialmente a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 2.718.990 mil (R\$ 3.280.927 mil em 31 de dezembro de 2021) e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$ 83.721 mil (R\$ 84.224 mil em 31 de dezembro de 2021);

(2) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" no montante de R\$ 2.820.984 mil (R\$ 3.047.124 mil em 31 de dezembro de 2021) "Provisão de Despesas Relacionadas" de R\$ 394.907 mil (R\$ 653.541 mil em 31 de dezembro de 2021), a "Provisão Complementar de Cobertura (PCC)" no montante de R\$ 1.265.146 mil (R\$ 1.926.919 mil em 31 de dezembro de 2021) e "Outras provisões técnicas" de R\$ 1.305.127 mil (R\$ 1.305.127 mil em 31 de dezembro de 2021); e

(3) Inclui a Provisão de Prêmios não ganhos de riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) no montante de R\$ 210.954 mil, sendo R\$ 186.036 mil - Seguros e R\$ 24.918 mil - Vida e Previdência.

b) Provisões técnicas por produto

	R\$ mil					
	Não Vida e Saúde		Vida e Previdência (1)		Total	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Saúde	15.599.322	15.039.385	-	-	15.599.322	15.039.385
Não Vida	6.335.554	5.095.215	-	-	6.335.554	5.095.215
Vida	-	-	24.609.100	20.899.215	24.609.100	20.899.215
Planos de previdência	-	-	269.611.141	245.352.819	269.611.141	245.352.819
Total das provisões técnicas	21.934.876	20.134.600	294.220.241	266.252.034	316.155.117	286.386.634

(1) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência.

c) Movimentação das provisões técnicas de Seguros e Previdência

(i) Seguros – Seguros Não Vida, Vida e Saúde

	R\$ mil	
	2022	2021
No início do exercício	41.033.815	34.744.396
Retrocessão	(2.334)	(2.423)
Subtotal - no início do exercício	41.031.481	34.741.973
Constituição de provisões, líquida das reversões	46.725.651	40.444.470
Pagamento de sinistros, benefícios e resgates	(42.607.944)	(36.227.017)
Atualização monetária e juros de sinistros	1.392.776	2.072.055
Subtotal em 31 de dezembro	46.541.964	41.031.481
Retrocessão	2.013	2.334
Saldo final em 31 de dezembro	46.543.977	41.033.815

(ii) Seguros – Previdência

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	245.352.819	244.720.988
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	34.095.654	29.021.129
Pagamento de benefícios	(1.534.454)	(1.331.764)
Pagamento de resgates	(29.728.682)	(29.903.661)
Atualização monetária e juros	27.085.942	10.499.820
Outras movimentações	(5.660.139)	(7.653.693)
Saldo final em 31 de dezembro	269.611.140	245.352.819

d) **Garantias das provisões técnicas**

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Total das Provisões Técnicas	21.934.876	20.134.600	294.220.241	266.252.034	316.155.117	286.386.634
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(4.924)	(10.186)	(21.655)	(16.037)	(26.579)	(26.223)
(-) Direitos Creditórios	(2.497.694)	(1.774.506)	-	-	(2.497.694)	(1.774.506)
(-) Provisão de Prêmio não Ganho – Seguro Saúde e Odontológico (1)	(2.308.455)	(1.849.070)	-	-	(2.308.455)	(1.849.070)
Total a ser coberto	17.123.803	16.500.838	294.198.586	266.235.997	311.322.389	282.736.835
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) (2)	-	-	233.561.256	209.419.706	233.561.256	209.419.706
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.159.848	4.354.207	24.250.045	25.661.527	28.409.893	30.015.734
Títulos públicos	14.232.086	14.003.541	35.625.853	34.567.252	49.857.939	48.570.793
Ações	-	-	1.202.571	-	1.202.571	-
Títulos privados	205.881	-	793.191	270.249	999.072	270.249
Total das garantias das provisões técnicas (3)	18.597.815	18.357.748	295.432.916	269.918.734	314.030.731	288.276.482

(1) Dedução prevista no artigo 4º da Resolução Normativa ANS nº 392/15;

(2) Os fundos de investimentos “VGBL” e “PGBL” foram consolidados nas Demonstrações Financeiras; e

(3) Estes ativos garantidores podem ser liquidados somente para cobrir os passivos a que estão relacionados.

e) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.115.127	1.020.567
Constituições	2.017.556	1.776.681
Amortizações	(1.847.300)	(1.682.121)
Saldo final em 31 de dezembro	1.285.383	1.115.127

f) Movimentação dos ativos de resseguro

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	75.996	87.036
Constituição de provisões	32.862	23.645
Amortização e reversão de provisões	-	-
Sinistros recuperados	(24.324)	(39.739)
Reversão/Atualização monetária	10	(511)
Outros	2.160	5.565
Saldo final em 31 de dezembro	86.704	75.996

g) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Não Vida - Sinistros brutos ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro de 2022	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro:												
· No ano do aviso	3.348.274	3.224.788	3.914.716	4.398.468	4.069.482	3.715.094	3.431.272	3.290.692	3.077.087	3.945.867	4.852.854	
· Um ano após o aviso	3.240.688	3.041.662	3.652.423	4.252.020	3.905.260	3.736.592	3.420.273	3.340.419	3.153.736	3.990.932	-	
· Dois anos após o aviso	3.233.150	3.009.371	3.666.041	4.230.440	3.921.622	3.753.426	3.418.154	3.371.489	3.167.907	-	-	
· Três anos após o aviso	3.256.062	3.044.232	3.654.223	4.259.240	3.931.921	3.733.360	3.445.962	3.378.732	-	-	-	
· Quatro anos após o aviso	3.292.376	3.034.096	3.669.148	4.275.645	3.923.378	3.740.808	3.451.255	-	-	-	-	
· Cinco anos após o aviso	3.113.580	3.049.171	3.679.488	4.275.871	3.939.097	3.749.497	-	-	-	-	-	
· Seis anos após o aviso	3.128.386	3.058.018	3.690.793	4.284.387	3.942.074	-	-	-	-	-	-	
· Sete anos após o aviso	3.133.871	3.064.089	3.701.722	4.294.741	-	-	-	-	-	-	-	
· Oito anos após o aviso	3.137.466	3.067.073	3.702.156	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Nove anos após o aviso	3.145.858	3.070.539	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Dez anos após o aviso	3.170.911	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (2022)	3.170.911	3.070.539	3.702.156	4.294.741	3.942.074	3.749.497	3.451.255	3.378.732	3.167.907	3.990.932	4.852.854	40.771.598
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.137.888)	(3.059.687)	(3.686.452)	(4.263.589)	(3.918.665)	(3.723.925)	(3.413.826)	(3.316.101)	(3.103.270)	(3.863.256)	(3.830.405)	(39.317.064)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	33.023	10.852	15.704	31.152	23.409	25.572	37.429	62.631	64.637	127.676	1.022.449	1.454.534

Não Vida - Sinistros Líquidos de resseguro e pagamento ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											Total
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro de 2022	
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro:												
· No ano do aviso	3.022.457	3.021.084	3.738.619	4.044.061	3.920.176	3.676.482	3.393.439	3.272.217	2.340.749	3.936.449	4.851.659	
· Um ano após o aviso	2.908.173	2.849.909	3.516.057	3.929.714	3.789.359	3.698.248	3.384.216	2.830.565	2.416.594	3.982.417	-	
· Dois anos após o aviso	2.915.173	2.832.016	3.534.208	3.898.947	3.802.213	3.714.749	3.388.620	2.861.335	2.430.654	-	-	
· Três anos após o aviso	2.927.529	2.874.862	3.525.610	3.920.278	3.813.476	3.694.864	3.415.914	2.868.501	-	-	-	
· Quatro anos após o aviso	2.957.403	2.868.888	3.539.001	3.932.723	3.808.035	3.702.483	3.420.803	-	-	-	-	
· Cinco anos após o aviso	2.963.901	2.884.539	3.550.642	3.925.687	3.822.974	3.711.210	-	-	-	-	-	
· Seis anos após o aviso	2.978.029	2.893.423	3.554.010	3.934.139	3.826.689	-	-	-	-	-	-	
· Sete anos após o aviso	2.983.500	2.894.891	3.564.844	3.943.770	-	-	-	-	-	-	-	
· Oito anos após o aviso	2.981.996	2.897.755	3.565.210	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Nove anos após o aviso	2.990.314	2.901.163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Dez anos após o aviso	3.015.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (2022)	3.015.060	2.901.163	3.565.210	3.943.770	3.826.689	3.711.210	3.420.803	2.868.501	2.430.654	3.982.417	4.851.659	38.517.136
Pagamentos de sinistros efetuados	(2.982.604)	(2.890.367)	(3.549.620)	(3.913.293)	(3.803.326)	(3.685.672)	(3.384.305)	(2.806.105)	(2.366.464)	(3.855.000)	(3.830.085)	(37.066.841)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	32.456	10.796	15.590	30.477	23.363	25.538	36.498	62.396	64.190	127.417	1.021.574	1.450.295

Não Vida, Vida e Previdência – Sinistros líquidos de resseguro e pagamento ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											Total
	Até 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro de 2022	
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro:												
· No ano do aviso	4.257.561	4.326.906	5.069.079	5.459.585	5.413.512	5.213.956	4.831.466	4.758.715	4.131.215	6.573.667	7.110.093	
· Um ano após o aviso	4.134.444	4.148.519	4.889.217	5.355.503	5.280.798	5.186.209	4.800.313	4.316.075	4.190.411	6.567.773	-	
· Dois anos após o aviso	4.151.462	4.158.528	4.902.783	5.302.462	5.270.944	5.218.280	4.844.555	4.381.409	4.178.459	-	-	
· Três anos após o aviso	4.163.604	4.184.738	4.802.886	5.243.714	5.262.666	5.213.961	4.867.548	4.332.294	-	-	-	
· Quatro anos após o aviso	4.191.766	4.165.035	4.781.938	5.242.728	5.270.203	5.238.877	4.847.189	-	-	-	-	
· Cinco anos após o aviso	4.197.799	4.189.183	4.775.574	5.226.434	5.300.596	5.223.060	-	-	-	-	-	
· Seis anos após o aviso	4.218.005	4.193.407	4.774.017	5.242.573	5.277.159	-	-	-	-	-	-	
· Sete anos após o aviso	4.224.281	4.210.256	4.796.556	5.239.891	-	-	-	-	-	-	-	
· Oito anos após o aviso	4.230.263	4.222.636	4.775.261	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Nove anos após o aviso	4.253.396	4.221.171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Dez anos após o aviso	4.454.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base (2022)	4.454.052	4.221.171	4.775.261	5.239.891	5.277.159	5.223.060	4.847.189	4.332.294	4.178.459	6.567.773	7.110.093	56.226.402
Pagamentos de sinistros efetuados	(4.229.684)	(4.160.509)	(4.719.331)	(5.141.266)	(5.183.175)	(5.079.834)	(4.688.115)	(4.134.142)	(3.912.842)	(6.104.508)	(5.416.936)	(52.770.342)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	224.368	60.662	55.930	98.625	93.984	143.226	159.074	198.152	265.617	463.265	1.693.157	3.456.060

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros "Retrocessão" R\$ 13.832 mil, "Resseguro" R\$ 4.239 mil, "Saúde" R\$ 3.719.160 mil, estimativa de salvados e ressarcidos no montante de R\$ 207.747 mil e sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ (176.353) mil.

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas

de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins – R\$ 2.906.220 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 2.734.993 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.824.202 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 1.781.022 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- IRPJ/CSLL sobre MTM – R\$ 684.624 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 647.878 mil): autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação de Títulos e Valores Mobiliários a valor de mercado;
- PIS e Cofins – R\$ 657.370 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 527.970 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 480.085 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 450.289 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07; e

- INSS de Autônomos – R\$ 256.490 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 343.896 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20,0% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das outras provisões

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.890.498	9.092.421	8.271.112
Atualização monetária	799.803	484.516	176.903
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.044.511	1.734.207	(351.476)
Pagamentos	(2.005.705)	(2.132.673)	(24.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.729.107	9.178.471	8.072.037
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.729.107	9.178.471	8.072.037
Atualização monetária	762.281	409.432	511.159
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	906.488	1.214.974	(929.438)
Pagamentos	(2.387.910)	(2.813.670)	(176.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.009.966	7.989.207	7.477.364

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 9.211.004 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 7.979.276 mil) para os processos cíveis e R\$ 39.703.592 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 37.556.235 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2013 a 2015 – R\$ 10.548.883 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 9.708.225 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2021 – R\$ 8.054.885 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 7.455.648 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- COFINS – Anos bases de 2001 a 2005 – R\$ 5.757.539 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 5.450.794 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2017 – R\$ 2.976.879 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 875.658 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- ISSQN – Empresas de Arrendamento Mercantil – R\$ 1.725.257 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 1.466.305 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.563.374 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 1.501.667 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.250.549 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 1.168.741 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2013 – R\$ 728.777 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 686.308 mil): sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior; e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 173.351 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 507.915 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

d) Outros assuntos

Atualmente há um processo criminal contra dois ex-membros da diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Há sentença absolutória dos dois ex-membros da diretoria do Bradesco, pendente de trânsito em julgado.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivos financeiros	92.556.433	86.407.304
Operações de cartões de crédito (1)	33.097.889	27.368.218
Operações de câmbio (2)	37.404.746	36.784.241
Obrigações com cessões de crédito	4.484.288	5.199.819
Planos de capitalização	9.134.099	8.400.640
Negociação e intermediação de valores	3.838.999	3.992.900
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	4.596.412	4.661.486
		-
Outros passivos	41.052.291	35.683.882
Recursos em trânsito de terceiros (3)	7.750.360	7.831.919
Provisão para pagamentos a efetuar	11.527.472	9.065.571
Credores diversos	4.780.536	4.389.071
Sociais e estatutárias	5.570.334	504.418
Outros impostos a pagar	2.309.741	2.535.903
Obrigações por aquisição de bens e direitos	822.479	1.375.489
Outros	8.291.369	9.981.511
Total	133.608.724	122.091.186

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

b) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	5.093.143
Remensuração e novos contratos	776.400
Pagamentos	(1.685.513)
Apropriação de encargos financeiros	462.399
Variação cambial	15.057
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.661.486

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.661.486
Remensuração e novos contratos	1.064.802
Pagamentos	(1.916.000)
Apropriação de encargos financeiros	804.378
Variação cambial	(18.254)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.596.412

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 dezembro de 2022 está dividido da seguinte forma: R\$ 1.003.263 mil até 1 ano (R\$ 977.027 mil até 1 ano em dezembro de 2021), R\$ 3.471.865 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 3.329.764 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2021) e R\$ 625.974 mil com mais de 5 anos (R\$ 828.633 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2021).

Impactos no resultado

O impacto no resultado no exercício de 2022 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 745.280 mil (R\$ 725.690 mil em 2021), Despesas financeiras – R\$ 804.378 mil (R\$ 462.399 mil em 2021) e Despesas de variação cambial – R\$ 18.254 mil (R\$ 15.057 mil em 2021).

As despesas de 2022 com contratos de curto prazo foram de R\$ 386 mil (R\$ 1.440 em 2021).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	318.281.881	309.104.025
Beneficiários e garantias prestadas (2)	97.960.932	83.467.093
Créditos abertos para importação	793.921	1.233.034
Total	417.036.734	393.804.152

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital e direitos dos acionistas

i. Composição do Capital Social em quantidade de ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ordinárias	5.338.393.881	4.870.579.247
Preferenciais	5.320.094.147	4.848.500.325
Subtotal	10.658.488.028	9.719.079.572
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(8.089.200)	(17.493.900)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(8.228.600)	(12.051.100)
Total em circulação	10.642.170.228	9.689.534.572

(1) Em dezembro de 2022, houve a recompra de ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia (item d).

ii. Movimentação do Capital Social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2020	4.427.799.316	4.407.727.569	8.835.526.885
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 10% (1)	442.779.931	440.772.756	883.552.687
Aquisição de ações em tesouraria (2)	(17.493.900)	(12.051.100)	(29.545.000)
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2021	4.853.085.347	4.836.449.225	9.689.534.572
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 10% (1)	485.308.534	483.644.922	968.953.456
Aquisição de ações em tesouraria (2)	(8.089.200)	(8.228.600)	(16.317.800)
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2022	5.330.304.681	5.311.865.547	10.642.170.228

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 18 de abril de 2022 (16 de abril em 2021); e

(2) Em 10 de março de 2022, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia, sem redução no capital social, homologada pelo Bacen em 31 de março de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2022, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 4.000.000 mil, elevando-o de R\$ 83.100.000 mil para R\$ 87.100.000 mil, com bonificação de 10% (dez por cento) em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reserva Estatutária”, em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 968.953.456 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 485.308.534 ordinárias e 483.644.922 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, homologado pelo Bacen em 31 de março de 2022.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração de 09 de junho de 2022, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 0,178723065 por ação ordinária e R\$ 0,196595372 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 30 de junho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração de 26 de dezembro de 2022, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2022, no valor de R\$ 5.926.000 mil, sendo R\$ 0,530368815 por ação ordinária e R\$ 0,583405697 por ação preferencial, cujo pagamento será efetuado em 08 de março de 2023.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.040.089	306.013	1.734.076
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,490007	0,539008	5.000.000	750.000	4.250.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,019660	0,021625	200.000	30.000	170.000
Dividendos complementares pagos	0,196595	0,216255	2.000.000	-	2.000.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2021	0,913260	1,004586	9.240.089	1.086.013	8.154.076
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.246.162	336.924	1.909.238
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,178723	0,196595	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (2)	0,530369	0,583406	5.926.000	888.900	5.037.100
Total acumulado em 31 de dezembro de 2022	0,916090	1,007699	10.172.162	1.525.824	8.646.338

(1) Pago em 30 de junho de 2022; e

(2) A serem pagos em 08 de março de 2023.

d) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2022, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 29.545.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 17.493.900 ordinárias e 12.051.100 preferenciais, sem redução no capital social, homologada pelo Bacen em 31 de março de 2022.

Em 05 de maio de 2022, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 6.5.2022 a 6.11.2023, até 106.584.880 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, permaneciam em tesouraria 8.089.200 ações ordinárias e 8.228.600 ações preferenciais, no montante de R\$ 224.377 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 12,41, R\$ 12,91 e R\$ 13,47 e por ação PN é de R\$ 13,91, R\$ 14,58 e R\$ 15,45 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 13,47 por ação ON e R\$15,15 por ação PN.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022 (1)	2021 (1)	2020 (1)
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	10.016.947	11.061.730	7.560.015
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	10.966.743	12.110.592	8.276.847
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.346.229	5.346.746	5.358.591
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.324.581	5.325.101	5.333.350
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,87	2,07	1,41
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	2,06	2,27	1,55

(1) Todas as quantidades de ações apresentadas em períodos anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2022, na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas.

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	17.154.023	9.043.136	6.802.466
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	100.681.327	72.338.735	67.443.078
- Operações de arrendamento mercantil	485.298	247.502	152.978
Ativos financeiros:			
- Ao valor justo por meio do resultado	29.224.224	18.631.552	13.982.931
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.301.725	17.975.178	13.632.071
- Ao custo amortizado	15.526.536	16.873.684	15.698.407
Depósitos compulsórios no Banco Central	8.224.712	3.101.796	2.017.605
Outras receitas financeiras de juros	15.340	11.763	13.835
Total	200.613.185	138.223.346	119.743.371
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(230.452)	(100.492)	(28.232)
- Captação no mercado aberto	(26.140.363)	(12.529.476)	(8.423.041)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(5.182.646)	(3.351.886)	(5.907.385)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(9.351.219)	(4.268.873)	(3.049.149)
- A prazo	(32.706.362)	(11.175.855)	(5.634.342)
Recursos de emissão de títulos	(21.274.753)	(7.348.164)	(4.786.206)
Dívidas subordinadas	(7.262.125)	(3.154.164)	(2.403.327)
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(29.163.334)	(13.192.413)	(18.344.005)
Total	(131.311.254)	(55.121.323)	(48.575.687)
Resultado líquido de juros	69.301.931	83.102.023	71.167.684

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Resultado líquido de serviços e comissões			
Rendas de cartões	9.088.525	7.510.685	6.754.319
Contas correntes	7.704.791	7.980.149	7.927.357
Cobrança	1.851.107	1.970.919	2.150.007
Garantias prestadas	1.098.907	1.111.476	1.259.236
Administração de fundos	1.256.998	1.340.761	1.348.214
Administração de consórcios	2.250.563	2.202.959	1.921.206
Serviços de custódia e corretagem	1.320.982	1.293.899	1.200.729
Underwriting / Assessoria financeira	1.032.534	1.213.016	1.150.460
Arrecadações	440.319	440.155	462.535
Outras	1.089.481	968.988	762.391
Total	27.134.207	26.033.007	24.936.454

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Títulos de renda fixa	(1.194.944)	(9.956.696)	784.649
Instrumentos financeiros derivativos	2.190.944	762.019	(19.188.022)
Títulos de renda variável	(176.645)	(2.078.113)	(183.030)
Total	819.355	(11.272.790)	(18.586.403)

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Prêmios emitidos	85.595.892	73.123.233	65.335.387
Contribuições de previdência complementar	3.660.846	3.519.774	3.390.768
Prêmios de cosseguros cedidos	(76.150)	(50.041)	(66.647)
Prêmios restituídos	(146.107)	(311.191)	(179.660)
Prêmios de resseguros	(59.488)	(60.614)	(69.347)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	88.974.993	76.221.161	68.410.501
Variação da provisão técnica de seguros	(36.419.429)	(31.005.277)	(27.442.202)
Variação da provisão técnica de previdência	(2.312.170)	(1.595.690)	(2.540.927)
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(38.731.599)	(32.600.967)	(29.983.129)
Indenizações avisadas	(39.566.899)	(34.054.735)	(27.333.375)
Despesas com sinistros	(49.929)	(82.660)	(32.153)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	115.616	155.091	150.456
Recuperação de sinistros de resseguro	36.697	36.999	17.595
Salvados e ressarcimentos	814.519	743.126	530.509
Variações da provisão de IBNR	(651.725)	(836.766)	(979.399)
Sinistros retidos	(39.301.721)	(34.038.945)	(27.646.367)
Comissão sobre prêmios	(3.374.409)	(3.028.200)	(2.779.012)
Recuperação de comissão	4.310	7.055	5.073
Angariação	(291.964)	(303.500)	(319.105)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(138.062)	(225.921)	(133.786)
Variação das comissões diferidas	123.335	42.778	24.532
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	(3.676.790)	(3.507.788)	(3.202.298)
Resultado de seguros e previdência	7.264.883	6.073.461	7.578.707

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Proventos	(10.742.802)	(10.080.147)	(9.280.777)
Benefícios	(5.374.231)	(4.600.686)	(4.659.876)
Encargos sociais	(3.724.122)	(3.399.639)	(3.404.017)
Participação dos empregados nos lucros	(1.722.066)	(1.843.861)	(1.533.955)
Treinamentos	(120.135)	(89.359)	(86.852)
Total	(21.683.356)	(20.013.692)	(18.965.477)

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Serviços de terceiros	(5.072.470)	(4.853.582)	(4.768.664)
Comunicação	(1.101.727)	(1.253.156)	(1.333.127)
Processamento de dados	(2.160.503)	(2.248.464)	(2.150.048)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.870.379)	(1.340.104)	(1.052.083)
Manutenção e conservação de bens	(1.405.984)	(1.304.469)	(1.299.441)
Sistema financeiro	(1.561.041)	(1.142.628)	(1.119.697)
Aluguéis	(122.987)	(151.838)	(142.448)
Segurança e vigilância	(582.261)	(581.656)	(698.206)
Transporte	(780.222)	(703.416)	(651.238)
Água, energia e gás	(358.376)	(356.177)	(373.056)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(714.721)	(670.854)	(588.093)
Materiais	(113.748)	(109.666)	(139.371)
Viagens	(91.414)	(33.982)	(77.433)
Outras	(1.574.686)	(1.243.163)	(1.091.221)
Total	(17.510.519)	(15.993.155)	(15.484.126)

35) DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Despesa com amortização	(3.132.310)	(3.060.180)	(2.960.924)
Despesa com depreciação	(2.530.910)	(2.712.720)	(2.960.106)
Total	(5.663.220)	(5.772.900)	(5.921.030)

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Despesas tributárias	(7.565.683)	(6.828.457)	(6.048.902)
Despesas com provisões judiciais	(2.874.896)	(3.888.464)	(2.016.778)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido (1)	662.967	25.894	(239.606)
Despesas com comercialização de cartões	(3.478.163)	(3.078.632)	(2.858.522)
Outras	(4.247.779)	(4.834.098)	(7.658.438)
Total	(17.503.554)	(18.603.757)	(18.822.246)

(1) Contempla ganhos relacionados a desmutualização de investimento em março de 2022.

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.209.949	32.852.367	4.075.295
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(10.894.477)	(14.783.565)	(1.833.883)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	610.167	189.677	200.186
Juros sobre o capital próprio	4.577.308	3.258.040	2.496.587
Outros valores (1) (2)	2.714.249	1.864.285	11.095.776
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.992.753)	(9.471.563)	11.958.666
Alíquota efetiva	-12,4%	-28,8%	293,4%

(1) Inclui, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas; e

(2) Em 28 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.031, que alterou, a partir do exercício financeiro de 2021, o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial da parcela com cobertura de risco (hedge) do valor do investimento no exterior, registrada em conformidade com o regime de competência, que deverá ser computada na determinação do lucro real e na base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de: i) 50%, no exercício de 2021; e ii) 100%, a partir do exercício de 2022.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.535.572)	(5.945.141)	(4.632.251)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	2.206.044	(3.618.473)	5.863.870
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(44.551)	(132.605)	(63.150)
Prejuízo fiscal	(45.106)	(176.144)	(79.842)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	78.056	117.270	4.813.120
Prejuízo fiscal	348.376	283.530	6.056.919
Total dos impostos diferidos	2.542.819	(3.526.422)	16.590.917
Imposto de renda e contribuição social	(2.992.753)	(9.471.563)	11.958.666

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	44.561.831	18.348.528	(11.840.417)	51.069.942
Provisão para contingências	10.409.560	1.116.999	(2.068.224)	9.458.335
<i>Impairment</i> de títulos e investimentos	3.912.172	365.604	(1.836.528)	2.441.248
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	353.503	68.299	(341.282)	80.520
Outros	6.672.640	2.764.139	(3.162.533)	6.274.246
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	65.909.706	22.663.569	(19.248.984)	69.324.291
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.701.919	516.281	(89.657)	19.128.543
Subtotal	84.611.625	23.179.850	(19.338.641)	88.452.834
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.935.615	2.733.896	(902.459)	3.767.052
Total dos créditos tributários (1)	86.547.240	25.913.746	(20.241.100)	92.219.886
Obrigações fiscais diferidas (1)	8.011.814	2.308.344	(1.535.023)	8.785.135
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	78.535.426	23.605.402	(18.706.077)	83.434.751

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	45.750.275	7.947.879	(9.136.323)	44.561.831
Provisão para contingências	10.423.896	1.246.310	(1.260.646)	10.409.560
Impairment de títulos e investimentos	3.750.503	559.875	(398.206)	3.912.172
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	991.069	194.106	(831.672)	353.503
Outros	6.570.827	3.010.355	(2.908.542)	6.672.640
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	67.486.570	12.958.525	(14.535.389)	65.909.706
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.609.868	400.800	(308.749)	18.701.919
Subtotal	86.096.438	13.359.325	(14.844.138)	84.611.625
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.935.615	-	1.935.615
Total dos créditos tributários (1)	86.096.438	15.294.940	(14.844.138)	86.547.240
Obrigações fiscais diferidas (1)	10.361.826	2.369.051	(4.719.063)	8.011.814
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	75.734.612	12.925.889	(10.125.075)	78.535.426

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2022 foi de R\$ 7.151.843 mil (2021 - R\$ 7.803.779 mil).

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 31 de dezembro de 2022, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 16.550 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 12.681 mil), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	9.285.387	7.319.014	344.393	100.297	17.049.091
2024	11.821.026	9.302.137	133.182	63.043	21.319.388
2025	4.413.802	3.504.103	89.101	53.829	8.060.835
2026	5.079.062	4.038.644	92.844	49.919	9.260.469
2027	4.938.365	3.753.447	111.098	60.326	8.863.236
2028	1.494.136	1.183.190	1.757.587	1.385.164	5.820.077
2029	199.462	149.221	2.654.645	2.142.584	5.145.912
2030	964.200	741.285	2.834.462	2.270.521	6.810.468
2031	355.633	211.823	2.202.318	2.382.721	5.152.495
2032	342.334	228.020	91.777	308.732	970.863
Total	38.893.407	30.430.884	10.311.407	8.817.136	88.452.834

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022. Para maiores informações, consultar a nota 42 g.

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.824.164	807.714	(1.321.322)	1.310.556
Superveniência de depreciação	274.687	159.812	(3)	434.496
Atualização de depósitos judiciais	2.326.652	586.930	(177.699)	2.735.883
Outros	3.586.311	753.888	(35.999)	4.304.200
Total dos impostos diferidos	8.011.814	2.308.344	(1.535.023)	8.785.135

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	890.275	936.149	(2.260)	1.824.164
Superveniência de depreciação	232.848	47.815	(5.976)	274.687
Atualização de depósitos judiciais	2.184.863	232.768	(90.979)	2.326.652
Outros	2.662.219	1.014.109	(90.017)	3.586.311
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	5.970.205	2.230.841	(189.232)	8.011.814
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	4.391.621	138.210	(4.529.831)	-
Total dos impostos diferidos	10.361.826	2.369.051	(4.719.063)	8.011.814

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.624.066)	1.484.751	(2.139.315)	(15.789.132)	6.625.497	(9.163.635)
Conversão de subsidiária no exterior	(75.132)	-	(75.132)	(19.107)	-	(19.107)
Outros	210.576	(94.759)	115.817	134.236	(60.406)	73.830
Total	(3.488.622)	1.389.992	(2.098.630)	(15.674.003)	6.565.091	(9.108.912)

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco North America LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bac Florida Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos exercícios de 2022 e 2021.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	151.198.428	36.250.128	400.777	(1.121.214)	186.728.119	(2.624.549)	(2.167.017)	23.976.721	205.913.274
Despesas da intermediação financeira (4)	(81.330.918)	(29.163.334)	(22)	1.121.214	(109.373.060)	484.249	4.765.294	(27.187.737)	(131.311.254)
Margem financeira	69.867.510	7.086.794	400.755	-	77.355.059	(2.140.300)	2.598.277	(3.211.016)	74.602.020
PDD	(31.525.873)	-	-	-	(31.525.873)	43.142	-	7.696.293	(23.786.438)
Resultado bruto da intermediação financeira	38.341.637	7.086.794	400.755	-	45.829.186	(2.097.158)	2.598.277	4.485.277	50.815.582
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	7.425.337	-	35.507	7.460.844	-	-	661.773	8.122.617
Receitas de prestação de serviços	33.802.362	1.701.005	7.274	(36.169)	35.474.472	(4.977.457)	(1.976.003)	(1.386.805)	27.134.207
Despesas de pessoal	(20.321.773)	(2.377.250)	(4.284)	-	(22.703.307)	763.928	-	256.023	(21.683.356)
Outras despesas administrativas (5)	(20.949.621)	(1.635.857)	(7.895)	530.420	(22.062.953)	1.035.520	(594.059)	(1.552.247)	(23.173.739)
Despesas tributárias	(6.880.656)	(1.188.335)	(18.530)	-	(8.087.521)	521.838	-	-	(7.565.683)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	107.424	125.038	-	-	232.462	1.170.081	-	(46.617)	1.355.926
Outras receitas / despesas operacionais	(8.457.925)	(500.429)	(5.254)	(1.342.588)	(10.306.196)	1.736.829	(28.215)	(2.746.029)	(11.343.611)
Resultado operacional	15.641.448	10.636.303	372.066	(812.830)	25.836.987	(1.846.419)	-	(328.625)	23.661.943
Resultado não operacional	426.197	127.478	-	-	553.675	(5.669)	-	-	548.006
IR/CS e participação minoritária	(2.112.804)	(4.248.857)	(109.659)	812.830	(5.658.490)	1.852.088	-	813.649	(2.992.753)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2022	13.954.841	6.514.924	262.407	-	20.732.172	-	-	485.024	21.217.196
Total do ativo	1.571.006.747	371.322.607	3.871.114	(115.953.851)	1.830.246.617	(10.617.211)	(40.304.939)	20.291.208	1.799.615.675
Investimentos em coligadas e joint ventures	68.419.475	2.950.880	1.191	(67.811.381)	3.560.165	5.481.876	-	(71.528)	8.970.513
Total do passivo	1.384.018.647	338.204.857	154.249	(48.142.468)	1.674.235.285	(10.617.211)	(40.304.939)	17.561.276	1.640.874.411

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas Demonstrações Financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	98.849.913	20.204.517	159.242	(186.196)	119.027.476	(612.023)	1.135.111	5.892.867	125.443.431
Despesas da intermediação financeira (4)	(34.560.608)	(13.192.413)	(752)	211.047	(47.542.726)	161.179	1.335.070	(9.074.846)	(55.121.323)
Margem financeira	64.289.305	7.012.104	158.490	24.851	71.484.750	(450.844)	2.470.181	(3.181.979)	70.322.108
PDD	(15.500.157)	-	-	-	(15.500.157)	72.047	-	5.813.901	(9.614.209)
Resultado bruto da intermediação financeira	48.789.148	7.012.104	158.490	24.851	55.984.593	(378.797)	2.470.181	2.631.922	60.707.899
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	5.177.940	-	13.385	5.191.325	-	-	1.503.053	6.694.378
Receitas de prestação de serviços	31.866.568	1.779.999	767.505	(605.756)	33.808.316	(4.229.902)	(2.049.179)	(1.496.228)	26.033.007
Despesas de pessoal	(18.425.804)	(2.040.452)	(386.462)	67	(20.852.651)	671.693	-	167.266	(20.013.692)
Outras despesas administrativas (5)	(19.676.660)	(1.494.814)	(779.724)	1.128.510	(20.822.688)	1.488.706	(361.913)	(2.070.160)	(21.766.055)
Despesas tributárias	(6.340.354)	(983.979)	(112.654)	-	(7.436.987)	608.530	-	-	(6.828.457)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	7.505	98.692	38.192	-	144.389	719.746	-	(442.631)	421.504
Outras receitas / despesas operacionais	(13.689.730)	(721.996)	166.027	(561.057)	(14.806.756)	643.235	(59.089)	2.063.496	(12.159.114)
Resultado operacional	22.530.673	8.827.494	(148.626)	-	31.209.541	(476.789)	-	2.356.718	33.089.470
Resultado não operacional	(308.942)	36.765	18	-	(272.159)	35.056	-	-	(237.103)
IR/CS e participação minoritária	(5.522.891)	(3.520.279)	51.476	-	(8.991.694)	441.733	-	(921.602)	(9.471.563)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2021	16.698.840	5.343.980	(97.132)	-	21.945.688	-	-	1.435.116	23.380.804
Total do ativo em 31 de dezembro de 2021	1.485.771.990	342.175.848	5.495.625	(138.226.247)	1.695.217.216	(10.413.213)	(31.138.435)	21.906.625	1.675.572.193
Investimentos em coligadas e joint venture em 31 de dezembro de 2021	70.811.964	2.640.563	405.587	(71.396.385)	2.461.729	5.132.515	-	(36.678)	7.557.566
Total do passivo em 31 de dezembro de 2021	1.303.885.088	308.096.509	1.300.120	(66.829.862)	1.546.451.855	(10.413.213)	(31.138.435)	20.443.279	1.525.343.486

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas Demonstrações Financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	74.335.609	22.444.253	109.663	(111.074)	96.778.451	484.720	(3.521.128)	4.687.074	98.429.117
Despesas da intermediação financeira (4)	(23.937.104)	(18.341.232)	(455)	118.931	(42.159.860)	(40.645)	1.051.877	(7.427.059)	(48.575.687)
Margem financeira	50.398.505	4.103.021	109.208	7.857	54.618.591	444.075	(2.469.251)	(2.739.985)	49.853.430
PDD	(25.268.087)	-	-	-	(25.268.087)	(104.072)	-	5.826.884	(19.545.275)
Resultado bruto da intermediação financeira	25.130.418	4.103.021	109.208	7.857	29.350.504	340.003	(2.469.251)	3.086.899	30.308.155
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	8.074.969	-	23.773	8.098.742	-	-	-	8.098.742
Receitas de prestação de serviços	30.307.248	1.875.701	448.292	(203.830)	32.427.411	4.031.391	2.164.111	(13.686.459)	24.936.454
Despesas de pessoal	(17.714.158)	(1.903.919)	(174.340)	62	(19.792.355)	(631.755)	-	1.458.633	(18.965.477)
Outras despesas administrativas (5)	(19.349.706)	(1.524.278)	(340.464)	674.656	(20.539.792)	(1.442.189)	218.055	358.770	(21.405.156)
Despesas tributárias	(5.476.957)	(1.038.918)	(74.502)	-	(6.590.377)	(541.474)	-	1.082.949	(6.048.902)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(271)	98.937	16.222	-	114.888	(634.424)	-	964.394	444.858
Outras receitas / despesas operacionais	(15.634.441)	(1.033.754)	102.438	(502.518)	(17.068.275)	(678.421)	87.085	4.861.111	(12.798.500)
Resultado operacional	(2.737.867)	8.651.759	86.854	-	6.000.746	443.131	-	(1.873.703)	4.570.174
Resultado não operacional	(284.469)	(197.204)	1.100	-	(480.573)	(14.306)	-	-	(494.879)
IR/CS e participação minoritária	14.508.637	(3.425.110)	(57.123)	-	11.026.404	(428.825)	-	1.361.087	11.958.666
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2020	11.486.301	5.029.445	30.831	-	16.546.577			(512.616)	16.033.961
Total do ativo em 31 de dezembro de 2020	1.435.481.875	338.923.828	5.658.304	(135.259.892)	1.644.804.115	(9.364.134)	(44.400.937)	13.614.746	1.604.653.790
Investimentos em coligadas e joint ventures em 31 de dezembro de 2020	77.091.501	1.856.796	60.271	(77.139.456)	1.869.112	5.177.598	-	340.130	7.386.840
Total do passivo em 31 de dezembro de 2020	1.291.779.235	338.923.828	5.658.304	(135.259.892)	1.501.101.475	(9.364.134)	(44.400.937)	11.200.012	1.458.536.416

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas Demonstrações Financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (2) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, sendo os principais: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R\$ (1.118) mil (2021 – R\$ (1.074) mil e 2020 – R\$ (1.201) mil); (ii) modelos de negócio/taxa efetiva de juros/outros – R\$ 273 mil (2021 – R\$ (67) mil e 2020 – R\$ 1.253 mil); (iii) provisões técnicas de seguros e previdência – R\$ 416 mil (2021 – R\$ (442) mil e 2020 – R\$ (1.815) mil); e (iv) combinação de negócios - R\$ 4.431 mil (2021 – R\$ 4.240 mil e 2020 – R\$ 3.680 mil), em 31 de dezembro de 2022, após os ajustes o patrimônio líquido em BRGAAP R\$ 154.263 mil passou a ser em IFRS R\$ 158.265 mil.

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	500.259	431.132	-	-	500.259	431.132
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	87.464	113.137	245.323	246.293	-	-	332.787	359.430
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	11	11	709.437	127.391	205.947	186.714	915.395	314.116
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	3.386.794	3.449.443	674.112	739.151	559.901	296.736	4.620.807	4.485.330
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	17.095.011	14.179.462	-	-	940.719	763.057	18.035.730	14.942.519
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	34.815	-	-	-	34.815
Outros passivos (4)	1.920.329	54.732	15.019.045	12.285.329	39.826	30.737	16.979.200	12.370.798

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Acumulado em 31 de dezembro							
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado								
Resultado líquido de juros	(2.487.455)	(789.018)	(33.395)	(37.812)	(152.757)	(44.837)	(2.673.607)	(871.667)
Receita de prestação de serviços	166	159	180.582	103.150	35	145	180.783	103.454
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	67.354	64.417	(1.950.587)	(1.687.257)	(398.562)	118.348	(2.281.795)	(1.504.492)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 778.650 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 554.872 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN no 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Proventos	747.558	505.462	534.696
Total	747.558	505.462	534.696

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	554.872	516.118	513.082
Total	554.872	516.118	513.082

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ações ordinárias	0,34%	0,33%
Ações preferenciais	0,83%	0,80%
Total de ações (1)	0,58%	0,57%

(1) Em 31 de dezembro de 2022, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,62% de ações ordinárias, 0,87% de ações preferenciais e 1,75% do total de ações (Em 31 de dezembro de 2021 - 2,35% de ações ordinárias, 0,84% de ações preferenciais e 1,60% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos da Organização podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores (www.bradescom.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos).

Escopo do Gerenciamento de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Para tanto, a atuação da Organização é realizada por meio do modelo de três linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, além disso, são responsáveis pela execução dos controles, em resposta aos riscos, e/ou pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle interno, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de supervisão, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além das atividades e responsabilidades associadas à validação independente de modelos. Nesta linha, destacam-se os Departamentos de Controle Integrado de Riscos, *Compliance*, Conduta e Ética, Jurídico, Segurança Corporativa, entre outros;
- **Terceira linha**, representada pelo Departamento de Auditoria e Inspeção Geral, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Declaração de Appetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.

Ao mesmo tempo, a RAS enfatiza a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação à Alta Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente¹, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

A RAS reforça a disseminação da cultura de risco ao possibilitar o conhecimento dos principais aspectos do apetite a riscos da Organização a todos os seus membros.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estruturas de gerenciamento de riscos e capital

As estruturas de gerenciamento de riscos e capital são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões.

A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta, também, com os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/*Cyber*, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos e Serviços e os Comitês Executivos das áreas de negócios que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração.

Adicionalmente, compete ao Comitê de Riscos, avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização.

No Programa de Testes de Estresse, os cenários são elaborados pelo Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas – DEPEC e discutidos com as áreas de Negócio, Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, Departamento de Controladoria, entre outras áreas. Os cenários e resultados são discutidos e aprovados pela Comissão Técnica de Testes de Estresse - COTES, sendo validados pelo COGIRAC. Posteriormente, são submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração, que além dos cenários e resultados dos testes de estresse, é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

¹ O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital envolvendo as áreas de controle e de negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e conta com uma estrutura de governança composta por Comissões, Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração.

O Departamento de Controladoria tem a responsabilidade de atender às determinações do Banco Central do Brasil, pertinentes às atividades de gerenciamento de capital e de subsidiar a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A organização adota postura prospectiva, de 3 anos, ao elaborar o seu plano de capital, antecipando a necessidade de capital e estabelece procedimentos e ações de contingência a serem consideradas em cenários adversos, levando em consideração possíveis mudanças nas condições do ambiente regulatório, econômico e de negócios em que atua.

Para assegurar permanentemente uma composição sólida de capital no apoio ao desenvolvimento das suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização mantém acompanhamento periódico de projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal do Conglomerado Prudencial (O conglomerado prudencial inclui, principalmente, além das instituições pertencentes ao conglomerado financeiro, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento e as sociedades que realizam aquisição de operações de crédito).

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	106.500.779	119.106.689
Nível I	120.624.009	130.565.269
Patrimônio de Referência - PR	144.282.538	150.236.230
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-
Destaque do PR	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	971.611.195	953.325.685
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,0%	12,5%
Índice de Nível 1	12,4%	13,7%
Índice de Basileia	14,8%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,00%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,00%
Margem excedente de Capital Principal	2,96%	4,99%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	1.639.736.361	1.530.418.615
RA	7,4%	8,5%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	198.600.676	177.885.181
Total de saídas líquidas de caixa	124.038.502	128.779.954
LCR	160,1%	138,1%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	877.734.697	803.600.023
Recursos estáveis requeridos (RSF)	728.633.715	686.072.267
NSFR	120,5%	117,1%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*) e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza o cálculo do capital econômico referente ao risco de crédito, de modo a contemplar a carteira de derivativos segregada por contraparte, tanto para definição do EAD (*Exposure At Default*) como do CVA (*Credit Value Adjustment*).

Ainda nesse contexto, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Adicionalmente, a partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado seguindo a Circular nº 3.904/18 do Banco Central do Brasil.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, podemos citar a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do tamanho da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para PF, indicador para Ativos Problemáticos e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de risco socioambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos socioambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia, preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, apontamentos/restrições e valor do crédito contratado.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de Risco de Crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR. O Departamento assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além do comitê, a área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros. Essas informações também são reportadas, mensalmente, ao Comitê de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica onde a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado diariamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, grau de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial,

- reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar à complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	122.521.755	-	108.601.632	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	301.899.028	-	336.560.965	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	215.588.278	(301.284)	193.516.537	(393.685)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	122.516.581	(28.252)	83.497.010	(70.194)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	663.303.328	(54.898.695)	613.833.607	(40.800.985)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	214.651.905	(3.040.831)	184.346.938	(5.527.663)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	65.705.559	-	64.411.451	-
Provisão para perda esperada				
Compromissos de Empréstimos (Nota 11 e 24)	319.075.802	(2.997.091)	310.337.059	(3.315.190)
Garantias financeiras (Nota 11 e 24)	97.960.932	(1.768.949)	83.467.093	(2.066.167)
Total da exposição	2.123.223.168	(63.035.102)	1.978.572.292	(52.173.884)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Maior devedor	0,9%	0,7%
Dez maiores devedores	6,4%	6,0%
Vinte maiores devedores	9,4%	9,2%
Cinquenta maiores devedores	13,5%	14,0%
Cem maiores devedores	16,6%	17,8%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022	%	Em 31 de dezembro de 2021	%
Setor público	5.449.228	0,8	6.274.554	1,0
Petróleo, derivados e atividades agregadas	4.342.100	0,7	4.419.138	0,7
Energia elétrica	1.066.832	0,2	1.306.448	0,2
Demais setores	40.296	-	548.968	0,1
Setor privado	657.854.100	99,2	607.559.053	99,0
Pessoa jurídica	300.242.563	45,3	287.216.857	46,8
Atividades imobiliárias e construção	24.776.946	3,7	23.708.445	3,9
Varejo	46.126.498	7,0	42.151.968	6,9
Serviços	61.001.335	9,2	49.027.498	8,0
Transportes e concessão	27.532.277	4,2	26.937.082	4,4
Automobilística	11.151.798	1,7	12.660.961	2,1
Alimentícia	12.562.156	1,9	17.426.747	2,8
Atacado	24.397.104	3,7	22.341.759	3,6
Energia elétrica	6.527.815	1,0	7.555.587	1,2
Siderurgia e metalúrgica	9.381.575	1,4	9.398.330	1,5
Açúcar e álcool	8.110.881	1,2	7.213.887	1,2
Demais Setores	68.674.178	10,4	68.794.593	11,2
Pessoa física	357.611.537	53,9	320.342.196	52,2
Total da carteira	663.303.328	100,0	613.833.607	100,0
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(54.898.695)		(40.800.985)	
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	608.404.633		573.032.622	

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito. A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras

e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	305.691.791	119.422.414	293.491.411	113.682.742
Estágio 1	267.366.804	110.048.239	255.289.107	100.979.275
Estágio 2	10.397.088	4.280.315	14.119.637	5.262.230
Estágio 3	27.927.899	5.093.860	24.082.667	7.441.237
Pessoa Física	357.611.537	228.720.031	320.342.196	201.350.955
Estágio 1	292.656.355	195.708.576	272.635.668	175.139.469
Estágio 2	31.531.058	25.873.396	23.075.748	18.991.289
Estágio 3	33.424.124	7.138.059	24.630.780	7.220.197
Total	663.303.328	348.142.445	613.833.607	315.033.697

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 434.935.659 mil (Em dezembro 2021 - R\$ 407.457.210 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução no 4.557, do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de

gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (EVE), *Net Interest Income* (NII) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos e Serviços e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- Comprometimento: a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, e as posições da Carteira *Banking* e os reportes de liquidez são tratados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.

Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, os quais são revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas, que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação, em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas tem o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	35.805.135	30.863.080	20.275.172	20.715.581
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	5.054.212	4.950.999	1.846.722	2.070.566
Cupom cambial	602.486	698.161	678.168	512.390
Moedas estrangeiras	2.890.254	3.038.402	4.391.453	4.331.762
Renda variável	4.637.904	4.642.523	759.476	766.892
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	5.812.825	5.275.743	7.510.094	4.163.177
Outros	1.262.258	734.094	3.101.740	120.963
Total	56.065.074	50.203.002	38.562.826	32.681.331

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 5.694 mil, no final do quarto trimestre de 2022 tendo o fator de risco *IGP-M/IPCA* como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Prefixado	1.498	1.693
IGP-M / IPCA	3.629	2.008
Cupom cambial	38	21
Moedas estrangeiras	1.854	951
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	1.964	450
Renda variável	3.524	3.049
Outros	1.439	2.828
Efeito correlação/diversificação	(8.252)	(7.404)
VaR no final do ano	5.694	3.596
VaR médio no ano	9.391	6.903
VaR mínimo no ano	4.661	3.404
VaR máximo no ano	16.355	14.044

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório ⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	14.475	42.853	10.088	17.594
Taxa de câmbio	55.174	46.165	27.428	31.810
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	1.968	4.165	545	375
Preço de ações	8.114	7.639	888	1.465
Efeito correlação/diversificação	(16.641)	(30.723)	(8.223)	(10.557)
VaR no final do ano	63.090	70.099	30.727	40.686
VaR médio no ano	46.747	79.158	42.536	78.238
VaR mínimo no ano	33.170	41.474	16.387	27.433
VaR máximo no ano	83.049	192.318	78.527	129.975

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares no 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de backtesting, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% uma vez na visão hipotética e nenhuma vez na visão efetiva.

Análise de Estresse – *Carteira Trading*

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
No final do ano	77.668	65.677
Médio do ano	118.174	140.512
Mínimo do ano	53.384	65.677
Máximo do ano	265.347	247.487

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(63)	(21.058)	(41.285)	(273)	(72.496)	(137.888)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(3.129)	(51.918)	(110.853)	(2.069)	(58.427)	(115.254)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(339)	(670)	(1)	(18)	(36)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	800	20.000	40.000	(373)	(9.334)	(18.668)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(130)	(3.256)	(6.512)	(47)	(1.177)	(2.355)
Soberanos/ <i>Eurobonds e Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	42	3.942	7.744	(363)	(3.114)	(6.295)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(135)	(866)	(1.730)	(436)	(2.387)	(4.765)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.617)	(53.495)	(113.306)	(3.562)	(146.953)	(285.261)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 326bps e 633bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dezembro 2022 (Dezembro 2021 - os valores foram de aproximadamente 287 bps e 560 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading e Banking*.

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading e Banking</i> (1)					
		Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(7.204)	(2.730.345)	(5.582.444)	(13.603)	(3.642.541)	(7.039.005)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(20.236)	(2.290.418)	(4.152.134)	(26.327)	(3.142.601)	(5.586.279)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.134)	(135.476)	(259.477)	(1.488)	(70.758)	(138.972)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	8.450	211.248	422.496	(5.539)	(138.469)	(276.938)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(33.013)	(825.318)	(1.650.636)	(21.015)	(525.366)	(1.050.731)
Soberanos/ <i>Eurobonds e Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	943	(47.166)	(94.368)	(1.933)	(71.314)	(140.945)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(158)	(1.432)	(2.862)	(439)	(2.809)	(5.610)
Total sem correlação dos fatores de risco		(52.352)	(5.818.907)	(11.319.425)	(70.344)	(7.593.858)	(14.238.480)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 346bps e 675bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2022 (Dez/2021 - os valores foram de aproximadamente 280 bps e 570 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

40.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse

integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e DCIR) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Recursos de instituições financeiras	204.175.974	20.185.890	20.323.362	15.486.908	4.343.795	264.515.929	266.503.096
Recursos de clientes	201.317.486	22.671.356	113.616.089	308.213.890	915.559	646.734.380	625.042.668
Recursos de emissão de títulos	6.534.157	11.597.965	84.698.911	129.748.956	8.618.000	241.197.989	189.015.450
Dívidas subordinadas	3.873.730	1.423.524	2.037.296	18.454.700	73.968.456	99.757.706	82.258.917
Outros passivos financeiros (1)	60.164.313	19.316.118	3.222.155	8.234.481	1.619.366	92.556.433	86.407.304
Total do passivo em 31 de dezembro de 2022	476.065.660	75.194.853	223.897.813	480.138.935	89.465.176	1.344.762.437	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2021	486.910.254	82.535.609	165.622.679	456.861.983	57.296.910		1.249.227.435

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

As saídas brutas apresentadas na tabela anterior referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratuais relacionado ao passivo financeiro.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	244.717	356.799	433.306	2.809.565	95.289	3.939.676	9.630.031
Termo de moedas/outros	2.394.836	257.659	388.611	160.176	-	3.201.282	1.248.172
• Comprado	2.362.507	201.687	340.247	134.819	-	3.039.260	902.356
• Vendido	32.329	55.972	48.364	25.357	-	162.022	345.816
Prêmio de opções lançadas	267.989	15.682	168.306	290.795	98.427	841.199	1.092.043
Outros	605.129	254.189	362.595	135.733	-	1.357.646	765.400
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2022	3.512.671	884.329	1.352.818	3.396.269	193.716	9.339.803	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2021	4.497.658	244.405	1.323.317	4.841.322	1.828.944		12.735.646

Balanço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil							Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
	Circulante			Não circulante					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado			
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos	122.521.755	-	-	-	-	-	122.521.755	108.601.632	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23.944.223	13.939.378	17.245.181	153.846.848	73.511.811	19.411.587	301.899.028	336.560.965	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.571.823	8.742.990	16.784.256	128.752.446	38.140.594	12.596.169	215.588.278	193.516.537	
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	84.782.848	145.168.580	85.067.807	219.716.772	73.668.626	-	608.404.633	573.032.622	
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	101.591.182	13.079.329	5.465.465	2.352.353	-	-	122.488.329	83.426.816	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	4.112.686	4.122.961	15.426.657	109.339.662	78.609.108	-	211.611.074	178.819.275	
Outros ativos financeiros (1)	53.829.243	955.955	341.653	7.018.688	3.560.020	-	65.705.559	64.411.451	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	401.353.760	186.009.193	140.331.019	621.026.769	267.490.159	32.007.756	1.648.218.656		
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	360.610.269	181.619.226	145.785.472	555.528.931	267.641.015	27.184.385		1.538.369.298	
Passivo									
Passivos financeiros ao custo amortizado								-	
Recursos de instituições financeiras	226.805.329	29.303.971	9.368.638	13.375.864	3.094.236	-	281.948.038	279.009.280	
Recursos de clientes (2)	213.569.844	42.698.802	83.393.981	250.695.414	324.165	-	590.682.206	569.726.250	
Recursos de emissão de títulos	6.206.195	33.449.945	62.005.587	111.238.910	9.356.691	-	222.257.328	166.228.542	
Dívidas subordinadas	3.843.477	1.511.037	1.802.852	2.502.709	28.458.027	14.123.230	52.241.332	54.451.077	
Outros passivos financeiros (3)	60.164.313	19.316.118	3.222.155	8.234.481	1.619.366	-	92.556.433	86.407.304	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	408.914	1.361.246	3.222.367	5.121.542	3.227.255	-	13.341.324	14.265.283	
Provisão para Perda Esperada							-	-	
Compromissos de Empréstimos	-	-	-	2.997.091	-	-	2.997.091	3.315.190	
Garantias Financeiras	-	-	-	1.768.949	-	-	1.768.949	2.066.167	
Provisões técnicas de seguros e previdência (2)	263.383.077	-	-	52.772.040	-	-	316.155.117	286.386.634	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	774.381.149	127.641.119	163.015.580	448.707.000	46.079.740	14.123.230	1.573.947.818		
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	752.023.798	142.003.036	102.840.129	432.699.909	20.830.275	11.458.580		1.461.855.727	

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e Previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil			
	Circulante	Não circulante	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Ativo				
Total dos ativos financeiros	727.693.972	920.524.684	1.648.218.656	1.538.369.298
Ativos não correntes mantidos para venda	1.236.931	-	1.236.931	1.196.272
Investimentos em coligadas	-	8.970.513	8.970.513	7.557.566
Imobilizado de uso	-	11.971.122	11.971.122	13.513.105
Ativos intangíveis e ágio	-	18.799.813	18.799.813	14.911.007
Impostos a compensar	5.898.378	8.542.462	14.440.840	13.286.829
Impostos diferidos	23.032.417	62.035.626	85.068.043	78.743.461
Outros ativos	8.695.297	2.214.460	10.909.757	7.994.655
Total dos ativos não financeiros	38.863.023	112.533.996	151.397.019	137.202.895
Total do ativo em 31 de dezembro de 2022	766.556.995	1.033.058.680	1.799.615.675	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2021	701.067.237	974.504.956		1.675.572.193
Passivo				
Total dos passivos financeiros	1.065.037.848	508.909.970	1.573.947.818	1.461.855.727
Outras provisões	4.622.349	18.025.624	22.647.973	25.536.619
Impostos correntes	1.593.037	-	1.593.037	2.059.223
Impostos diferidos	-	1.633.292	1.633.292	208.035
Outros passivos	38.737.153	2.315.138	41.052.291	35.683.882
Total dos passivos não financeiros	44.952.539	21.974.054	66.926.593	63.487.759
Total do patrimônio líquido	-	158.741.264	158.741.264	150.228.707
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	1.109.990.387	689.625.288	1.799.615.675	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	1.037.472.691	638.099.502		1.675.572.193

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 2% e 10%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	237.380.615	47.559.444	700.473	285.640.532
Títulos públicos brasileiros	204.934.195	5.604.251	2	210.538.448
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	18.223.185	9.290.575	700.471	28.214.231
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.427.286	32.664.618	-	34.091.904
Aplicações em cotas de fundos	12.025.851	-	-	12.025.851
Títulos públicos de governos estrangeiros	656.270	-	-	656.270
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	113.828	-	-	113.828
Derivativos	(1.526.269)	4.978.274	(534.833)	2.917.172
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.414.581	12.734.059	109.856	16.258.496
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(4.940.850)	(7.755.785)	(644.689)	(13.341.324)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	203.732.788	10.435.808	1.419.682	215.588.278
Títulos públicos brasileiros	177.149.932	-	21.318	177.171.250
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.470.115	1.780.215	289.114	3.539.444
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.287.386	3.121.090	-	6.408.476
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.337.317	-	-	9.337.317
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.875.135	-	-	6.875.135
Aplicações em cotas de fundos	1.602.576	-	-	1.602.576
Ações de companhias abertas e outras ações	4.010.327	5.534.503	1.109.250	10.654.080
Total	439.587.134	62.973.526	1.585.322	504.145.982

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	282.270.032	31.627.903	478.305	314.376.240
Títulos públicos brasileiros	252.536.563	6.487.867	2	259.024.432
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	17.359.614	5.930.123	476.929	23.766.666
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.411.890	19.209.913	-	20.621.803
Aplicações em cotas de fundos	9.965.220	-	1.374	9.966.594
Títulos públicos de governos estrangeiros	689.293	-	-	689.293
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	307.452	-	-	307.452
Derivativos	(220.868)	8.491.757	(351.447)	7.919.442
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.982.364	18.022.857	179.504	22.184.725
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(4.203.232)	(9.531.100)	(530.951)	(14.265.283)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	185.980.783	6.119.925	1.415.829	193.516.537
Títulos públicos brasileiros	155.835.878	13.225	25.784	155.874.887
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.523.253	4.069.087	543.011	6.135.351
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.603.539	534.110	-	6.137.649
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.885.505	-	-	8.885.505
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.659.985	-	-	6.659.985
Aplicações em cotas de fundos	2.126.928	-	1.026	2.127.954
Ações de companhias abertas e outras ações	5.345.695	1.503.503	846.008	7.695.206
Total	468.029.947	46.239.585	1.542.687	515.812.219

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da

hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para swaps de moeda e swaps com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como swaps. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o Black-Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	319.434	256.103	19.295	(246.472)	348.360
Incluído no resultado	99.731	90.605	-	-	190.336
Incluído em outros resultados abrangentes	-	150.757	-	-	150.757
Entradas	112.385	810.015	160.209	(284.479)	798.130
Baixas	(69.012)	(91.753)	-	-	(160.765)
Transferência entre níveis (1)	15.767	200.102	-	-	215.869
Em 31 de dezembro de 2021	478.305	1.415.829	179.504	(530.951)	1.542.687
Em 31 de dezembro de 2021	478.305	1.415.829	179.504	(530.951)	1.542.687
Incluído no resultado	193.266	(3.746)	-	-	189.520
Incluído em outros resultados abrangentes	-	258.315	-	-	258.315
Entradas	198.748	119.825	-	(113.738)	204.835
Baixas	(70.545)	(279.597)	(69.648)	-	(419.790)
Transferência entre níveis (1)	(99.301)	(90.944)	-	-	(190.245)
Em 31 de dezembro de 2022	700.473	1.419.682	109.856	(644.689)	1.585.322

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

	R\$ mil		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Receita de juros e similares	12.982	88.235	101.217
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	86.749	153.127	239.876
Total em 31 de dezembro de 2021	99.731	241.362	341.093
Receita de juros e similares	17.960	(3.770)	14.190
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	175.306	258.339	433.645
Total em 31 de dezembro de 2022	193.266	254.569	447.835

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2022					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(5)	(1.098)	(2.058)
Índices de preços	-	(15)	(29)	(82)	(11.879)	(22.007)
Cupom cambial	-	-	-	(5)	(665)	(1.293)
Moeda estrangeira	-	-	-	162	4.055	8.110
Renda variável	3.453	86.317	172.633	5.990	149.743	299.485

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2021					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	(31)	(60)	(6)	(1.397)	(2.503)
Índices de preços	(16)	(2.015)	(3.898)	-	-	-
Renda variável	(1.652)	(41.311)	(82.622)	(4.653)	(116.323)	(232.647)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	122.538.967	-	122.538.967	122.488.329
· a clientes	-	-	650.606.365	650.606.365	663.303.328
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	100.636.000	98.998.877	9.728.838	209.363.715	214.651.905
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	282.146.097	282.146.097	281.948.038
Recursos de clientes	-	-	591.820.200	591.820.200	590.682.206
Recursos de emissão de títulos	-	-	213.546.452	213.546.452	222.257.328
Dívidas subordinadas	-	-	53.842.376	53.842.376	52.241.332

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	83.440.721	-	83.440.721	83.426.816
· a clientes	-	-	607.725.289	607.725.289	613.833.607
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	88.656.980	80.968.974	10.450.308	180.076.262	184.346.938
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	279.299.225	279.299.225	279.009.280
Recursos de clientes	-	-	570.368.593	570.368.593	569.726.250
Recursos de emissão de títulos	-	-	155.235.456	155.235.456	166.228.542
Dívidas subordinadas	-	-	55.756.684	55.756.684	54.451.077

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2(d). Veja Nota 9 para detalhes do custo amortizado.

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

40.6. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Organização incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Gestão de Dados, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Organização.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Organização deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) ou à Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) no caso dos seguros saúde. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Organização com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Organização.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Organização, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Gestão de Dados monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. As Superintendências Técnicas desenvolveram mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e os seguros saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura

da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Organização. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Organização atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro, cancelamentos e contribuições de previdência:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Não Vida	8.463.391	6.222.866
Vida	10.826.498	9.550.499
Saúde	28.335.790	25.070.892
Planos de previdência	34.226.556	29.157.808

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Organização, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Organização. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco.
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade.
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Organização recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O teste de sensibilidade para os seguros de pessoas, seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do LAT.

O quadro abaixo mostra o resultado do teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual, considerando variações nas premissas:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2022		
	Taxa de juros	Longevidade	Conversão em renda
Percentuais de alterações nas premissas	-5%	0,2%	+ 5 pontos percentuais
Total	(202.302)	(61.739)	(24.215)

O quadro abaixo mostra o resultado do teste de sensibilidade para os seguros de pessoas, exceto vida individual, considerando variações nas premissas:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	
	Taxa de juros	Longevidade
Percentuais de alterações nas premissas	Variação de -5%	0,2%
Total	(13.843)	2.171

Para os seguros não vida, vida exceto vida individual, e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Segmentos	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Não Vida	(42.995)	(32.441)	(42.811)	(32.277)
Vida	(32.770)	(26.496)	(32.636)	(26.390)
Saúde	(167.181)	(137.890)	(167.181)	(137.890)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam

incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Organização efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Organização em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Organização. O gerenciamento de risco de crédito referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Organização está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Organização adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A Organização adota o modelo das Três Linhas, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Dependências de forma que as tarefas essenciais de gerenciamento do risco operacional sejam realizadas de maneira integrada e coordenada. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:

- Identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes às atividades da Organização;
- Avaliar os riscos operacionais inerentes aos novos produtos e serviços visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles;
- Mapear e tratar os registros de perdas operacionais para composição da base de dados internos;
- Prover análises que proporcionem informações de qualidade às Dependências, visando o aperfeiçoamento da gestão do risco operacional;
- Avaliar cenários e indicadores para fins de composição do capital econômico e aprimoramento dos mapas de riscos da Organização;
- Avaliar e calcular a necessidade de capital regulatório e econômico para o risco operacional; e
- Reportar o risco operacional e seus principais aspectos no intuito de subsidiar as decisões estratégicas da Organização.

Estes procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, sendo certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, que incorporou em 30.04.2019 o Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e

de benefício definido, aos ex-empregados do Baneb, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases.

O Banco Bradesco S.A. patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocinava a seus funcionários um plano de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios Kirton Prev, que teve seu processo de retirada de patrocínio aprovado pela Portaria PREVIC nº 780, de 23.08.2022, ambos administrados por meio do MultiBRA – Fundo de Pensão.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com a IAS 19 – Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas Demonstrações Financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de Previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos:

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Taxa nominal de desconto	3,50% - 9,72% a.a.	3,25% - 8,65% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos planos	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,64% - 7,85% a.a.	7,38% - 7,90% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-SEM	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	R\$ mil			
	Benefícios de aposentadoria		Outros benefícios pós-emprego	
	Acumulado em 31 de dezembro		Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021	2022	2021
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	2.998.669	3.182.128	841.118	966.430
Custo do serviço corrente	341	305	-	-
Custo de juros	242.675	215.259	70.781	65.985
Contribuição do participante	546	450	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(158.724)	(155.242)	(72.297)	(146.763)
Custo de serviço passado - alterações do plano	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(82.532)	-	-	(12.023)
Benefícios pagos	(260.072)	(244.231)	(39.067)	(32.511)
No encerramento do exercício	2.740.903	2.998.669	800.535	841.118
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	2.554.827	2.759.745	-	-
Rendimento esperado	206.439	186.324	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	34.067	(175.560)	-	-
Contribuições recebidas:				
- Empregador	26.283	28.025	-	-
- Empregados	546	450	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(94.745)	-	-	-
Benefícios pagos	(259.662)	(244.157)	-	-
No encerramento do exercício	2.467.755	2.554.827	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	7.452	310	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	671	29	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	52.738	7.113	-	-
No encerramento do exercício	60.861	7.452	-	-
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários (2)	334.009	451.294	800.535	841.118
Saldo líquido	334.009	451.294	800.535	841.118

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ 116.798 mil (2021 - R\$ 65.671 mil), líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas Demonstrações Financeiras a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ - mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2022	2021
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	12.554	1.325
Custo de juros sobre obrigações atuariais	313.497	281.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	(206.439)	(186.324)
Juros sobre o superávit irrecuperável	671	29
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	120.283	96.214

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	9,29	11,06
2023	259.278	258.010
2024	273.014	262.825
2025	277.903	267.545
2026	282.232	271.811
2027	286.256	275.566
Após 2028	1.466.040	1.413.941

Em 2023 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 22.149 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de Previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de Previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro							
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton		Ativos do Plano do Losango	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Categorias de ativo:								
Renda variável	-	10,4%	7,6%	8,9%	-	-	-	13,3%
Renda fixa	93,2%	82,7%	86,7%	84,1%	100,0%	84,4%	-	86,7%
Imóveis	5,0%	5,0%	1,5%	1,6%	-	-	-	-
Outros	1,8%	1,9%	4,2%	5,4%	-	15,6%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,64% - 9,72% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	10,65% - 10,72%	Aumento de 1 p.p.	redução	(282.906)
Taxa de Desconto	8,65% - 8,72%	Redução de 1 p.p.	aumento	329.233
Inflação Médica	8,64% - 8,85%	Aumento de 1 p.p.	aumento	79.812
Inflação Médica	6,64% - 6,85%	Redução de 1 p.p.	redução	(68.048)

As despesas totais com contribuições efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$ 1.196.202 mil (2021 – R\$ 994.218 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O conflito entre a Rússia e Ucrânia fizeram que o governo dos Estados Unidos, a União Europeia, o Reino Unido e outros governos impusessem sanções econômicas e controles de exportação contra a Rússia além de ameaças com sanções e controles adicionais. Essas medidas têm impactado os preços de energia, petróleo e outras commodities e, conseqüentemente, causado instabilidade e volatilidade

nas economias e nos mercados em geral. Essas condições podem afetar o crédito global e os mercados de capitais.

A Administração do Bradesco tem acompanhado e monitorado a situação e até o presente momento não foram identificados impactos diretos relevantes.

b) Em 29 de julho de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.031, que altera, a partir do exercício financeiro de 2021, o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial da parcela com cobertura de risco (hedge) do valor do investimento realizado pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência domiciliada no exterior, registrada em conformidade com o regime de competência, que deverá ser computada na determinação do lucro real e na base da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de 100%, a partir do exercício de 2022.

c) Em 18 de janeiro de 2022, o Bradesco comunicou ao mercado, a emissão do seu primeiro Sustainable Bond atrelado a critérios socioambientais, no valor de US\$500 milhões, sendo uma captação internacional sustentável de dívida sênior, com prazo de 60 meses e cupom de 4,375% a.a.

Com a emissão de um título no mercado de capitais internacional, com princípio sustentável, o Bradesco reforça seu compromisso em ser um agente de transformação positiva na sociedade, em linha com seu propósito e compromissos institucionais firmados, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e os Princípios para Responsabilidade Bancária - PRB das Nações Unidas.

d) Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida em Lei nº 14.446 em 02 de setembro de 2022 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não foram relevantes nas Demonstrações Financeiras da Organização.

e) Em 24 de agosto de 2022, o Bradesco comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que firmou parceria estratégica com o Banco Votorantim S.A. ("banco BV") para a formação de uma gestora de investimentos independente, que terá marca própria, a ser definida. Na transação, o Bradesco, por meio de uma de suas controladas indiretas, irá adquirir 51% do capital da BV DTVM ("Sociedade"), que já detém R\$ 41 bilhões de ativos sob gestão e R\$ 22 bilhões sob custódia no *private banking*. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, legais e regulatórias.

f) Após 31 de dezembro de 2022, um cliente do segmento atacado teve um aumento significativo do seu risco de crédito, o que resultou em um incremento na provisão da perda esperada. As demonstrações financeiras da Organização foram ajustadas, tendo um aumento de provisão no montante de R\$ 4.851 milhões. O impacto líquido de efeitos fiscais foi de R\$ 2.668 milhões.

g) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

Data-Base 27.1.2023

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Milton Matsumoto
 Maurício Machado de Minas
 Samuel Monteiro dos Santos Junior – Membro Independente
 Walter Luis Bernardes Albertoni – Membro Independente
 Paulo Roberto Simões da Cunha – Membro Independente
 Rubens Aguiar Alvarez
 Denise Pauli Pavarina – Membro Independente

Diretoria

Diretores Executivos

Diretor-Presidente

Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha
 André Rodrigues Cano
 Cassiano Ricardo Scarpelli
 Eurico Ramos Fabri
 Rogério Pedro Câmara
 Moacir Nachbar Junior
 José Ramos Rocha Neto

Diretores Gerentes

Walkiria Schirrmeyer Marchetti
 Guilherme Muller Leal
 João Carlos Gomes da Silva
 Bruno D'Ávila Melo Boetger
 Glaucimar Peticov
 Antonio José da Barbara
 Edson Marcelo Moreto
 José Sergio Bordin
 Roberto de Jesus Paris

Diretores Adjuntos

Edilson Wiggers
 Oswaldo Tadeu Fernandes
 Edilson Dias dos Reis
 Klayton Tomaz dos Santos
 Marlos Francisco de Souza Araujo

Diretores Departamentais

Ademir Aparecido Correa Junior
 André Bernardino da Cruz Filho
 André Ferreira Gomes
 Antonio Carlos Melhado
 Antonio Daisuke Tokuriki
 Carlos Wagner Firetti
 Fernando Antônio Tenório
 Fernando Freiberg
 Fernando Honorato Barbosa
 José Augusto Ramalho Miranda
 José Gomes Fernandes
 Julio Cardoso Paixão
 Layette Lamartine Azevedo Junior
 Leandro José Diniz
 Manoel Guedes de Araujo Neto
 Marcos Aparecido Galende
 Paulo Eduardo Waack
 Roberto Medeiros Paula

Diretores

Adelmo Romero Perez Junior
 Aires Donizete Coelho
 Alessandro Zampieri
 Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
 Alexandre Panico
 André David Marques
 André Luis Duarte de Oliveira
 Carlos Henrique Villela Pedras
 Carlos Leibowicz
 Carolina Salomão Fera
 Cintia Scovine Barcelos de Souza
 Clayton Neves Xavier
 Cristina Coelho de Abreu Pinna
 Daniela Pinheiro de Castro
 Francisco Armando Aranda
 Francisco José Pereira Terra
 Itálvio Garcia Menezes
 Jeferson Ricardo Garcia Honorato

José Leandro Borges
 Juliana Laham
 Juliano Ribeiro Marcílio
 Julio Cesar Joaquim
 Leandro Karam Correa Leite
 Marcelo Sarno Pasquini
 Marcos Daniel Boll
 Marcos Valério Tescarolo
 Marina Claudia González Martin de Carvalho
 Mateus Pagotto Yoshida
 Nairo José Martinelli Vidal Júnior
 Nilton Pereira dos Santos Junior
 Renata Geiser Mantarro
 Roberto França
 Romero Gomes de Albuquerque
 Rubia Becker
 Ruy Celso Rosa Filho
 Telma Maria dos Santos Calura
 Vasco Azevedo

Diretores Regionais

Alberto do Nascimento Lemos
 Altair Luiz Guarda
 Amadeu Emilio Suter Neto
 André Vital Simoni Wanderley
 César Cabús Berenguer Silvano
 Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
 Delvair Fidêncio de Lima
 Edmir José Domingues
 Heberclely Magno dos Santos Lima
 José Roberto Guzela
 Marcelo Magalhães
 Marcos Alberto Willemann
 Nelson Pasche Junior
 Paulo Roberto Andrade de Aguiar
 Rogerio Huffenbaecher

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
 Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
 Paulo Ricardo Satyro Bianchini
 José Luis Elias

Comitê de Remuneração

Alexandre da Sila Glüher - Coordenador
 Maurício Machado de Minas
 Samuel Monteiro dos Santos Junior
 Fabio Augusto Iwasaki (membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Milton Matsumoto - Coordenador
 Alexandre da Silva Glüher
 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Maurício Machado de Minas
 Walter Luis Bernardes Albertoni
 Rubens Aguiar Alvarez
 Octavio de Lazari Junior
 Marcelo de Araújo Noronha
 André Rodrigues Cano
 Cassiano Ricardo Scarpelli
 Eurico Ramos Fabri
 Rogério Pedro Câmara
 Moacir Nachbar Junior
 Glaucimar Peticov
 Ivan Luiz Gontijo Júnior
 Clayton Neves Xavier

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas - Coordenador
 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Milton Matsumoto
 Samuel Monteiro dos Santos Junior
 Paulo Roberto Simões da Cunha

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
 Alexandre da Silva Glüher
 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Milton Matsumoto
 Maurício Machado de Minas
 Octavio de Lazari Junior
 André Rodrigues Cano
 Glaucimar Peticov

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Milton Matsumoto - Coordenador
 Luiz Carlos Trabuco Cappi
 Alexandre da Silva Glüher
 Denise Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Maurício Machado de Minas
 Walter Luis Bernardes Albertoni
 Denise Pauli Pavarina
 Octavio de Lazari Junior
 Marcelo de Araújo Noronha
 André Rodrigues Cano
 Cassiano Ricardo Scarpelli
 Eurico Ramos Fabri
 Rogério Pedro Câmara
 Moacir Nachbar Junior
 Glaucimar Peticov
 Oswaldo Tadeu Fernandes
 Carlos Wagner Firetti
 Marcelo Sarno Pasquini

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
 Maurício Machado de Minas
 Samuel Monteiro dos Santos Junior
 Denise Pauli Pavarina
 Octavio de Lazari Junior

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

Carlos Wagner Firetti - Coordenador
 Octavio de Lazari Junior
 Marcelo de Araújo Noronha
 André Rodrigues Cano
 Cassiano Ricardo Scarpelli
 Eurico Ramos Fabri
 Rogério Pedro Câmara
 Moacir Nachbar Junior
 José Ramos Rocha Neto
 Glaucimar Peticov
 Antonio José da Barbara
 Roberto de Jesus Paris
 Oswaldo Tadeu Fernandes
 Ivan Luiz Gontijo Júnior
 Antonio Campanha Junior

Conselho Fiscal

Efetivos

José Maria Soares Nunes - Coordenador
 Domingos Aparecido Maia
 Joaquim Caxias Romão
 Ivanyra Maura de Medeiros Correia
 Ava Cohn

Suplentes

Luiz Eduardo Nobre Borges
 Frederico William Wolf
 Artur Padula Omuro
 Eduardo Badyr Donni
 (vago)

Ouvidoria

Nairo José Martinelli Vidal Júnior - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Marcelo da Silva Rego
 Contador – CRC 1SP301478/O-1

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das provisões de perdas esperadas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2d viii, 4, 8d, 9, 10, 11, 23, 24, 38 e 40.2 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possuía em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 51.314.052 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas a empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias contábeis, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. O Bradesco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR – *Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram descumprimento de obrigações contábeis da contraparte (*default*), e, uma perda esperada de 12 meses para todos os outros contratos. O Bradesco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Bradesco separa a carteira de contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de descumprimento (*PD - Probability of Default*), a perda dado o descumprimento (LGD – *Loss Given Default*) e a exposição ao descumprimento (EAD – *Exposure at Default*), bem como estimativas do impacto das projeções das condições econômicas futuras.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs; (ii) os cenários macroeconômicos futuros; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e exposições em descumprimento com

redução ao valor recuperável (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria.

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE; (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; e (iii) a validação dos modelos utilizados para o cálculo da PE;
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Bradesco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; (ii) em testar a precisão das PDs, EADs e LGDs do Bradesco utilizando a metodologia definida e os dados históricos do Bradesco; (iii) na avaliação da segmentação dos grupos homogêneos de risco de crédito para a mensuração da PD através da correlação dos dados históricos das carteiras; e (iv) avaliar a relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores; e
- Comparamos os índices projetados pelo Bradesco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Recalculamos o valor da perda esperada com base nas PDs, LGDs e EADs. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, incluindo a avaliação dos fluxos de caixa esperados e garantias relacionadas. Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias contábeis, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2j, 4 e 22 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nas demonstrações contábeis consolidadas nos montantes de R\$ 7.477.364 mil, R\$ 7.989.207 mil e R\$ 6.009.966 mil, respectivamente.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes à produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Para ações trabalhistas, o Bradesco utilizou um modelo que considera julgamentos relacionados a agrupamentos, separação da data de entrada dos processos (antes e depois da reforma trabalhista), a definição para apuração do valor médio de pagamentos e a seleção de indicadores para a atualização monetária, apurando assim, a média de perda para cada grupo de ações.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, cíveis e trabalhistas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria.

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais, cíveis e trabalhistas. Dentre esses controles estão: (i) avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis; e (ii) desenvolvimento e aprovação dos modelos e premissas utilizadas na mensuração da provisão e dos passivos contingentes trabalhistas;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Bradesco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Bradesco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão e outros processos similares, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Para as ações trabalhistas, nós: (i) avaliamos o período de observação histórica utilizado pelo Bradesco, comparando-o com os resultados de cenário com períodos diferentes; (ii) testamos a precisão das segregações usadas no modelo; e (iii) testamos a precisão do modelo usando os dados históricos do Bradesco e as metodologias definidas. Para as ações cíveis e trabalhistas, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2t, 4 e 37 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 92.219.886 mil de ativos relativos a créditos tributários. O Bradesco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que é provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização.

A estimativa de lucros tributáveis futuros do Bradesco é baseada nos planos de negócios e orçamentos preparados pelo Bradesco, e exigem que o Bradesco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos realizados para endereçar esse principal assunto de auditoria.

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros;
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação da razoabilidade das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais

linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Bradesco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Bradesco para projetar os lucros tributáveis. Comparamos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2022; e

- Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação do valor recuperável dos ágios e ativos intangíveis

Conforme mencionado na notas explicativas nº 2g, 2i, 4 e 15 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui ágio no montante de R\$ 6.542.091 mil e outros ativos intangíveis de vida útil definida no montante de R\$ 3.554.635 mil.

O Bradesco realiza testes de redução ao valor recuperável para o ágio no mínimo anualmente e, para os outros intangíveis com vida útil definida, sempre que haja evidências que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, o Bradesco estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. Para estimar os fluxos de caixa futuros, o Bradesco estima taxas de crescimento de diferentes linhas de negócios, fluxos de receitas e despesas baseadas nos planos de negócio e orçamentos que, por sua vez, são baseados em uma série de premissas de negócios e econômicas.

Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágios e outros ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto:

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre a análise do valor recuperável dos ágios e ativos intangíveis realizada pelo Bradesco, incluindo controles relacionados a: (i) ao desenvolvimento, revisão e aprovação das taxas de crescimento e taxas de desconto utilizadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros; e (ii) revisão independente da metodologia de cálculo para realização do teste de redução ao valor recuperável; e
- Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação da razoabilidade das taxas de crescimento usadas para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação da razoabilidade das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxas de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) avaliação da habilidade do Bradesco de projetar fluxos de caixa, comparando as projeções de exercício anterior, com os fluxos de caixas reais para este exercício; e (iv) avaliação da precisão matemática de certas etapas dos cálculos do valor presente.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável de ágios e de outros ativos intangíveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 21, 4 e 21 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 316.155.117 mil.

Para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. Adicionalmente, a partir de 2023, entra em vigor a IFRS 17 – Contratos de Seguros que altera os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros. De acordo com o *IAS 8 – Accounting Policies, changes in accounting estimates and errors*, o Bradesco efetuou divulgações na nota explicativa nº 3, qualitativas e quantitativas, relacionadas aos impactos mais relevantes do novo pronunciamento com base nos saldos de 31 de dezembro de 2022. Devido ao nível de subjetividade para a determinação dos impactos relacionados às provisões técnicas, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração de certas provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência privada, como principais assuntos de auditoria. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e, pequenas alterações em determinadas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as premissas chave bem como as metodologias atuariais utilizadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à realização do teste de adequação de passivos e à mensuração de certas provisões técnicas. Isto incluiu controles relativos a (i) desenvolvimento e aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação, custos médicos e taxas de desconto; e (ii) a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração de certas provisões técnicas; e
- Envolvermos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que nos auxiliaram:
 - (i) na avaliação das metodologias utilizadas na mensuração de certas provisões técnicas e na realização do teste de adequação de passivos mediante a comparação com práticas de mercado;
 - (ii) na avaliação das premissas relacionadas a expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto utilizadas na mensuração de certas provisões técnicas e do teste de adequação de passivos, por meio de comparação com as práticas utilizadas pelo mercado e as informações históricas do Bradesco;
 - (iii) a testar, por meio de utilização de ferramenta específica, a exatidão de determinadas provisões técnicas com base nas informações históricas do Bradesco, metodologias e premissas;
 - (iv) no desenvolvimento, por meio de utilização de ferramenta específica, de estimativa independente de certas provisões técnicas, utilizando de técnicas atuariais geralmente aceitas e utilização de premissas independentes; e
 - (v) na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros e previdência privada, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Bradesco.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028567/F

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira – NIIF (*International Financial Reporting Standards – IFRS*)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2022, emitido em 9 de fevereiro de 2023, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira – NIIF (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pela KPMG Auditores Independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas financeiras do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de *Compliance*.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua aderência aos princípios contábeis aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (Departamento de Auditoria e Inspeção Geral) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar as demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 9 de fevereiro de 2023

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

JOSÉ LUIS ELIAS
(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e, com base: (i) no Parecer dos Auditores Independentes, desta data; (ii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iii) nos relatórios do Comitê de Auditoria do Bradesco; (iv) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (v) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Bradesco durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, corroborando com o julgamento do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios, esses estruturados com observância das normas internas e externas a que se sujeitam e suportados por sistemas que geram os relatórios financeiros, visando a garantir eficiência operacional.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal são da opinião de que os documentos examinados estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária do Bradesco.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 9 de fevereiro de 2023

José Maria Soares Nunes

Domingos Aparecido Maia

Joaquim Caxias Romão

Ivanyra Maura de Medeiros Correia

Ava Cohn

Para mais informações, favor contatar:

Carlos Wagner Firetti

Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Controladoria e Relações com o Mercado

Tel.: (11) 2194-0922

investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 3º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri





bradesco